

ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE				
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA			
Nome Fantasia:	RADIO PARIPIRANGA FM	CNPJ:	31.058.285/0001-45	
Endereço de Sede:	RUA MANOEL COELHO CRUZ, S/N			
Município:	PARIPIRANGA	UF:	BA	CEP: 48430-000
Nome do representante legal:	FERNANDO ANDRADE SILVA			
Endereço eletrônico (e-mail):	Fernando.as@live.com			

Endereço de Correspondência:	Av. Salustiano Domingues de Santana, 683			
Município:	PARIPIRANGA	UF:	BA	CEP: 48430-000

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE				
Endereço:	RUA CEL JOAQUIM DE MATOS			
Município:	PARIPIRANGA	UF:	BA	CEP: 48430-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	° (N/S)	10 ° 40 ' 57 " S	
	Longitude:	° W	37 ° 51 ' 48 " 0	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº 112/2018/SEI/MCTIC, publicado no Diário Oficial da União de 05/06/2018, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos. PARIPIRANGA - BA

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.
- IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:	FERNANDO ANDRADE SILVA		
Cargo:	DIRETOR PREDISENTE	Tit. Eleitor:	1177 7028 0507
RG:	1365116098	Órgão Emissor:	SSP/BA
CPF:	045.765.245-42		
Endereço:	AVENIDA SALUSTIANO DOMINGUES DE SANTANA, 683 - CENTRO		
Município:	PARIPIRANGA	UF:	BA
CEP:	48.430-000		
Assinatura:	<i>Fernando Andrade Silva</i>		

Nome do dirigente:	TALISSON SANTA ROSA NASCIMENTO		
Cargo:	DIRETOR ADMINISTRATIVO	Tit. Eleitor:	1305 3905 0582
RG:	34222103	Órgão Emissor:	SSP/SE
CPF:	045.920.155-76		
Endereço:	RUA CEL. JOAQUIM DE MATOS, 24 - CENTRO		
Município:	PARIPIRANGA	UF:	BA
CEP:	48.430-000		
Assinatura:	<i>Talisson Santa Rosa Nascimento</i>		

Nome do dirigente:	DIRETOR(A) OPERAÇÕES		
Cargo:	JAQUELINE JOSEANE SILVA SANTOS	Tit. Eleitor:	1380 4272 0515
RG:		Órgão Emissor:	
CPF:	052.972.075-25		
Endereço:	RUA JOSAFÁ CARREGOSA, 76 - CENTRO		
Município:	PARIPIRANGA	UF:	BA
CEP:	48.430-000		
Assinatura:	<i>Jaqueline Joseane Silva Santos</i>		

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

EDITAL 112/2018/SEI-MCTIC

LOCALIDADE: PARIPIRANGA/BA

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	
1 – Requerimento de Outorga, com as declarações nele elencadas, conforme Anexo 2 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC (Anexo 2 deste Edital);	✓
2 – Estatuto Social atualizado, registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas;	✓
3 – Ata de Constituição, registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas;	✓
4 – Ata de eleição dos atuais dirigentes, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas;	✓
5 – Prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou brasileiros naturalizados há mais de dez anos;	✓
6 – Prova de que todos os diretores são maiores;	✓
7 – Manifestações em apoio, em quantidade suficiente para demonstrar a representatividade da entidade na área que pretende executar o Serviço, firmadas por pessoas físicas e jurídicas, apresentadas necessariamente na forma do art. 34 e Anexos 3 e 4 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC (Anexos 3 e 4 deste Edital);	✓
8 – Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	✓





Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 31.058.285/0001-45 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 24/07/2018
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO PARIPIRANGA FM			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R MANOEL COELHO CRUZ	NÚMERO SN	COMPLEMENTO CASA CASA	
CEP 48.430-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PARIPIRANGA	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTADORCONTEMPORANEO@GMAIL.COM		TELEFONE (75) 9921-4724	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/07/2018	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **30/07/2018** às **17:12:44** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>



Preparar Página
para Impressão

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

ATA DE CONSTITUIÇÃO DO ESTATUTO ELEIÇÃO DIRETORIA E CONSELHO COMUNITÁRIO



Ata da assembleia geral de constituição de Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, realizada no dia 25 do mês de junho do ano de 2018. Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e oitenta e oito, às quinze horas, à Rua Manoel Calhe Cruz, 5n, nesta cidade, reuniram-se em assembleia geral de constituição e fundação os senhores membros fundadores da Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga. Assumiu a presidência de trabalho, por aclamação unânime, o senhor Fernando Inêdo de Silva, nacionalidade Brasileira, estado civil União Estável, profissão Auxiliar Administrativo, CPF nº 045.765.245-42, Cédula de Identidade RG nº 1365116092 SSP/BA, residente e domiciliado à Rua Av. Salustiano Domarques de Santana, nº 683, na cidade de Paripiranga, Estado da Bahia, convivendo com a irmã, Jacqueline Joseane Silva Santos, nacionalidade de Brasileira, estado civil Solteira, profissão Estudante, CPF nº 052.972.045-25, Cédula de Identidade RG nº 15241652392 SSP/BA, residente e domiciliado à Rua Josaya Carreira, nº 76, na cidade de Paripiranga, Estado da Bahia, para secretariar a sessão, o que acatou. A pedido do Presidente, li a ordem do dia, para a qual foram convocada esta assembleia geral e que tem o seguinte teor: a) discussão e aprovação do projeto dos estatutos sociais; b) constituição e fundação definitiva da sociedade; c) eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário; d) outros assuntos relacionados com a constitui-



ção e fundação da associação. Iniciando-se os trabalhos, o Presidente me solicitou que procedesse à leitura do projeto dos Estatutos Sociais, cujas cópias já haviam sido distribuídas previamente aos presentes. Finda a leitura, o Presidente sublinhou o artigo parágrafo, à apreciação e discussão e, em seguida, à sua votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade e sem emendas ou modificações, mantendo o teor seguinte: Associação

de Rádio Difusão comunitária de Paripiranga e Estatuto Social I - Da Denominação, Sede e Fins Art. 1º - A Associação de Rádio Difusão comunitária de Paripiranga, claramente denominada Rádio Paripiranga FM, é uma associação (Pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos) de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, do Município de Paripiranga, Estado da Bahia, com sede, na Rua Manoel Coelho Cruz.

Parágrafo Único - A Paripiranga FM reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional. Art. 2º - A Associação de Rádio Difusão comunitária de Paripiranga tem por objetivo executar serviços de Rádio Difusão comunitária, bem como: I - Beneficiar a comunidade com vistas a: a) Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; b) Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o la

2) ger. a cultura e o comércio local; c) prestar
 serviços de utilidade pública, integrando-se aos
 serviços de defesa civil, sempre que necessário;
 d) contribuir para o aperfeiçoamento professio-
 nal nas áreas de atuação dos jornalistas e
 radialistas, de conformidade com a legislação
 profissional vigente; e) permitir a capacitação
 dos cidadãos no exercício do direito de expre-
 são da forma mais acessível possível. II - res-
 pectar e atender aos seguintes: a) preferência das
 : nidades educativas, artísticas, culturais e
 informativas em benefício do desenvolvimento
 geral da comunidade; b) promoção das ativi-
 dades artísticas e jornalísticas na comuni-
 dade e da integração dos membros da comuni-
 dade atendida; c) respeito aos valores éticos e
 sociais da pessoa e da família, favorecendo a
 integração dos membros da comunidade atendi-
 da; d) não discriminação de raça, religião, sexo,
 preferências sexuais, convicção político-ideológi-
 ca - partidária e condição social nas relações co-
 munitárias; § 1º É vedado o proselitismo de qual-
 quer natureza, assim como qualquer discrimi-
 nação política, filosófica, racial, religiosa, sexual
 de gênero ou de qualquer natureza na admiss-
 são dos associados; § 2º Será obrigatória a plu-
 ralidade de opiniões e versões, de forma simult-
 ânea em matérias polêmicas, na programa-
 ção opinativa e informativa, divulgando, sem-
 pre, as diferentes interpretações relativas aos
 fatos noticiados; § 3º Qualquer cidadão da
 comunidade beneficiada terá direito de emitir
 o - ãs sobre quaisquer assuntos abordados
 e - programação da emissora, bem como man-



gestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária. Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contradas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art. 4º - A receita da Associação de Radiodifusão Comunitária de Piquiranga, será utilizada, e é exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções nem como a distribuição de lucros (Salários), Vantagens ou bonificações a qualquer de seus associados ou dirigentes. II - Dos Associados

Art. 5º - Serão admitidos como associados as pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido todos os requisitos próprios e admitidos em Assembleia Geral com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto, os quais poderão, a qualquer momento e uma vez estando quites com a entidade, deixar de fazer parte de seu quadro de associados.

Art. 6º - A Rádio Piquiranga FM será composta pelas seguintes categorias de associados: I - Fundadores - Formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação. II - Contribuintes ou Quitados III - Honorários. Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembleia Geral.

Art. 8º - São direitos e deveres dos associados: a) Garantir as pessoas físicas o direito



to de voto e de concorrer às eleições, podendo ser
votados para cargos diretivos, desde que atendam
ao disposto no § 2º do art. 10; b) manter sua con-
tribuição em dia, conforme estipulado pela AG; c)
garantia dos direitos de voz e de voto aos associa-
dos nas instâncias deliberativas. Art. 9º. São pas-
síveis de punição temporária ou de exclusão de
qualificação do quadro social, havendo justa causa.
Os associados que infringirem este estatuto, des-
de que sua transgressão seja indicada median-
te requerimento dirigido à diretoria que, perante
a presidência da solicitação, deverá submetê-la
à Assembleia Geral, convocada especialmente para
este fim, para deliberação fundamentada, asse-
gurado o amplo direito de defesa do associado
em questão. III - Dos órgãos e de seu funcionamento
Art. 10 - São órgãos da Paripiranga EM: a) Assem-
bléia Geral; b) Diretoria; c) Conselho Comunitário. Art.
11 - A Assembleia Geral, órgão máximo de delibera-
ção da Paripiranga EM, será composta por seus
associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano
no dia 30 do mês de janeiro para avaliação e
prestação de contas da Diretoria, discussão e apre-
ciação de planos, projetos e assuntos gerais. Haverá
ordinariamente, ocorrer a cada 04 (quatro) anos
para eleição da Diretoria e do Conselho Comuni-
tário, sendo admitido uma recondução, após a
qual será vedada a permanência dos membros
dirigentes, ainda que em cargos diversos. O ex-
traordinariamente poderá ser convocada para
destituição dos dirigentes e alteração estatutária,
respeitando-se o disposto no § 1º - A AG poderá ser
convocada extraordinariamente pela maioria da
Diretoria, por um terço dos conselheiros ou, no



mínimo, um quinto dos associados, para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. § 2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de sete dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da Paripiranga FM e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamados diários e programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião. § 3º - A AG deverá ser em primeira convocação por cento e cinquenta e mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar. § 4º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas direções pagas, fixados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no parágrafo anterior. Art. 12 - A Diretoria da Paripiranga FM órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Geral, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em Assembleia Geral para um mandato de 04 anos, permitida a reeleição. § 1º - A Diretoria da Paripiranga FM será substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembleia Geral, respeitadas as disposições dispostas no § 1º. § 2º - Apenas terão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados.



maior de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunição parlamentar ou função da qual decorra foro especial. Art. 13 - São atribuições: I) Da Diretoria: a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade; b) convocar as reuniões e Assembleia Geral; c) Representar a Paripiranga FM em atos públicos ou internos; d) Realizar todos atos necessários ao desenvolvimento da Paripiranga FM; e) Apresentar relatório anual a Assembleia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades; f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro; g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins; h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade; i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembleia Geral; II) Da Junta Dirigente: a) Ao Presidente competirá: representar a Paripiranga FM, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou compromissos de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembleia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e departamentos; partici-



par e presidir as reuniões do conselho comu-
nitário; b) O Diretor Administrativo compete: ge-
rar as atividades administrativas e financeiras da
entidade, dirigir e supervisionar todos os ser-
viços de escritório da associação, assinar, em
conjunto com os demais responsáveis e assinar
com o Presidente todos documentos concernentes
a vida financeira da Paripiranga FM, preside-
nciar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter
sob sua guarda os livros, atas e pareceres da
entidade, bem como todos os documentos relati-
vos à tesouraria e secretaria, dirigir e super-
visionar os serviços da tesouraria e da secreta-
ria, organizar e manter a escrituração do mo-
vimento econômico financeiro da entidade; c)
O Diretor de Operações compete: implementar
e supervisionar todos os aspectos concernentes à
execução do serviço de radiodifusão comunitá-
ria, relativamente aos seus aspectos legisla-
tivos e qualitativos, criar e captar os recursos
adringidos de patrocínio sob forma de apoio cu-
lural, bem como supervisionar e ter sob sua
guarda todo o patrimônio considerado no âmbito
das operações relativas ao serviço de radiodif-
usão; promover a integração da comunidade
com o serviço prestado; Art. 14 - O conselho comu-
nitário, eleito em Assembleia Geral para mandato
igual ao da diretoria, será composto por um
mínimo, cinco pessoas representantes de entida-
des da comunidade local, tais como associa-
ções de classe, beneficentistas, religiosas ou de mu-
ltadores, desde que legalmente constituídas, com
o objetivo de acompanhar a programação da
associação com vista ao atendimento do inter-



f02b91c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

se exclusivo da comunidade. Parágrafo Único - O conselho comunitário cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o período de radiodifusão comunitária, elaborando periodicamente o relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação. IV - Das Eleições. Art. 15 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembleia Geral de eleição, por requerimento a comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e do devido expresso consentimento de seus membros, bem como do requerimento de, no mínimo, cem eleitores associados aptos a votar. § 1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração. § 2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos totalizados no processo eleitoral. A escala do critério para contagem será decidida no início da AG. V - Da programação. Art. 16 - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária. Parágrafo Único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes executadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em lei, também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora de Radiodifusão comunitária ou de sua



preparação. VI - Da Receita e do Patrimônio. Art. 18 - O Patrimônio e Receita da Paripiranga FM será composto pelas contribuições sociais devidas pela Assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis, de imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para conta patrimonial, por valores aduados de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio por formação apoio cultural. Parágrafo Único. Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro dirige para remunerado. VII - Da Reforma do Estatuto e Da Dissolução. Art. 19 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para este fim. Art. 20 - A dissolução da Paripiranga FM ocorrerá por voto decisivo de Assembleia Geral, e o remanescente de seu Patrimônio líquido, será distribuído a entidade de fins não econômicos conguere, dissipada na Assembleia. VIII - Disposições Finais. Art. 20 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso à AG, pelo cassacido que se achar prejudicado. Art. 21 - O presente estatuto foi aprovado na AG de 11 de junho de 2018 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar. Paripiranga, 11 de junho de 2018. - A seguir, o Presidente da AG definitivamente fundada e constituída



Associação de Rádio Difusão Comunitária de Paripiranga, precedendo-se, então, a eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário, para o primeiro período de gestão, que chegou ao seguinte resultado: Diretoria: Diretor Presidente, Fernando Andrade Silva, nacionalidade Brasileira, estado civil União Estável, profissão Auxiliar Administrativo, CPF nº 045.765.245-32, cédula de Identidade RG nº 1365116092 SSP/BA, residente e domiciliado à Rua Av. Salustiano Domingues de Santana, nº 683, na cidade de Paripiranga, Estado da Bahia; Diretor Administrativo Talisson Santa Rosa Nascimento, nacionalidade Brasileira, estado civil casado, profissão Autônomo, CPF nº 045.900.155-76, cédula de Identidade RG nº 34222103 SSP/SE, residente e domiciliado à Rua Cel. Joaquim de Matos, nº 24, na cidade de Paripiranga, Estado da Bahia; Diretor de operações Jacqueline Joseane Silva Santos, nacionalidade Brasileira, estado civil Solteira, profissão Estudante, CPF nº 052.972.075-25, cédula de Identidade RG nº 1541652398 SSP/BA, residente e domiciliado à Rua Joazeiro Carregosa, nº 76, na cidade de Paripiranga, Estado da Bahia; Conselho Comunitário: membros ativos representantes o sindicato da classe da educação, João Neto Fraga, nacionalidade Brasileira, estado civil Divorciado, profissão Professor, CPF nº 963.879.025-72, cédula de Identidade RG nº 0970260261, residente e domiciliado à Travessa Antônio Euplio Lima, nº 11, na cidade de Paripiranga, Estado da Bahia; representante da Igreja Católica, Pedro Lual Matos, nacionalidade Brasileira, estado civil casado, profissão Militar Aposentado, CPF nº 269.799.085-05, cédula de Identidade



RG nº 1190247216 SSP/BA, residente e domiciliado à Avenida Salustiano Domingues de Santana nº 209, na cidade de Paripiranga, Estado da Bahia, representante da Igreja Evangélica, residente Carlos de Carvalho, nacionalidade Brasileira, estado civil casado, profissão Professor, CPF nº 025.926.595-15, cédula de identidade RG nº 62509036 SSP/BA, residente e domiciliado à Rua Rio Matos de Carvalho, nº 527, na cidade de Paripiranga, Estado da Bahia, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, José Geraldo de Santana, nacionalidade Brasileira, estado civil solteiro, profissão Agricultor, CPF nº 690.282.108-72, cédula de identidade RG nº 190231 SSP/SE, residente e domiciliado à Avenida Salustiano Domingues de Santana nº 209, na cidade de Paripiranga, Estado da Bahia, representante de exco. municipal, José Robinson Miranda dos Santos, nacionalidade Brasileira, estado civil casado, profissão professor, CPF nº 005.767.825-53, cédula de identidade RG nº 778162 SSP/SE, residente e domiciliado à Rua Quilmea Campos, nº 39, na cidade de Paripiranga, Estado da Bahia. E para membros suplentes do conselho comunitário, como representantes do sindicato de classe da educação Josefa Jusseline Ferreira de Andrade, nacionalidade Brasileira, estado civil casada, profissão professora, CPF nº 330.902.315-20, cédula de identidade RG nº 222527110 SSP/SP, residente e domiciliado à Rua Japá Carregosa, 514 na cidade de Paripiranga, Estado da Bahia, representante da Igreja Católica, Edineide de Carvalho Santos Leal, nacionalidade Brasileira, estado civil casado, profissão atendente de comércio, CPF nº 653.124.135-34, cédula de iden-



02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

tidade RG nº 1145858 SSP/SE, residente e domiciliado à Avenida Salustiano Romarques de Santana nº 209, na cidade de Paripiranga, Estado da Bahia, representante da Igreja evangélica, Adriano Ribeiro Moqueva, nacionalidade Brasileira, estado civil casado, profissão estudante, CPF nº 001.1227.5-43, cédula de identidade RG nº 1013186265 SSP/BA, residente e domiciliado à Rua Manoel de La Torre Santa Rosa, nº 01, na cidade de Paripiranga, Estado da Bahia, representante do sindicato dos trabalhadores rurais, Elune Ramos do Rosário, nacionalidade Brasileira, estado civil casado, profissão agricultora, CPF nº 007.349.365-16, cédula de identidade RG nº 1012439497 SSP/BA, residente e domiciliado à Rua João Pereira, nº 943, na cidade de Paripiranga, Estado da Bahia, representante de escolas municipais Regiane Santos Gomes Miranda, nacionalidade Brasileira, estado civil casado, profissão professora, CPF nº 969.220.955-53, cédula de identidade RG nº 1052127 SSP/SE, residente e domiciliado à Rua Serqueira Campos, nº 39, na cidade de Paripiranga, Estado da Bahia. O Presidente, após apurados os eleitos, deu-lhes imediatamente posse, para as suas funções e atribuições que se iniciam nesta data. - Ficando livre a palavra e como ninguém dispusse usá-la, o Presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, o que eu fiz, como secretário, em duas folhas de igual teor, em oito folhas e, após reaberta a sessão, a mesma foi lida e aprovada e segue assinada pelo Presidente da Assembleia, por mim, secretário e por todos os demais presentes, passaram a ser considerados membros fundados.

Paripiranga, 25 de junho de 2018.



Fernando Andrade Silva. — PRESIDENTE

Isabeline Joazeiro Silva Santos — Secretária

Adilson Santa Rosa Nascimento —

João José Andrade Gomes — Advogado OAB/BA 42.821

João José Andrade Gomes
OAB/BA 42821

João Neto Foga Santos —

3. Ricardo Bardenheide —

Luiz Wilson Guedes da Silva —

Adriano Lacerda —

Aluísio Ribeiro Nogueira —

Regiane Santos Guerra Miranda —

Edinilde de Carvalho Santos Local —

Dr. Eduardo de Sá —

Glenn Ramos de Rêgo Santos —

Joana Odileia Santos Santana

Josefa Vilma Souza Santos

Fátima Zaira Jesus F. Santos

Andréa Nunes Pinto Santa Rosa

Brara Cristina de Souza

Laís Góes Oliveira Costa

Fabio Marcelo Sousa

Almeida Nascimento dos Santos

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
COMARCA DE PARIPIRANGA-BAHIA

Protocolo nº 5.463, Livro A-2, fls. 14

Registro nº 403, Livro A-09, fls. 242/250

Paripiranga, 24 de julho de 2018

SEBASTIÃO FREIRE DO NASCIMENTO JÚNIOR
DELEGATÁRIO

Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas

Títulos e Documentos

Comarca de Paripiranga-Bahia

Assinatura

Almeida Almeida Santos
Servidora Substituta

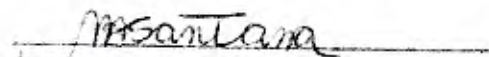


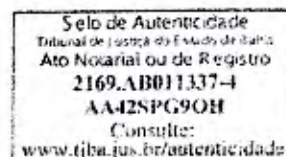
**CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
COMARCA DE PARIPIRANGA – BAHIA.**

Certidão de Ato Registrado

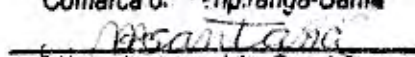
Certifico para os devidos fins que o Estatuto, fica registrado de acordo os dados a seguir:

Protocolo nº5.467, Livro A-2, fls.14.
Registro nº403, Livro A-09, fls.242/250.
Paripiranga-BA, 24 de julho de 2018.


Sebastião Freire do Nascimento Junior
Delegatário do Registro



DAJE nº2169.002.008345, no valor de R\$335,58
Sendo R\$160,41 de emolumentos,
R\$115,10 de taxa Fiscal,
R\$49,33 Fecom,
R\$6,44 de PGE,
R\$4,30 de Def. Pública.

**Cartório do Registro de Imóveis e de OBRIGACIONES
TÍTULOS e DOCUMENTOS
Comarca de Paripiranga-Bahia**

**Michele Almeida Santana
Servidora Substituta**



ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO

Ata da assembleia geral de constituição de ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PARIPIRANGA, realizada no dia 25 do mês de junho do ano de 2018.

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, às quinze horas, à Rua Manoel Coelho Cruz, sn, nesta cidade, reuniram-se em assembleia geral de constituição e fundação os senhores membros fundadores da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PARIPIRANGA. Assumiu a presidência do trabalho, por aclamação unânime, o senhor FERNANDO ANDRADE SILVA, nacionalidade BRASILEIRA, estado civil UNIÃO ESTÁVEL, profissão AUXILIAR ADMINISTRATIVO, CPF n.º 045.765.245-42, Cédula de Identidade RG n.º 1365116098 SSP/BA, residente e domiciliado à Rua ÁV. SALUSTIANO DOMINGUES DE SANTANA, n.º 683, na cidade de PARIPIRANGA, Estado da BAHIA, convidando a mim, JAQUELINE JOSEANE SILVA SANTOS, nacionalidade BRASILEIRA, estado civil SOLTEIRA, profissão ESTUDANTE, CPF n.º 052.972.075-25, Cédula de Identidade RG n.º 1541652398 SSP/BA, residente e domiciliado à Rua JOSAFÁ CARREGOSA, n.º 76, na cidade de PARIPIRANGA, Estado de BAHIA, para secretariar a sessão, o que aceitei. A pedido do Presidente, li a ordem do dia, para a qual fora convocada esta assembleia geral e que tem o seguinte teor: a) discussão e aprovação do projeto dos estatutos sociais; b) constituição e fundação definitiva da sociedade; c) eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário; d) outros assuntos relacionados com a constituição e fundação da associação. Iniciando-se os trabalhos, o Presidente me solicitou que procedesse à leitura do projeto dos Estatutos Sociais, cujas cópias já haviam sido distribuídas previamente aos presentes. Finda a leitura, o Presidente submeteu-o, artigo por artigo, à apreciação e discussão e, em seguida, à sua votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade e sem emendas ou modificações, mantendo o teor seguinte:

ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PARIPIRANGA

ESTATUTO SOCIAL

1 - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art.1º - A Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, doravante denominada Rádio Paripiranga FM, é uma associação (Pessoa Jurídica de direito privado sem fins lucrativos) de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, do Município de Paripiranga, Estado da Bahia, com sede, na Rua Manoel Coelho Cruz.

Parágrafo Único - A Paripiranga FM reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Cartório Registro de Imóveis - Cartotecas
Títulos e Documentos
Comarca de Paripiranga-Bahia
Michele Almeida Santana
Secretaria Substituta

Certifico que a presente fotocópia está de acordo com a original que nela foi apresentada, e dou fé.
Em 24 de Junho de 2018
Edição Ribeiro Freire
ABELIAO DE NOIAS



Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Autenticação
2171.AB107936-6
Consulte o selo em www.tjba.br/autenticacao

Certifico que a presente fotocópia está de acordo com a original que foi apresentada, e dou fé em 24 de 07 de 2013
Michele Almeida Barilana
Servidora Substituta

Cartório do Registro de Imóveis - atencas
Títulos e Documentos
Comarca do Rio de Janeiro
Michele Almeida Barilana
Servidora Substituta

Art. 2º - A Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a :

- Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II – respeitar e atender aos seguintes princípios:

- preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

§1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

§2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art.4º - A receita da Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais



Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Autenticação
2171.AB107941-2
Consulte o selo em www.tjba.jus.br/autenticacao

Certifico que a presente fotocópia
está de acordo com a original que
me foi apresentada, e dou fé
Em _____ de _____ de 20____
Edivaldo Ribeiro Freire TABELIAO DE NOTAS

Cartório do Registro de Imóveis - 1ª Ofício
Títulos e Documentos
Comarca de Paripiranga-Bahia
Michele Almeida Santann
Servidora Substituta

e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Serão admitidos como associados as pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembleia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto, os quais poderão, a qualquer momento e uma vez estando quites com a entidade, deixar de fazer parte de seu quadro de associados.

Art. 6º - A Radio Paripiranga FM será composta pelas seguintes categorias de associados:

- I – Fundadores – formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.
- II – Contribuintes ou Efetivos
- III – Honorários

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembleia Geral.

Art. 8º - São direitos e deveres dos associados:

- a) garantir as pessoas físicas o direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 12;
- b) manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela AG.
- c) garantia dos direitos de voz e de voto aos associados nas instancias deliberativas.

Art. 9º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

III - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10 - São órgãos da Paripiranga FM :

- a) Assembleia Geral ;
- b) Diretoria ;
- c) Conselho Comunitário.

Art. 11 - A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação da Paripiranga FM, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no dia 30 do



Crédito: 6000 em www.12303.cn.br/autenticidade

Enaldo Ribeiro Freire TABELIAO DE NOTAS
Comandante de Bateria

Cartório do Registro de Imóveis e Documentos

Comarca de Piripiranga-Bahia

STUDIOS SUBSISTE

a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
b) Convocar as reuniões e Assembléias Gerais;



Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Autenticação
2171.AB107951-0
Cópia online em: www.tjba.jus.br/autenticidade



Certifico que a presente fotocópia
está de acordo com a original que
me foi apresentada, e dou fe
Em 24 de 07 de 2018
Edivaldo Ribeiro Freire TABELIAO DE NOTAS
Comarca de Paripiranga

Cartório do Registro de Imóveis - Paripiranga
Títulos e Documentos
Comarca de Paripiranga-Bahia
Michele Almeida S. Brito
Sócia-Administradora

- c) Representar a Paripiranga FM em atos públicos ou internos.
- d) Realizar todos atos necessários ao desenvolvimento da Paripiranga FM.
- e) Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins.
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral;

II) De cada dirigente:

- a) Ao Presidente compete: representar a Paripiranga FM, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;
- b) Ao Diretor Administrativo compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos documentos concernentes a vida financeira da Paripiranga FM, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade;
- c) Ao Diretor de Operações compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

Art. 14 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo único - O Conselho Comunitário cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente



Documento original eletrônico

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Certifico que a presente fotocópia está de acordo com a original que foi apresentada, e dou fé de 20/08/2018
Valdo Ribeiro Freire TABELIÃO DE NOTAS
Cartório de Registro de Imóveis

Cartório do Registro de Imóveis - Itapicula
Títulos e Documentos
Comarca de Paripiranga-Bahia
Michele Alentejo Santana
Servidora Substituta

elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

IV - DAS ELEIÇÕES

Art. 15 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros bem como do referendado de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 16 - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 17 - O Patrimônio e Receita da Paripiranga FM será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 18 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim.

Art. 19º - A dissolução da Paripiranga FM ocorrerá segundo decisão de Assembléia



Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Autenticação
2171.AB107938-2
Consulte o selo em: www.tjba.jus.br/sistema-autenticacao

Certifico que a presente fotocópia
está de acordo com a original que
foi apresentada, e dou fé
de 20 de 2018
Edivaldo Ribeiro Freire TABELIAO DE NOTAS
Comarca de Paripiranga

Cartório do Registro de Imóveis - Paripiranga

Títulos e Documentos

Comarca de Paripiranga-Bahia

Michele Almeida Santana
Servidora Substituta

Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade não econômicas congêneres, definida na Assembléia.

VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 21 - O presente estatuto foi aprovado na AG de 11 de junho de 2018 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

Paripiranga, 11 de junho de 2018

A seguir, o Presidente declarou definitivamente fundada e constituída associação ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PARIPIRANGA, procedendo-se, então, à eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário, para o primeiro período de gestão, que chegou ao seguinte resultado: DIRETORIA: Diretor Presidente FERNANDO ANDRADE SILVA, nacionalidade BRASILEIRA, estado civil UNIÃO ESTÁVEL, profissão AUXILIAR ADMINISTRATIVO, CPF n.º 045.765.245-42, Cédula de Identidade RG n.º 1365116098 SSP/BA, residente e domiciliado à RUA AV. SALUSTIANO DOMINGUES DE SANTANA, n.º 683, na cidade de PARIPIRANGA, Estado da BAHIA, Diretor Administrativo TALISSON SANTA ROSA NASCIMENTO, nacionalidade BRASILEIRA, estado civil CASADO, profissão AUTÔNOMO, CPF n.º 045.920.155-76, Cédula de Identidade RG n.º 34222103 SSP/SE, residente e domiciliado à RUA CEL. JOAQUIM DE MATOS, n.º 24, na cidade de PARIPIRANGA, Estado da BAHIA e Diretor de Operações JAQUELINE JOSEANE SILVA SANTOS, nacionalidade BRASILEIRA, estado civil SOLTEIRA, profissão ESTUDANTE, CPF n.º 052.972.075-25, Cédula de Identidade RG n.º 1541652398 SSP/BA, residente e domiciliado à RUA JOSAFÁ CARREGOSA, n.º 76, na cidade de PARIPIRANGA, Estado de BAHIA; CONSELHO COMUNITÁRIO: membros efetivos representante o sindicato da classe da educação, JOÃO NETO FRAGA, nacionalidade BRASILEIRA, estado civil DIVORCIADO, profissão PROFESSOR, CPF n.º 963.879.025-72, Cédula de Identidade RG n.º 0970260261, residente e domiciliado à TRAVESSA ANTÔNIO SANTOS LIMA, n.º 11, na cidade de PARIPIRANGA, Estado da BAHIA, representante da igreja católica, PEDRO LEAL MATOS, nacionalidade BRASILEIRA, estado civil CASADO, profissão MILITAR APOSENTADO, CPF n.º 269.749.085-05, Cédula de Identidade RG n.º 1190247216 SSP/BA, residente e domiciliado à AVENIDA SALUSTIANO DOMINGUES DE SANTANA, n.º 809, na cidade de PARIPIRANGA, Estado da BAHIA, representante da igreja evangélica, VICENTE CARDOSO DE CARVALHO, nacionalidade BRASILEIRA, estado civil CASADO, profissão PROFESSOR, CPF n.º 085.926.595-15, Cédula de Identidade RG n.º 0064509036 SSP/BA, residente e domiciliado à BRICIO MATOS DE CARVALHO, n.º 587, na cidade de PARIPIRANGA, Estado da BAHIA, representante do sindicato dos trabalhadores rurais, JOSE EVERALDO DE SANTANA, nacionalidade BRASILEIRA, estado civil SOLTEIRO, profissão AGRICULTOR, CPF n.º 690.484.108-78, Cédula de Identidade RG n.º 192231 SSP/SE, residente e domiciliado à AVENIDA



Registro de Imóveis - Cartórios
de Títulos e Documentos
Comarca de Espiranga-Bahia

transposon bromides
bromides bromides
bromides bromides

TABELIONATO
DE NOTAS

TABELONARIO
DE NOTAS

Agustina Gomes Silva Soares
Secretário

2500 ft. Jackson County
Trib. East River Abundant

2717 AB 109690-2

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

João Neto Fagundes
 Dela Fagundes
 Maria Fátima Guerra dos Santos
 Ana Maria de Sá
 Maria Rita de Sá
 Maria Inês do Espírito Santo
 Edineide de Carvalho Santos
 Renata Santos Guerra Miranda
 Maria da Glória
 Rosa Edilúcia Santos Santana
 Maria Vilma Souza Santos
 Anelise Nunes Costa Santos
 Maria Cristina de Souza
 Maria Glória Oliveira
 Gabriel de Souza
 José Manoel dos Santos
 João Maria José Francisco

Cartório do Registro de Imóveis - Odecas
 Títulos e Documentos
 Comarca de Arapiranga-Bahia

Mariana
 Michel Albuquerque Santana

Certifico que a presente fotocópia
 está de acordo com a original que
 me foi apresentada, e dou fé
 Em 24 de 05 de 2018
 Edivaldo Ribeiro Freire TABELIAO DE NOTAS

Selo de Autenticidade
 Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
 Autenticação
 2171.AB107944-7
 Confira o selo em: www.tjba.jus.br/autenticidade



**DAJE**

6954352418072018

Documento de Arrecadação Judicial e Extrajudicial**Emissor 2169****Série 002****Nº 008345****CONTRIBUINTE**

associação de radiodifusão comunitario de paripiranga

CPF/CNPJ

045.765.245-42

PAGÁVEL ATÉ

23/07/2018

ENDEREÇO

PARIPIRANGA

CIDADE

Paripiranga

COMARCA

PARIPIRANGA

CARTÓRIO☐ JUDICIAL☒ EXTRAJUDICIAL**RESPONSÁVEL**☒ DELEGATÁRIO☐ SERVIDOR
SUBSTITUTO**CÓDIGO DESTINO**

2169 - REGISTRO DE IMOVEIS E HIPOTECAS TITULOS E

OBSERVAÇÃO/FILIAÇÃO

(esta última somente em caso de certidão cível/criminal)

NÚMERO DO ATO/PROCESSO**QUANTIDADE DE ATOS**

1

COMPLEMENTAÇÃO DAJE Nº**TIPO/NATUREZA DO ATO**

22010 - IV - INSCRIÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS, INCLUINDO-SE TODOS

VALOR DO ATO

R\$ 335,58

Senhor caixa: não receber pagamento em cheque - não receber após o vencimento.

Emolumentos R\$160,41 - Taxa Fiscal R\$115,10 - FECCOM R\$49,33 - PGE R\$6,44 - Def. Pública R\$4,30

DATA DE EMISSÃO

18/07/2018

VALOR A PAGAR

R\$ 335,58



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

DOCUMENTO

DIRETORIA



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

Richard H

PROIBIDO PLASTIFICAR 1475961677		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1475961677	
RG 08165846938		CPF 045.765.245-42	
DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028		DATA DE EMISSÃO 07/02/2013	
LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE		LOCAL DE EMISSÃO AMACATI, SE	
TIPO DE DOCUMENTO RG		TIPO DE DOCUMENTO RG	
DATA DE VALIDADE 25/05/2017		DATA DE VALIDADE 25/05/2017	
ASSINATURA DO TITULAR <i>[Assinatura]</i>		ASSINATURA DO EMISSOR <i>[Assinatura]</i>	
LOCAL DE EMISSÃO AMACATI, SE		LOCAL DE EMISSÃO AMACATI, SE	
DATA DE EMISSÃO 07/02/2013		DATA DE EMISSÃO 07/02/2013	
TIPO DE DOCUMENTO RG		TIPO DE DOCUMENTO RG	
DATA DE VALIDADE 25/05/2017		DATA DE VALIDADE 25/05/2017	
ASSINATURA DO TITULAR <i>[Assinatura]</i>		ASSINATURA DO EMISSOR <i>[Assinatura]</i>	
LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE		LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE	
DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028		DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028	
LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE		LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE	
DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028		DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028	
LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE		LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE	
DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028		DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028	
LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE		LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE	
DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028		DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028	
LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE		LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE	
DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028		DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028	
LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE		LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE	
DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028		DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028	
LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE		LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE	
DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028		DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028	
LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE		LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE	
DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028		DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028	
LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE		LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE	
DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028		DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028	
LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE		LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE	
DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028		DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028	
LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE		LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE	
DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028		DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028	
LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE		LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE	
DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028		DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028	
LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE		LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE	
DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028		DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028	
LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE		LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE	
DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028		DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028	
LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE		LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE	
DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028		DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028	
LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE		LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE	
DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028		DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028	
LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE		LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE	
DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028		DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028	
LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE		LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE	
DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028		DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028	
LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE		LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE	
DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028		DATA DE NASCIMENTO 24/03/2028	
LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE		LOCAL DE NASCIMENTO AMACATI, SE	

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49





mastercard

Fernando Andrade Silva

5115.****.****.2929

Pagamento Mínimo

R\$17,76

Total desta Fatura*

R\$59,20

Vencimento

10/06/2018

Limite do cartão

R\$600,00

Melhor dia para compras

26/06/2018

*Este valor não inclui parcelas futuras de compras e saques.

INFORMAÇÕES

Fatura Anterior

Total Fatura

R\$0,00

Pagamento Anterior

R\$0,00

Saldo

R\$0,00

Total parcelas futuras de compras/saques: R\$ 532,80

O valor máximo dos encargos em caso de pagamento mínimo até o vencimento é de R\$ 8,28

HISTÓRICO DE MOVIMENTAÇÕES

FERNANDO A SILVA

5115.****.****.2929

DATA

19/05/2018

TRANSAÇÕES NACIONAIS

COMENT CAL ADOS LTDA - Parc.1/10

VALOR

-R\$ 59,20

Total despesas/débitos:

R\$59,20

10/05 - Cotação Dólar: R\$ 3,74

Taxa Rotativo: 19,99 % a.m. | CET: 878,20 % a.a.

Encargos máximos para próx. fatura: 20,99 % a.m.

IOF Incidente de compras no exterior: 6,38%

Taxa parcelamento de fatura: 0,00 % a.m. | CET: 0,00 % a.a.

Multas atraso: 2,00% | IOF: 0,0082 % a.a. + 0,38 % adicional

Para maiores informações ligue 3064.2221 (Capitais) ou 0800.602.0022 (Demais Localidades)



121-1

12190.00005 00000.019000 06379.311142 2 00000000000000

Local de Pagamento

Pagar na Rede Bancária

Beneficiário BANCO AGIBANK S.A.
CNPJ: 10.664.513/0001-50Data do Documento
11/05/2018NF do Documento
09000637931Espécie Doc.
DSAceite
NData do Processamento
11/04/2018

Uso do Banco

Carteira
011Espécie
R\$

Quantidade

Valor

Vencimento

10/06/2018

Agência / Código do Beneficiário

000001 / 0000000001

Nosso Número

80006379319 / 011

(*) Valor Total da Fatura

R\$59,20

(-) Pagamento Mínimo

R\$17,76

(-) Valor do Parcelamento da Fatura

(-) Desconto / Abatimento

(*) Mora / Multa

(**) Valor Pago

Instruções

Siga a CAIXA: Recetar somente em dinheiro. Preencher os campos VALOR DO DOCUMENTO e VALOR COBRADO com o valor a ser pago (valor máximo a ser pago = total desta fatura). Os encargos moratórios decorrentes do pagamento realizado após o vencimento serão cobrados na próxima fatura.

Pagador:

Fernando Andrade Silva CPF: 045.785.248-42
Av SALUSTIANO DOMINGUES DE SANTANA, 683, casa
Centro
48430-000 - Paripiranga - BA

Sacador / Avalista: BANCO AGIBANK S.A. - CNPJ: 10.664.513/0001-50



Autenticação Mecânica - FICHA DE COMPENSAÇÃO



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
JAQUELINE JOSEANE SILVA SANTOS

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR
1541652398 SSP BA

CITY
052.972.075-25

DATA NASCIMENTO
22/09/1991

PLACAO
GILBERTO ANDRADE
SANTOS
JOSEANE SILVA CRUZ

PERMISSÃO
0000000000

ACQ.
00000000

CAT. HAB.
AB

INSCRIÇÃO
05856394276

VALIDADE
10/01/2023

1ª HABILITAÇÃO
20/08/2013

OBSERVAÇÕES
SEM OBSERVAÇÃO;

Assinatura do Portador
Jaqueline Joseane Silva Santos

LOCAL
ARACAJU, SE

DATA DE EMISSÃO
12/01/2018

Assinatura do Emissor
Marcos Sampaio Kuhl
DIRETOR-PRESIDENTE
98060459825
SE020397461

SERGIPE

DE NATAL - GOIATUBA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1556253041

PROIBIDO PLASTIFICAR
1556253041

Detona. Operações



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

CONTRATO DE LOCAÇÃO RESIDENCIAL

São partes neste instrumento:

LOCADOR: VANICE RABELO DE ANDRADE, brasileira, casada, vendedora, RG 62383522-8 SSP/BA CPF 010640555/16, rua Manoel Cesário, 438, bairro Capoeira.

LOCATÁRIO (a): JAQUELINE JOSEANE SILVA SANTOS, brasileira, solteira, vendedora, RG 1541652398 SSP/BA, CPF 521651884-52, rua Josafa Carregosa, 76, centro.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto da presente locação é o imóvel situado na Rua Josafa Carregosa (nº76, centro de Paripiranga BA-).

CLÁUSULA SEGUNDA: O prazo da locação é de 6 (seis) meses, iniciando-se em 01 de Maio de 2018.

2018 e a terminar em 01 de novembro de 2018, independentemente de aviso, notificação ou interpelação

judicial ou mesmo extrajudicial.

CLÁUSULA TERCEIRA: O aluguel mensal deverá ser pago até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao

vencido, no local indicado pelo LOCADOR, é de R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais,

reajustados anualmente, de conformidade com a variação do IGP-M apurada no ano anterior, e na sua

falta, por outro índice criado pelo Governo Federal e, ainda, em sua substituição, pela Fundação Getúlio

Vargas, reajustamento este sempre incidente e calculado sobre o último aluguel pago no último mês do

ano anterior.

CLÁUSULA QUARTA: O LOCATÁRIO pagará todos os impostos, tributos e taxas, despesas ordinárias de

condomínio, bem como todas e quaisquer outras despesas incidentes sobre o imóvel e sua locação, ônus



e encargos outros de que natureza seja, federais, estaduais e municipais, que recaem ou venham a recair

sobre o imóvel ora locado, sendo que correrão, também, por conta do LOCATÁRIO as despesas com

ligação e consumo de luz, força, água e gás que serão pagas diretamente às empresas concessionárias

dos referidos serviços.

CLÁUSULA QUINTA: Em caso de mora no pagamento do aluguel, aplicar-se-á uma multa de 2% (dois por

cento) sobre o valor devido e juros mensais de 1% (um por cento) do montante devido.

CLÁUSULA SEXTA: Fica convencionado ainda pelos contratantes que o pagamento da multa não

significa a renúncia de qualquer direito ou aceitação da emenda judicial da mora, em caso de qualquer

procedimento judicial contra o LOCATÁRIO.

CLÁUSULA SÉTIMA: As obras e despesas com a conservação, limpeza e asseio do imóvel correrão por

conta, risco e ônus do LOCATÁRIO, ficando este obrigado a devolver o imóvel em perfeitas condições de

limpeza, asseio, conservação e pintura, quando finda ou rescindida esta avença, sem qualquer

responsabilidade pecuniária para o LOCADOR. O LOCATÁRIO não poderá realizar obras de vulto e nem

modificar a estrutura do imóvel ora locado, sem prévia autorização por escrito da LOCADORA. Caso este

consinta na realização das obras, estas ficarão desde logo, incorporadas ao imóvel, sem que assista ao

LOCATÁRIO qualquer indenização pelas obras ou retenção por benfeitorias. As benfeitorias removíveis

poderão ser retiradas, desde que não desfigurem o imóvel locado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O LOCATÁRIO declara receber o imóvel em perfeito estado de conservação e



limpeza, mobiliado, com pintura nova, fechaduras, vidros, parte elétrica e hidráulica e tudo mais em perfeito

funcionamento.

CLÁUSULA OITAVA: O LOCATÁRIO declara, que o imóvel ora locado, destina-se única e exclusivamente

para o seu uso residencial e de sua família.

PARÁGRAFO ÚNICO: O LOCATÁRIO, obriga por si e sua família, a cumprir e a fazer cumprir

integralmente as disposições legais sobre o Condomínio, a sua Convenção e o seu Regulamento Interno.

CLÁUSULA NONA: O LOCATÁRIO não poderá sublocar, transferir ou ceder o imóvel, sendo nulo de

pleno direito qualquer ato praticado com este fim sem o consentimento prévio e por escrito do LOCADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA: Em caso de sinistro parcial ou total do imóvel locado, que o torne inabitável, o

presente contrato ficará rescindido, de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial

ou extrajudicial; no caso de incêndio parcial, obrigando a obras de reconstrução, o presente contrato terá

suspendido a sua vigência e reduzida a renda do imóvel durante o período da reconstrução à metade do

que na época for o aluguel, e sendo após a reconstrução devolvida o LOCATÁRIO pelo prazo restante do

contrato, que ficará prorrogado pelo mesmo tempo de duração das obras de reconstrução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Em caso de desapropriação total ou parcial do imóvel locado, ficará

rescindido de pleno direito o presente contrato de locação, independente de quaisquer indenizações de

ambas as partes ou contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Em caso de falecimento do FIADOR, o LOCATÁRIO, deverá no prazo



de 60 (sessenta) dias, dar substituto idôneo que possa garantir o valor locativo e encargos do referido

imóvel, colocando o LOCADOR a salvaguarda.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: No caso de alienação do imóvel, obriga-se o LOCADOR, dar

preferência ao LOCATÁRIO, e se o mesmo não se utilizar dessa prerrogativa, o LOCADOR deverá

constar da respectiva escritura pública, a existência do presente contrato, para que o adquirente o respeite

nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Como interveniente FIADOR e principal pagador do LOCATÁRIO, com

este solidariamente responsável pelo pontual pagamento do aluguel, demais encargos e importâncias

cobráveis e exigíveis, e, pelo fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições deste contrato, não só

até o final de seu prazo, como mesmo depois, até a efetiva entrega das chaves ao LOCADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Ao LOCADOR é facultado, por si ou seus procuradores, vistoriar o imóvel,

sempre que achar conveniente, para certeza do cumprimento das obrigações assumidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Cabe ao LOCATÁRIO, o cumprimento, dentro dos prazos legais, de

quaisquer multas ou intimações por infrações das leis, portarias ou regulamentos vigentes, originários de

quaisquer repartições ou entidades. Obriga-se ainda, a entregar ao LOCADOR, dentro de prazos que

permita o seu cumprimento, aviso ou notificação de interesse do imóvel, sob pena de, não o fazendo,

assumir integral responsabilidade pela falta.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: A infração de qualquer das cláusulas do presente contrato, sujeita o

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



infrator à multa de duas vezes o valor do aluguel, tomando-se por base, o último aluguel vencido,

cobrável ou não por ação executiva, sem prejuízo da rescisão imediata deste contrato, além do pagamento

de todas as despesas por procedimentos judiciais e outras sanções que o caso indicar.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: As partes contratantes obrigam-se por si, herdeiros e/ou sucessores,

elegendo o Foro da Cidade do (colocar o fórum do município), para o processamento de qualquer ação

oriunda da presente avença, renunciando, de futuro, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja o

domicílio dos mesmos.

E, por assim estarem justos e contratados, mandaram extrair o presente

instrumento em duas (02) vias, para um só efeito, assinando-as, a tudo presentes.

Santos, São Paulo, 01 de Maio de 2018.

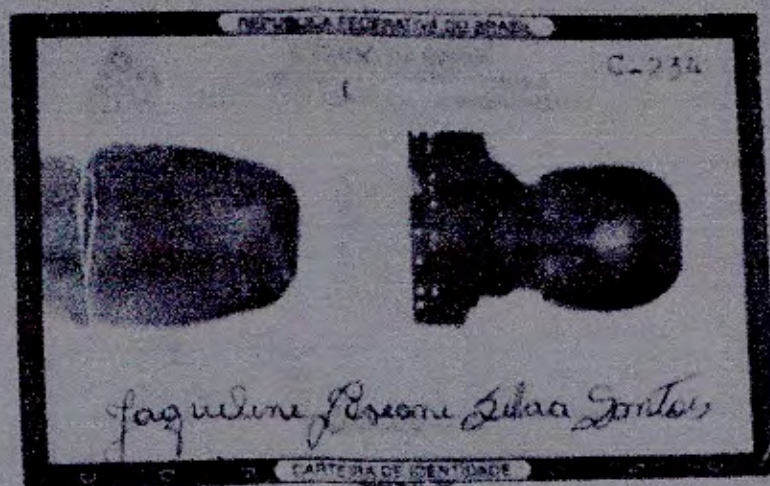
LOCADOR: Vânia Bonbrade

LOCATÁRIO: Regulini Freire Silva Santos



Reconheço como verdadeira(s) assinatura(s) e
assinada(s) com esta assinatura e
foi feito em 24 de 07 de 2018
Freire TABELIAO DE NOTAS





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL			
REGISTRO	15416523 98	DATA DE EMISSÃO	12/06/2007
COPIA			
JAQUELINE JOSEANE SILVA SANTOS			
FILHO DE			
GILBERTO ANDRADE SANTOS			
JOSEANE SILVA CRUZ			
NATURALIDADE		DATA DE NASCIMENTO	
PARIPIRANGA BA		22/09/1991	
DOSS. UFGAM CER-NAS CM-PARIPIRANGA BA			
DST-SEDE		L-A23 F-217 R-021565	
CPF 1			
Assinatura: <i>[assinatura]</i>			
Linha de identificação			
LEI Nº 7.116 DE 29.08.83			





Documento original eletrônico.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>



02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

Dr. Schmutzke

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
TACILSON SANTA ROSA NASCIMENTO

DOE (ENDEREÇO/CNPJ EMITENTE)
34222103 SSP BR

CPF
045.920.155-78

DATA NASCIMENTO
15/09/1990

FUNÇÃO
LUIS GONZAGA DO NASCIMENTO
MARIA DE CASSIA SANTA ROSA DO NASCIMENTO

RECURSO
NÃO

ACI
NÃO

CATÁLOGO
A3

VALIDADE
08/01/2019

VALIDADE
26/12/2008

VALIDADE EM TODOS O TERRITÓRIO NACIONAL
865102958

OBSERVAÇÃO
SEM OBSERVAÇÃO

PROIBIDO PLASTIFICAR
865102958

LOCAL
ARACATUBA, SP

DATA DE EMISSÃO
17/03/2014

8071917639
88014597069

DETRAN-SE-SENGUIPE



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

Pedido de serviço para Via para Pagamento Grupo B nº 1405485498

NOTA FISCAL | FATURA | CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

COMPANHIA DE ELETRICIDADE
DO ESTADO DA BAHIAAV. EDGARD SANTOS, 300
CABULA VI, SALVADOR, BAHIA
CEP 41181-900
CNPJ 15.139.629/0001-94
INSCRIÇÃO ESTADUAL 00478696NC

www.coelba.com.br

Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02
COELBA 0800 071 0800Atendimento ao deficiente auditivo
ou de fala: 0800 281 0142

Ouvidoria 0800 071 7676 / SMS Falta de Energia: 28560

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

167 - Liquidação Gratuita de telefones fixos e móveis

DADOS DO CLIENTE!
TALISSON SANTA ROSA
NASCIMENTO**DATA DE VENCIMENTO**
24/08/2017**DATA EMISSÃO DA NOTA**
FISCAL
17/08/2017**CONTA CONTRATO**
7000776372**ENDEREÇO**
RUA CORONEL JOAQUIM DE MATOS
CARREGOSA 24 -CENTRO-
PARIPIRANGA/PARIPIRANGA
-48430-000 PARIPIRANGA BA -**TOTAL A PAGAR**
R\$ 35,73**DATA DA APRESENTAÇÃO**
17/08/2017
NÚMERO DA NOTA FISCAL
242218212**CLASSIFICAÇÃO**
RESIDENCIAL
Bifásico
B1**PERÍODO CONSUMO**
17/07/2017 a 17/08/2017**CONSUMO**
50

ICMS - BASE DE CÁLCULO R\$ 0,00 Alíquota 27,00 valor do imposto R\$ 8,90

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA**VIA PARA PAGAMENTO**

Destaque aqui

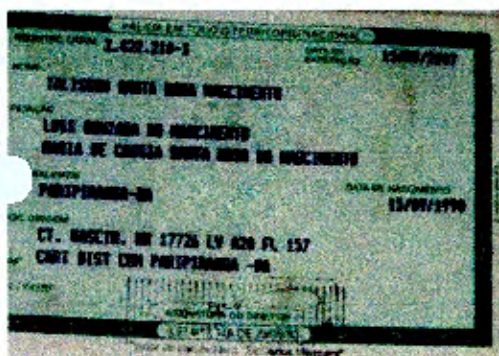
CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	TOTAL A PAGAR	VENCIMENTO	TALÃO DE PAGAMENTO
7000776372	08/2017	R\$ 35,73	24/08/2017	Evite dobrar e perfurar ou rasurar. Este canhoto será usado em leitora ótica.

838200000002 357300300070 000776372106 048831275531

**AUTENTICAÇÃO MECÂNICA**

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49





Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

EDITAL 112/2018/SEI-MCTIC

LOCALIDADE:
PARIPIRANGA/BA

MANIFESTAÇÃO DE
APOIO - PESSOAS
JURÍDICAS



EDITAL 112/2018/SEI-MCTIC

LOCALIDADE:
PARIPIRANGA/BA

MANIFESTAÇÃO DE
APOIO - PESSOAS
FÍSICAS



ANEXO 3
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
Razão Social:	COMENT CARLOS LTDA		
Endereço:	PRACA DEBRO RABELO DE MATOS, 74	CNPJ:	09.412.423/0001-93
Município:	PARIPIRANGA	UF:	BA CEP: 48.480-000
Nome do representante legal:	ANDRÉA NUNES PINTO SANTA ROSA		

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga CNPJ nº 31.058.285/0001-45 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Andréa Nunes Pinto Santa Rosa
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

10 de junho de 2018, PARIPIRANGA-BA
Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante.



CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE:

COMENT CALÇADOS LTDA

1 - **ANDRÉA NUNES PINTO SANTA ROSA**, brasileira, casada em comunhão parcial de bens, comerciante, natural de Simão Dias/SE, nascida em 17/01/1966, CPF nº. 265.390.475-68, portadora da cédula de identidade nº. 781.473 SSP/SE, residente e domiciliado Praça da Bandeira, SN, casa, centro, Paripiranga/BA, CEP. 48.430-000, e

2 - **MARIO ANDRE NUNES SANTA ROSA**, brasileiro, solteiro, comerciante, natural de Aracaju/SE, nascido em 16.06.1989, CPF nº 036.504.665-54, portador da cédula de identidade nº 1157928137 SSP/BA, residente e domiciliado a Praça da Bandeira, SN, casa, centro, Paripiranga/BA, CEP. 48.430-000, constituem uma sociedade limitada mediante as seguintes cláusulas:

1ª - A Sociedade girará sob o nome empresarial **COMENT CALÇADOS LTDA**, e terá sede na Praça Pedro Rabelo de Matos, 74, casa, centro, Paripiranga/BA, CEP. 48.430-000.

2ª - O capital social será de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) dividido em 15.000 (quinze mil), quotas de valor nominal de R\$ 2,00 (dois reais), subscritas e integralizadas, neste ato em moeda corrente do país, pelos sócios:

Andréa Nunes Pinto Santa Rosa	13.500 quotas	R\$ 27.000,00	90%
Mario Andre Nunes Santa Rosa	1.500 quotas	R\$ 3.000,00	10%
Total	15.000 quotas	R\$ 30.000,00	100%

3ª - O objeto social será o Ramo de Comercio varejista de calçados(4782-2/01); Comercio varejista de artigos de viagem(4782-2/02); Comercio varejista de artigos do vestuario e acessorios(4781-4/00); Comercio varejista de artigos esportivos(47636/02); Comercio varejista de artigos de papelaria(4761-0/03); Comercio varejista de suveniers, bijuterias e artesanatos(4789-0/01).

4ª - A sociedade iniciará suas atividades em 17.01.2008 e seu prazo de duração é indeterminado.

5ª - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, de quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para sua aquisição se postas a venda, formalizando se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

6ª - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

7ª - A administração da sociedade caberá a sócia **ANDRÉA NUNES PINTO SANTA ROSA**, com poderes e atribuições de representar a sociedade, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, sempre no interesse social, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em virtudes estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

8ª - Ao termino de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestará contas justificadas de sua administração procedendo a elaboração do inventario, do balanço patrimonial

x Andréa Nunes Pinto Santa Rosa

x Mario Andre Nunes Santa Rosa



e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, proporcionalmente de suas quotas, os lucros ou prejuízos apurados.

9º - Nos demais casos, segundo as disposições do estatuto social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores de fato e de direito.

10º - A sociedade poderá a qualquer tempo, antes ou depois de liquidar, ou antes de dissolver-se, mediante aprovação dos sócios, assumir por todos os sócios, a responsabilidade por qualquer dívida ou obrigação.

11º - Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma remuneração mensal, a título de "pro-labore", sobre as atividades administrativas desempenhadas.

12º - Faltando ou estando faltando algum sócio, a sociedade continuará suas atividades com os recursos necessários e o lucro. Não sendo possível ou inviável manter o interesse de um dos sócios, permanecerá o valor de sua participação até quando o liquidar o sócio, ou quando o patrimônio da sociedade, sobre a resolução em balanço, especificamente (ver anexo).

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolve em relação a um sócio (art. 1023 e art. 1031, CC/2002).

13º - O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou não condenado ou suspenso de sob o efeito de condenação que proíba de exercer administração de sociedade empresarial.

14º - Fica eleito, o Foro de PARTIRANGARA, para o exercício e o cumprimento das funções e obrigações resultantes desde contrato.

E, por estarem assim justos e contrahidos, os partes assinam e firmam, em duas vias, em 03 (três) dias do mês de maio de 2012, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Partirangara, 17 de maio de 2012.

André Nunes Pinto Rosa
Sócio - Administrador
André Nunes Pinto Rosa
Sócio - Administrador

Carolina Lucia Soares da Silva
RG 1.102.757.22P/SE
Carolina Lucia Soares da Silva
RG 1.102.757.22P/SE

UNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA
CENTRO DE REGISTRO EM SERVIDORES SOB Nº 2820312392
PROMISSÃO DE REGISTRO DE 20-03-2008
FRANCISCO JOSE DE OLIVEIRA CHAGAS
SECRETARIO-GERAL
CARTÃO CANCELADO EM 17/05/2012





Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02
CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - FATURA
NOTA FISCAL VÁLIDA PARA USO ATÉ 27/07/2018
Companhia de Energia de São Paulo S.A.
Av. Engenheiro Carlos de Carvalho, 100 - Jd. Santa Helena - São Paulo - SP 05410-000
CNPJ nº 09.412.423/0001-93

Unidade de Medida

COMENTÁRIO CADASTRO

CNPJ 09.412.423/0001-93

Classificação

ES COMERCIAL
COMERCIAL
Tráfego

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
307313494	UNICA	12/07/2018
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
12/07/2018	1011392648	3503178

ENTREGA DA UNIDADE DE MEDIÇÃO

FOCA BANDEIRA

CENTRO PARIPIRANGA/PIRIPIRANGA
PARIPIRANGA DA
49430-000

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
7017317894	07/2018
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PRÓXIMA FATURA
19/07/2018	13/08/2018
TOTAL A PAGAR (R\$)	1.097,77

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo de energia elétrica	1.233,00 kWh	R\$ 755,2530	R\$ 930,22
Autoprodução (Renovação de Energia)			R\$ 82,05
Contribuição luminária de rua			R\$ 26,00
Multa por atraso (R\$ 301,371448 - 12/06/18)			R\$ 21,40
Taxas por atraso (R\$ 301,371448 - 12/06/18)			R\$ 0,71
Atualização do IGP-M (R\$ 301,371448 - 12/06/18)			R\$ 1,39
TOTAL DA FATURA			1.097,77

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	Nº DE	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (KWH)		
101843702	LA	12057018	12077018	10	100000	100000	1.233,00		
101002780	CB	12057018	12077018	30	100000	100000	48,00		



RESERVAÇÃO DE FISCOS

PERÍODO DE FISCOS: 07/07/2018 A 07/08/2018

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

As informações aqui contidas são de caráter informativo e não devem ser utilizadas para fins de cobrança de tarifas ou para fins de litigância. A responsabilidade pela veracidade das informações é da Coelba Neoenergia.

As informações aqui contidas são de caráter informativo e não devem ser utilizadas para fins de cobrança de tarifas ou para fins de litigância. A responsabilidade pela veracidade das informações é da Coelba Neoenergia.

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERUPÇÕES					LIMITES DE TENSÃO		
CONSUMO	VALOR MÁXIMO	LIMITE MÍNIMO	LIMITE INTERMEDIÁRIO	LIMITE MÁXIMO	TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITES DE VARIAÇÃO (V)	
DIÁRIO	3,17	2,47	1,04	2,66	127	117	133
SEMANAL	2,08	1,47	0,65	1,74	220	207	231
ANUAL	2,41	1,90	0,80	2,08			

Coelba Neoenergia S.A. - Companhia de Energia de São Paulo S.A. - CNPJ nº 09.412.423/0001-93 - Av. Engenheiro Carlos de Carvalho, 100 - Jd. Santa Helena - São Paulo - SP 05410-000

CONTA CONTRATO: 7017317894 MÊS/ANO: 07/2018 DATA DE VENCIMENTO: 19/07/2018 TOTAL A PAGAR (R\$): 1.097,77

83860000010-7 97770030007-0 01731789420-4 00839532003-3



ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	JOÃO NETO FRAGA SANTANA			
Endereço:	RUA PAULO MATOS LIMA, 11			
Município:	PARIPIRANGA	UF:	BA	CEP: 48430-000
RG:	09702602-61	Órgão Emissor:	SSP-BA	CPF: 963.876.02572

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, CNPJ nº 31.058.285/0001-45 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

João Neto Fraga Santana
Assinatura do(a) apoiador(a)

13-06-18, PARIPIRANGA - BA.
Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

001810150 001810150 001810150 001810150 001810150 001810150 001810150 001810150 001810150 001810150

NOTA FISCAL

CONTA DE ÁGUA E/OU ESGOTO



JOAO NETO FRAGA SANTANA
TV ANTONIO SANTOS LIMA, 11
PARIPIRANGA CENTRO
CEP - 48.430-000

MATRICULA 087188449 RES-0001
INSCRICAO 0410.01.0181.1.0001.0011.0
ROTEIRO LEITURA 01810150
ROTEIRO ENTREGA 001810150
HIDROMETRO A13L023673

INTERAÇÃO DE
VENCIMENTO

21 JUN 2018

embasa



VENCIMENTO
17/06/2018

Ligação Gratuita
0800 0555 195

LOJA: RU DA CUTIA S/N

www.embasa.ba.gov.br/centralservicos
0800 0555 195

0002965/0000048-0965 1

Se a sua solicitação não for atendida dentro do prazo estabelecido,
ligue para a AGERSA e informe o número de protocolo de seu pedido.

0800 075 3226

**CONTRATO
DE ADESAO**

O seu contrato de adesão pode ser obtido em um dos nossos pontos de atendimento
ou através do site www.embasa.ba.gov.br/centralservicos



ACOMPANHE A MEDIÇÃO
DO SEU HIDRÔMETRO E,
SE NECESSÁRIO, ENTRE EM
CONTATO COM A EMBASA
PARA UMA MELHOR ANÁLISE
DO SEU CONSUMO.

Para facilitar a consulta, preencha
os campos ao lado com a leitura
do seu hidrômetro.
(apenas números pretos):

--	--	--	--	--

* Observações contidas de cartilha educativa produzida pela Embasa

ATUALIZE SEU CADASTRO

Para a Embasa lhe atender melhor, compareça em um de nossos pontos de atendimento e atualize seus dados.

PARA USO DO ENTREGADOR

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Desconhecida |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> Recusado |
| <input type="checkbox"/> Número não confere | <input type="checkbox"/> Outra Ocorrência |

MORADOR

☐

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO

PORTEIRO

☐

SÍNDICO

☐

VIZINHO

☐

DATA

ASSINATURA

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

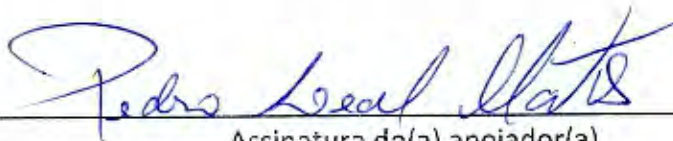
02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	PEDRO LEAL MATOS			
Endereço:	AV. SALUSTIANO D. DE SANTANA, Nº 809			
Município:	PARIPIRANGA	UF:	BA	CEP: 48430000
RG: 1190247216		Órgão Emissor:	SSP/BA	CPF: 269749085-04

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, CNPJ nº 31.058.285/0001-45 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.



Assinatura do(a) apoiador(a)

Paripiranga/BA, 16 de julho 2018

Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.





<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>


02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	ADRIANO RIBEIRO NOGUEIRA			
Endereço:	RUA DR. JOÃO TRINDADE, 91 Nº			
Município:	PARIPIRANCA	UF:	BA	CEP: 48.430.000
RG:	1013186265	Órgão Emissor:	GSP/BA	CPF: 001.182.725-43

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Sociedade Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, CNPJ nº 31.058.285/0001-45 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

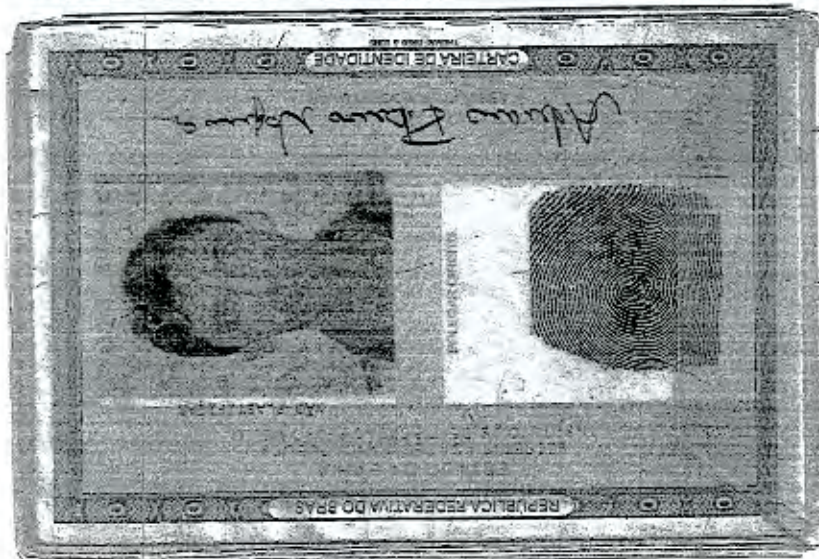
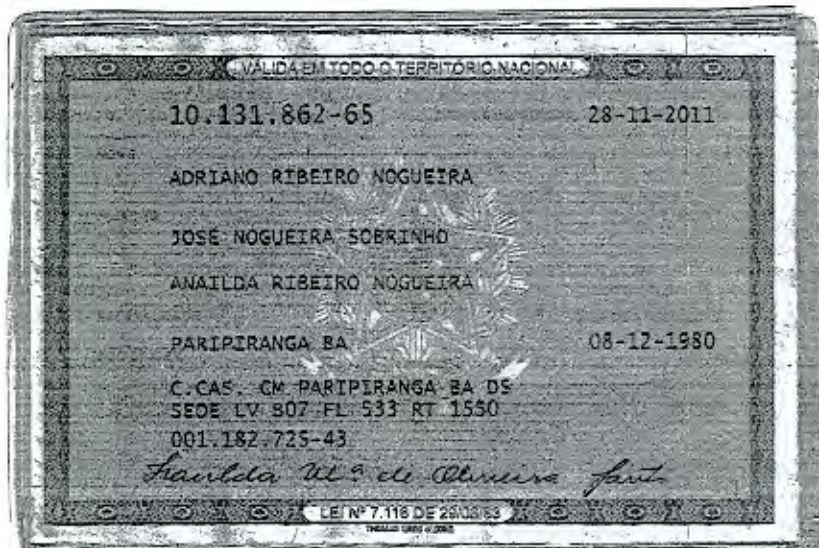
Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.


 Assinatura do(a) apoiador(a)
131 JUNHO. PARIPIRANCA/BA
 Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.





Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Companhia de Eletricidade do Estado de Bahia
Av. Edgar Santos, 320 - Cadeia Velha, Salvador, BA - CEP 41.181-900
CNPJ 15.195.229/0001-64 | Ins. Est. 024768392

SUELY DE OLIVEIRA GONZA NOGUEIRA

RUA MANOEL DE MATOS STA ROSA VCT
2800383

CPF: 884.805.544-53

CENTRO-PARIPIRANGA/PIRIPIRANGA
PARIPIRANGA, BA
48430-000B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
MANTENEDORCONTA CONTRATO
7010350284MÊS/ANO
05/2018DATA DE VENCIMENTO
24/05/2018DATA PRÓXIMA LEITURA
18/06/2018Nº DA NOTA FISCAL
266524848SÉRIE
UNICAEMISSÃO
17/05/2018APRESENTAÇÃO
1705/2018Nº DO CLIENTE
1010331712Nº DA INSTALAÇÃO
3566080

TOTAL A PAGAR (R\$)

59,21

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo (kWh)	71,00(0000)	3,75300134	54,14
Adesão e Encargos AMARELA			0,59
Contribuição para a Luz Pública			3,65
Multa por atraso NF 264415830 - 18/03/18			0,33
Multa por atraso NF 264415830 - 19/03/18			0,33
Atualização ICMS NF 264415830 - 18/03/18			0,16
TOTAL DA FATURA			59,21

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	ANTERIOR LEITURA	ATUAL DATA	ATUAL LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
6293208	CAT	17/04/2018	538100	17/05/2018	609100	30	1,0000		71,00

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO									
Medidor (kWh)									
MAR 18	71								
ABR 18	54								
MAR 18	80								
FEV 18	80								
JAN 18	57								
DEZ 17	51								
NOV 17	57								
OUT 17	51								
SET 17	51								
AUG 17	55								
JUL 17	55								
JUN 17	55								
Consumo Ativo (kWh)									
0,5281230									

ATENÇÃO! A COELBA INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO

Valor	Debitado em	Valor	Debitado em	Valor
240418	17/05/18	20,98		

Se ocorrer o não pagamento em até 10 dias, a cobrança de energia elétrica será suspensa, bem como poderá ocorrer a interrupção do fornecimento de energia elétrica. Para mais informações, consulte o site da COELBA, com o link: www.coelba.ba.gov.br

Resolução da COELBA de 2017, a fim de assegurar a segurança jurídica, para a concessão de energia elétrica, a COELBA, com o link: www.coelba.ba.gov.br

CONSUMO MENSUAL (kWh)	VALOR MENSUAL (R\$)	LIMITE MENSUAL (kWh)	LIMITE TRIMESTRAL (kWh)	LIMITE ANUAL (kWh)	TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (%)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127	117 - 133

Limite (R\$) 10,00 - Valor da energia elétrica do Sistema de Distribuição (R\$ 20,98)

ACEP Nº 1000000000-0-59210030007-7 01035028422-6 00106444023-9

CONTA CONTRATO

MÊS/ANO

DATA DE VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR (R\$)

59,21

83810000000-0-59210030007-7 01035028422-6 00106444023-9

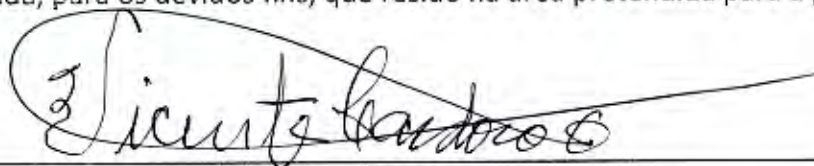


ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	Vicente Cardoso de Carvalho			
Endereço:	Rua Brício Matar de Carvalho, 51			
Município:	Paripiranga	UF:	BA	CEP: 48430-000
RG:	00.645.090-36	Órgão Emissor:	SSP	CPF: 085.926.595-15

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Mocidade de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, CNPJ nº 31.058.285/0001-45 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.



Assinatura do(a) apoiador(a)

14/06/2018 - Paripiranga - Ba.

Data, Município e UF

ATENÇÃO:

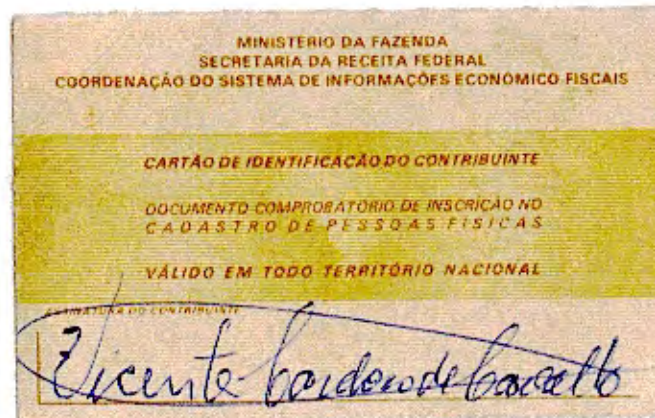
- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

NOTA FISCAL / CONTA DE ÁGUA E/OU ESGOTO

embasa

CNPJ 13.504.675/0001-10 INSC. EST. 00665571
Centro Administrativo da Bahia - CAB, 4ª Av. Nº 420 - CEP 41.745-002

Código Débito Automático

Matrícula

087175126

Nome/Endereço para entrega

Mês/Ano dv Cidade dv Inscrição

05/2018 7 0410 3 01.0185.1.0001.0587.0

Vencimento

17/05/2018

JOSEFA CARVALHO SOUZA
RU BRICIO MATOS DE CARVALHO, 587
PARIPIRANGA CENTRO CEP - 48.430-000

Nº Hidrômetro Cód. Leitura Leitura Atual Leitura Anterior Dias de Cons. Período de Consumo

A05S312741 482 478 29 12/03 A 10/04
Endereço da Ligação Data da Leitura Data da Fatura

RU BRICIO MATOS DE CARVALHO, 587 CENTRO
PARIPIRANGA
Especificação

10/04 10/04/2018

Valores em R\$

CONS. AGUA 4M3 12,30
MULTA REFER. A/SI CONTA(S) 01/2018 0,24
JUROS DE MORA - CONTA(S) 03/2018 2,08

Tarifa SOC-0001

Faixas de Consumo (m³) VL. Unit.(R\$) X Cons.(m³) X UC = Valor(R\$)

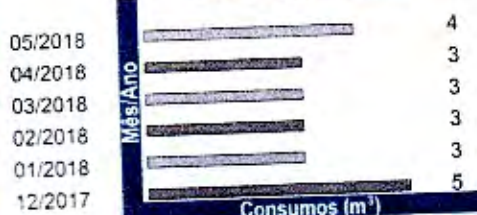
SOCIAL 1 UNIDADE
ATE 6 MINIMO 4 12,30

TOTAL A PAGAR EM R\$

12.62

ESGOTO(% água) VL. Total

Consumo dos últimos meses



ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1360 LITROS

DECRETO FEDERAL Nº 5.440 / 2005			
Padrão da Portaria de 29/11/2011	Nº de Amostras - Rede		
Parâmetros	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Cor - 15 UH	0005	0000	0000
Turbidez - 5.0 UT	0041	0000	0000
Cloro - Min. 0,2 mg/l	0041	0033	0033
Escherichia Coli - (*)	0041	0033	0033
Coliformes Termotolerantes - Ausente	0041	0033	0033

Água fluoretada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de flúor (**).

Significado dos parâmetros de qualidade da água

Cor: ocorre devido a partículas dissolvidas na água.
Turbidez: ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva.
Cloro: produto químico utilizado para eliminar bactérias.
Coliformes Totais: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias.
Escherichia Coli (*): indicador utilizado para medir contaminação fecal.
Flúor (**): produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias.

(*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras examinadas.
(**) Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês, apenas uma amostra poderá apresentar resultado positivo.
(***) Alguns sistemas podem não estar sendo fluoretados.
Obs: Detectadas anomalias, medidas corretivas são adotadas para o retorno à normalidade.

UH=Unidade de Cor UT=Unidade de Turbidez

CONDIÇÕES GERAIS DE PRESTACÃO DE SERVIÇOS: LEI FEDERAL 11.445/07, LEI ESTADUAL 11.172/08, DECRETO 7.765/00 E RESOLUÇÃO N.001/11 - CORESAB.

Unidades de Consumo - UC (Apartamentos/casas/salas) 0001

Consumo Médio por Unidade (m³) 4

Consumo Médio Mensal / Ligação 4

O ATRASO DO PAGAMENTO DESTA CONTA IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS CONFORME LEI FEDERAL 11.445/07 E DECRETO FEDERAL 7.217/10.

CANHOTO PROCESSADO EM 1 FICHA ÓTICA. EVITE DANIFICAÇÃO.

NAO EXISTEM DEBITOS NO PERIODO DE JAN A DEZ/2017.
ESTA CONTA SERVE COMO COMPROVANTE DESSE PERIODO.

EXISTE(M) DEBITO(S):

2018 - ABR

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	Josefa Carvalho Souza			
Endereço:	Rua Brício Matos de Carvalho, 51			
Município:	Paripiranga	UF:	BA	CEP: 48-430.000
RG:	11.355.176-22	Órgão Emissor:	SSP	CPF: 006.679.235-51

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, CNPJ nº 31.058.285/0001-45 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Josefa Carvalho Souza
Assinatura do(a) apoiador(a)

19/06/2018, Paripiranga / BA
Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.





SHW04-01

2000

5916

LETRICA - FATURA
PARA USO ATÉ 27/07/2019

la Bahia
Ivador, BA | CEP 41.151-900
10478696NO

IREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
SAL GADINHO 9948

RURAL - PARIPIRANGA/ PARIPIRANGA
PARIPIRANGA BA
49430-000

91 RESIDENCIAL
BAIXA RENDA COM NIS
MORTALIS

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
7009533251	05/2018
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PRÓXIMA LETURA
23/05/2018	15/06/2018
TOTAL A PAGAR (R\$)	

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
295264936	UNICA	16/05/2018
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
16/05/2018	1010780427	3587601

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30,00000000	0,74803493	22,44
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	70,00000000	0,42621703	29,84
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	10,00000000	0,84037554	8,40
Acrescimo Bandeira AMARELA			3,64
Contribuição Iluminação Pública			1,08
Multa por atraso-NF 29011277 - 16/04/18			0,20
Juros por atraso-NF 29011277 - 16/04/18			0,11
Atualização IGF-NF 29011277 - 16/04/18			

TOTAL DA FATURA

4924

Nº DO MEDICAM.	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (Nº)
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
5293339	CA	16/04/2018	12.220,20	14/05/2018	12.237,50	30	1.000,00		110,00

INFORMAÇÕES DE CONSUMO		INFORMAÇÕES DE TRIBUTOR		Cargos e Despesas		Totais	
MAR 18	110	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPORTE	R\$	12,36	27,44%
ABR 18	142	44,20	25,00	11,29	R\$	2,11	4,77%
MAR 18	134	44,20	1,18	0,49	R\$	11,82	26,74%
FEV 18	144	44,20	5,37	2,28	R\$	2,86	6,47%
					R\$	1,92	2,84%
					R\$	13,93	31,29%
					R\$	44,28	100%

		TAREFAS APLICADAS	
DEC-17	137	Consumo Alévio até 30 kWh.	0,17x169708
NOV-17	138	Consumo Alévio superior a 30 até 100 kWh.	0,293x262000
OCT-17	122	Consumo Alévio superior a 100 até 200 kWh.	0,4392x36010
SET-17	118		
AGO-17	117		
JUL-17	119		
JUN-17	122		
MAY-17	132		

F90B T693 7A0D 63CE 68HE 44AT CF4B C2EA

E3D6 7E83 7ADD 62CE 89HE 4AA7 CF4B C2EA

[illegible]

Não existem dados de 2017 e anos anteriores. Esta declaração sustenta, pela compreensão do Conselho, que as obrigações do consumidor, as quotas das dos fornecedores membros e Art.º 12.º (2) (3) não se aplicam ao novo artigo devido à natureza da atividade. Tem natureza em si mesmo. Assim, o que poderia ser cobrado após o fim do processo.

DESCRIÇÃO	VALOR 2019 R\$	LIMITE MENSAL R\$	LIMITE TRIMESTRAL R\$	LIMITE ANUAL R\$	TENSÃO NOMINAL (%)	LIMITE DE TENSÃO (%)	
						mensal	anual
DESCRIÇÃO	1,00	3,42	8,86	13,76			
DESCRIÇÃO	0,06	9,80	1,00	0,00			
Limite (R\$) 2,22 - Valor do preço de Lico do Sistema de Distribuição = R\$ 16,51							

TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (%)	
	set-17	set-20
0,51		



02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL			
RG	11.355.176-22	DATA DE EMISSÃO	29-08-2015
NOME	JOSEFA CARVALHO SOUZA		
FILIAÇÃO	VALDEMAR JOSÉ DE SOUZA		
	MARIA DA SOLIDADE CARVALHO		
NATURALIDADE	PARIPIRANGA BA		
DOC. ORIGEM	C.CAS. CM PARIPIRANGA BA DS		
CPF	SEDE LV 00010 FL 015 RT 0002849		
	006.679.235-51		
Hailda M. de Oliveira Font			
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83			

CARTERA DE IDENTIDADE	
ASSINATURA DO TITULAR	
JOSEFA CARVALHO SOUZA	
MÃO PLASTIFICAR	
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO MELO	
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	
ESTADO DA BAHIA	
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

CNPJ 13.804.675/0001-10 INSC. EST. 00665571
Centro Administrativo da Bahia - CAB, 4ª Av. Nº 420 - CEP 41.745-002

Código Débito Automático

Matrícula

087175126

Nome/Endereço para entrega

JOSEFA CARVALHO SOUZA
RU BRICIO MATOS DE CARVALHO, 587
PARIPIRANGA CENTRO CEP - 48.430-000

Nº Hidrômetro Cód. Leitura Leitura Atual Leitura Anterior Dias de Cons. Período de Consumo

A05S312741 482 478 29 12/03 A 10/04
Endereço da Ligação Data da Leitura Data da Fatura

RU BRICIO MATOS DE CARVALHO, 587 CENTRO
PARIPIRANGA
Especificação

Valores em R\$

CONS. AGUA 4M3
Multa REFER. A S CONTA S 03/2018
Juros de Mora - CONTA S 03/2018

Tarifa SOC-0001

Faixas de Consumo (m³) VL. Unit.(R\$) X Cons.(m³) X UC = Valor(R\$)

SOCIAL 1 UNIDADE
ATE 5 MINIMO 4 12,30

TOTAL A PAGAR EM R\$

12,62

ESGOTO(% água) VL Total

TOTAL AGUA 12,30 0,00 12,30
TOTAL ESGOTO 0 0,00

INFORMAÇÕES DE CONTRIBUIÇÃO	IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO R\$	%	VALOR EM R\$
	PIS	12,54	1,220	0,15
	COFINS		5,630	0,70

NAO EXISTEM DEBITOS NO PERIODO DE JAN A DEZ/2017.
ESTA CONTA SERVE COMO COMPROVANTE DESSE PERIODO.

EXISTE(M) DEBITO(S):

2018 - ABR

Vencimento

17/05/2018

Consumo dos últimos meses



ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS

DECRETO FEDERAL Nº 5.440/2005

Padrão da Portaria	Nº de Amostras - Rede		
Parâmetros	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Cor - 15 UH	0005	0000	0000
Turbidez - 5,0 UT	0041	0000	0000
Cloro - Min. 0,2 mg/l	0041	0033	0033
Escherichia Coli - (*)	0041	0033	0033
Coliformes Termotolerantes - Ausente	0041	0033	0033
Água fluorada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de flúor (**).			
Significado dos parâmetros de qualidade da água			
Cor:	ocorre devido a partículas dissolvidas na água		
Turbidez:	ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva;		
Cloro:	produto químico utilizado para eliminar bactérias;		
Coliformes Totais:	Indicador utilizado para medir contaminação por bactérias;		
Escherichia Coli (*):	indicador utilizado para medir contaminação fecal		
Flúor (**):	produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias.		

(*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras examinadas.

(**) Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês, apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo.

(**) Alguns sistemas podem não estar sendo fluorados.

Obs: Detectadas anomalias, medidas corretivas são adotadas para o retorno à normalidade.

UH = Unidade de Cor UT = Unidade de Turbidez

CONDIÇÕES GERAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: LEI FEDERAL 11.445/07, LEI ESTADUAL 11.172/08, DECRETO 7.765/00 E RESOLUÇÃO N.001/11 - CORESAB.

Unidades de Consumo - UC (Aparamentos/casas-baixas) 0001

Consumo Médio por Unidade (m³) 4

Consumo Médio Mensal / Ligação 4

O ATRASO DO PAGAMENTO DESTA CONTA IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS CONFORME LEI FEDERAL 11.445/07 E DECRETO FEDERAL 7.217/10.

CANHOTO PROCESSADO EM: FITORA ÓTICA. EVITE DANIFICAÇÃO

02910455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	VIVIANE PATRICIA LEAL SANTOS RODRIGUES				
Endereço:	AV. SALUSTIANO DOMINGUES DE SAUTANA				
Município:	PARIPIRANGA/BA	UF:	BA	CEP:	28.230-000
RG:	32656197	Órgão Emissor:	SSP/SE	CPF:	008.387.935-71

Eu, como qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº 9.612/1998, demonstrar o meu apoio a iniciativa da Associação de Radiodifusão Comunitária de Pau Brasil, CNPJ nº 31.058.285/0001-45 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Viviane Patrícia Leal Santos Rodrigues
Assinatura do(a) apoiador(a)

Piripiranga/BA 16 de julho 2018
Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

Nome: VIVIANE PATRICIA LEAL SANTOS RODRIGUES

DOC. IDENTIFIC. RG: 34656197, SSB: 58, SE

CPF: 008.387.975-71, DATA NASCIMENTO: 21/02/1985

FLUXO: JOSE VIRENS SANTOS, MARIA ADORALICE LEAL

PERMISSAO: 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

PRECATORIO: 04905679367, VALIDADE: 17/12/2019, TRANSITACAO: 23/03/2010

VALIDAR EM TODOS OS TERRITORIOS NACIONAIS 1014726067

PROJETO PLASTIFICAR 1014726067

DETRAN-SE (SERGIPE)



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	KENNEDY FÉLIX RODRIGUES			
Endereço:	AV. SALUSTIANO DOMINGUES DE SANTANA, N.º 1152, CENTRO			
Município:	PARIPIRANGA	UF:	BA	CEP: 48430-000
RG:	1012410	Órgão Emissor:	SSP/SE	CPF: 877258005-49

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, CNPJ nº 31.058.285/0001-45 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Kennedy Félix Rodrigues
Assinatura do(a) apoiador(a)

Paripiranga/BA, 16 julho 2018
Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



PROIBIDO PLASTIFICAR

905615738

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

905615738

REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
SECRETARIA NACIONAL DE HABITACÃO

ASSISTENTE SOCIAL

Nome: Kennedy Lima Rodrigues

CPF: 00458239660

RG: 23/03/2019

DATA DE NASCIMENTO: 24/03/2014

CPF: 58240695458

RG: 82015007898

Nome: JOSE AMERICO OLIVEIRA RODRIGUES

CPF: 977.258.005-49

RG: 12/12/1974

Nome: JOSEFA BERNARDE SANTOS RODRIGUES

CPF: 09/12/1993

RG: 09/12/1993



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> 01. MUDOU-SE | <input type="checkbox"/> 07. AUSENTE |
| <input type="checkbox"/> 02. ENDEREÇO INSUFICIENTE | <input type="checkbox"/> 08. NÃO PROCURADO |
| <input type="checkbox"/> 03. NÃO EXISTE Nº INDICADO | <input type="checkbox"/> 09. OBJETO DANIFICADO |
| <input type="checkbox"/> 04. FALECIDO | <input type="checkbox"/> 10. END. DESCONHECIDO NA LOCALIDADE |
| <input type="checkbox"/> 05. DESCONHECIDO | <input type="checkbox"/> 11. FALTA COMPLEMENTO (COLETIVO/GU) |
| <input type="checkbox"/> 06. RECUSADO | <input type="checkbox"/> 12. CAIXA POSTAL CANCELADA |
| | <input type="checkbox"/> 13. CAIXA POSTAL CANCELADA |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM: / /

RUBRICA DO RESPONSÁVEL: _____

MATRÍCULA: _____



MUDE PARA A CONTA ONLINE.

VOCÊ ACESSA SUA CONTA DE ONDE ESTIVER.
SAIBA MAIS EM OI.COM.BR/MINHAOI



CTC SALVADOR BA PL6
KENNEDY FELIX RODRIGUES
AV SALUSTIANO DOMINGOS SANTAN,1152
CENTRO
48430-000 PARIPIRANGA BA



7213512820 87458 0000000177 30 060618

FALE COM A GENTE - GRÁTIS 103 31
INTERNET OI.COM.BR
AUXÍLIO À LISTA 102*

*Serviço disponível a cobrança. Consulte sua operadora.

INFORMAÇÕES

A utilização do serviço de pagamento de telefonia, sob a apresentação da fatura, está sujeita a cobrança. Para mais informações ligue 103 31.
Caro cliente, caso tenha contratado sua oferta de Oi Fixo ou Oi Banda Larga há mais de 12 meses, em 30 dias a sua oferta expirará e os seus descontos serão descontinuados. Para conhecer as novas ofertas disponíveis, ligue 103-31

PARA CONFIRMAR O CÓDIGO DE SELEÇÃO DE PRESTADORA DE LONGA DISTÂNCIA (CSPI) DISPONÍVEL NA SUA LOCALIDADE, LIGUE PARA 102.
31 0. • 2 CTEL • 12 Fone • 15 telefonia • 16 Viacom • 17 Trans • 19 Epsilon • 21 Embratel • 23 Italg • 24 Primeira Escolha • 25 CVT
26 01 • 26 Alparago • 26 T-Unit • 32 Corange • 34 ETEL • 35 Esyonic • 37 Golden Line • 38 TESA • 39 Enxerto • 41 TIM • 42 GT Group
43 Serenel • 45 Signal Crossing • 46 Nova Telecom • 47 811 Communications • 53 TSTARA • 57 Tacta • 58 Vatel • 59 Option • 63 Pello Brazil
65 Telecom 65 • 67 ADOLLA • 68 Bellphones • 69 Embratel • 64 9ET • 85 America Net • 91 IFCorp • 95 Amigo Telecom

ANATEL - 1331

COLOQUE SUA CONTA EM DÉBITO AUTOMÁTICO E GANHE BENEFÍCIOS.

Com o Débito Automático, você não corre o risco de perder a data de vencimento.
LIGUE 103 31 OU ACESSE OI.COM.BR/MINHAOI E SAIBA MAIS.



Oferta válida apenas para a 1ª adesão ao Débito Automático em conta Oi.

RESUMO DOS TRIBUTOS INCIDENTES

RECEITAS (R\$)	VALOR ICMS	VALOR ISS	VALOR PIS	VALOR COFINS
SERVIÇOS TELECOM	9,77	0,00	0,22	1,04
SERVIÇOS NÃO TELECOM	0,00	0,00	0,00	0,00
ICOS	0,00	0,00	0,03	0,14
DS	9,77	0,00	0,25	1,18



Documento original eletrônico.
amento legal Lei 12.741/2012 e Resolução Anatel 632/2014
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codfluxo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

CÓDIGO PARA DÉBITO AUTOMÁTICO

121600709161

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	MARIA ADORALICE LEAL			
Endereço:	AV. SAUSTIANO DOMINGUES DE SANTANA, N: 1152, CENTRO			
Município:	PARIPIRANGA	UF:	BA	CEP: 48430-000
RG:	371939	Órgão Emissor:	SSP/SE	CPF: 892273525-20

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Rádio Fmão Comunitária de Paripiranga, CNPJ nº 31.058.285/0001-45 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Assinatura do(a) apoiador(a)

Maria Adoralice Leal

Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.





Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>



02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRAR 371.939 2.ª VIA 17/10/2011

DATA DE EMISSÃO

NOME MARIA ADORALIDE LEAL

FILIAÇÃO OZEAS SOUZA LEAL

NATURALIDADE MARIA LEAL DE SANTANA

DATA DE NASCIMENTO 07/07/1956

DOC ORCENI PAQUETINHA-BA

CT. NASCIMENTO NR 11850 LV 57 FL 170

CART. DIST. SEM CUM. ASSINATURA

692.273.525-20

ASSINATURA COORDENADOR

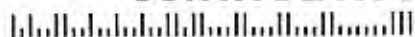
481.417.146 DE 28/03/2013

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

embasa

NOTA FISCAL

CONTA DE ÁGUA E/OU ESGOTO



MARIA ADORALICE LEAL
AV SALUSTIANO D. DE SANTANA, 1152
PARIPIRANGA CENTRO
CEP - 48.430-000

MATRICULA 087180618 RES-0001
INSCRIÇÃO 0410.01.0090.2.0002.1152.0
ROTEIRO LEITURA 00906720
ROTEIRO ENTREGA 000906720
HIDROMETRO A08N639438

LOJA: RU DA CUTIA S/N

www.embasa.ba.gov.br/centralservicos
0800 0555 195



VENCIMENTO
17/05/2018

Ligação Gratuita
0800 0555 195

0001767/0003950-0767 1

Se a sua solicitação não for atendida dentro do prazo estabelecido,
ligue para a AGERSA e informe o número de protocolo de seu pedido.

0800 075 3226

CONTRATO DE ADESAO

O seu contrato de adesão pode ser obtido em um dos nossos pontos de atendimento
ou através do site www.embasa.ba.gov.br/centralservicos



ACOMPANHE A MEDIÇÃO
DO SEU HIDRÔMETRO E,
SE NECESSÁRIO, ENTRE EM
CONTATO COM A EMBASA
PARA UMA MELHOR ANÁLISE
DO SEU CONSUMO.

Para facilitar a consulta, preencha
os campos ao lado com a leitura
do seu hidrômetro.
(apenas números pretos):

--	--	--	--	--

* Atualização automática de leitura eletrônica realizada pela Embasa

ATUALIZE SEU CADASTRO

Para a Embasa lhe atender melhor, compareça em um de nossos pontos de atendimento e atualize seus dados.

PARA USO DO ENTREGADOR

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Desconhecido |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> Recusado |
| <input type="checkbox"/> Número não confere | <input type="checkbox"/> Outra Ocorrência |

MORADOR

☐

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO

PORTEIRO

☐

SÍNDICO

☐

VIZINHO

☐

DATA

ASSINATURA

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	Luana Gracielle Beal Santos			
Endereço:	Av. Salustiano Domingues de Santana			
Município:	Paripiranga	UF:	BA	CEP: 48430-000
RG:	35305517	Órgão Emissor:	SSP/SE	CPF: 045.628.625-05

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, 52º, VI da Lei nº 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Sociedade de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, CNPJ nº 31.058.285/0001-45 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.



 Assinatura do(a) apoiador(a)
Paripiranga/BA, 20 de julho 2018

 Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



embasa

NOTA FISCAL

CONTA DE ÁGUA E/OU ESGOTO



MARIA ADORALICE LEAL
AV SALUSTIANO D.DE SANTANA, 1152
PARIPIRANGA CENTRO
CEP - 48.430-000

MATRICULA	087180618	RES-0001
INSCRICAO	0410.01.0090.2.0002.1152.0	
ROTEIRO LEITURA	00906720	
ROTEIRO ENTREGA	000906720	
HIDROMETRO	A08N639438	

LOJA: RU DA CUTIA S/N

www.embasa.ba.gov.br/centralservicos
0800 0555 195



Se a sua solicitação não for atendida dentro do prazo estabelecido,
ligue para a AGERSA e informe o número de protocolo de seu pedido.

0800 075 3226

CONTRATO DE ADESAO

O seu contrato de adesão pode ser obtido em um dos nossos pontos de atendimento ou através do site www.embasa.ba.gov.br/centralservicos



ACOMPANHE A MEDIÇÃO DO SEU HIDRÔMETRO E, SE NECESSÁRIO, ENTRE EM CONTATO COM A EMBASA PARA UMA MELHOR ANÁLISE DO SEU CONSUMO.

Para facilitar a consulta, preencha os campos ao lado com a leitura do seu hidrômetro.
(apenas números pretos):

<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------

*Instruções extraídas da cartilha educativa produzida pela Embasa

ATUALIZE SEU CADASTRO

Para a Embasa lhe atender melhor, compareça em um de nossos pontos de atendimento e atualize seus dados.

PARA USO DO ENTREGADOR

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Desconhecido |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> Recusado |
| <input type="checkbox"/> Número não confere | <input type="checkbox"/> Outra Ocorrência |

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO

MORADOR ☐ PORTEIRO ☐ SÍNDICO ☐ VIZINHO ☐

DATA

ASSINATURA



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	Daniella Kúmila Santa Rosa Roxário				
Endereço:	Rua Coronel Joaquim da Mota				
Município:	Paripiranga	UF:	BA	CEP:	48430 000
RG:	3.369.149-2	Órgão Emissor:	SSP - SE	CPF:	03682852514

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, CNPJ nº 31.058.285/0001-45 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Daniella Kúmila Santa Rosa Roxário

Assinatura do(a) apoiador(a)

13 de julho de Paripiranga - BA

Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.





Daniella Krissila Santa Rosa Rosario

ENDEREÇO

REGISTRO GERAL 3.369.419-2 2. VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 04/03/2015

NOME

DANIELLA KRISSILA SANTA ROSA ROSARIO

FILIAÇÃO

ANTONIO SANTA ROSA DO ROSARIO
LAURINEIDE BOMFIM ROSARIO

NATURALIDADE

LAGARTO-SE

DATA DE NASCIMENTO

13/03/1990

DOC ORIGEM

CT. CASAM. 62949101537 12200010123000306560

CPF

CART. DIST. COM. PARIPIRANGA-BA

038.828.525-14



Assessor do Insp. de Ident. Cr. Carlos Roberto

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR

DANIELLA KRISSILA SANTA ROSA ROSARIO

DATA DE NASCIMENTO

13/03/1990

Nº INSCRIÇÃO

1295 1082 0531

D.V.

ZONA

052

SEÇÃO

0080

MUNICÍPIO / UF

PARIPIRANGA/BA

DATA DE EMISSÃO

10/01/2014

JUIZ ELEITORAL

Dona SARA SILVA DE BRITO
PRESIDENTE TRE-BA

VÁLIDA SOMENTE PARA ELEIÇÃO

Certifico que a presente fotocópia está de acordo com a original que me foi apresentada, e dou fe
Em 16 de 01 de 2014

Selo de Autenticidade

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Autenticação

2171.AB072647-3

Consulte o selo em www.tjba.ba.br/autenticidade



Adilson Francisco de Santana
Delegado



Pedido de serviço para Via para Pagamento Grupo B nº 1405485498

NOTA FISCAL | FATURA | CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

COMPANHIA DE ELETRICIDADE
DO ESTADO DA BAHIAAV. EDGARDO SANTOS 800
CABULA VI, SALVADOR, BAHIA
CEP 41181-900
CNPJ 15.133.629/0001-84
INSCRIÇÃO ESTADUAL 004788596NC

www.coelba.com.br

Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02
COELBA 0800 071 0800

Atendimento ao deficiente auditivo

ou de fala: 0800 281 0142

Ouvidoria 0800 071 7676 / SMS Falta de Energia: 28560

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

167 - Liqueção Gratuita de telefones fixos e móveis

DADOS DO CLIENTE!

TALISSON SANTA ROSA
NASCIMENTO

DATA DE VENCIMENTO

24/08/2017

DATA EMISSÃO DA NOTA
FISCAL

17/08/2017

CONTA CONTRATO

7000776372

CLASSIFICAÇÃO

RESIDENCIAL
Bifásico
B1

ENDEREÇO

RUA CORONEL JOAQUIM DE MATOS
CARREGOSA 24 -CENTRO-
PARIPIRANGA/PARIPIRANGA
-48430-000 PARIPIRANGA BA -

TOTAL A PAGAR

R\$ 35,73

DATA DA APRESENTAÇÃO

17/08/2017

NÚMERO DA NOTA FISCAL

242218212

PERÍODO CONSUMO

17/07/2017 a 17/08/2017

CONSUMO

50

ICMS - BASE DE CÁLCULO R\$ 0,00 Alíquota 27,00 valor do imposto R\$ 8,90

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

VIA PARA PAGAMENTO

Destaque aqui

CONTA CONTRATO

7000776372

MÊS/ANO

08/2017

TOTAL A PAGAR

R\$ 35,73

VENCIMENTO

24/08/2017

TALÃO DE PAGAMENTO

Evite dobrar e perfurar ou
rasurar.Este canhoto será usado em
leitora ótica.

838200000002 357300300070 000776372106 048831275531



AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	Dennis Tadeu Vieira dos Santos				
Endereço:	Rua Brisa Motos de Cavallho, 120 - Centro				
Município:	Pauhinanga	UF:	BA	CEP:	48.630-000
RG:	1119371	Órgão Emissor:	SSP/SE	CPF:	007.943.385-50

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Sociedade de Radiodifusão Comunitária de Pauhinanga, CNPJ nº 31.058.285/0001-45 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.


Assinatura do(a) apoiador(a)

30 de Junho de 2018, Pauhinanga - Bahia
Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



**EVITE PROBLEMAS COM SEU PAGAMENTO:
NÃO EDITE O CÓDIGO DE BARRAS OU
PAGUE O MESMO BOLETO DUAS VEZES.**



Caso o boleto já tenha vencido ou se você quiser pagar um valor diferente do total, **gere um novo boleto no nosso aplicativo.**

RECIBO DO PAGADOR

Nome do Beneficiário	CNPJ/CPF	Data de Vencimento	Valor Cobrado
Nu Pagamentos S.A.	18236120000158	09/07/2018	227,67
Agência / Código do Beneficiário	Nosso Número	Autenticação Mecânica	
03000 / 00026952-8	83007945-9		

BANCO SAFRA S/A 422-7 42297.03006 00002.695286 83007.945922 8 75800000022767

Local de Pagamento						Vencimento	
Em qualquer banco até o vencimento						09/07/2018	
Beneficiário				CNPJ/CPF		Agência / Código do Beneficiário	
Nu Pagamentos S.A.				18236120000158		03000 / 00026952-8	
Data do Documento	Nº do Documento	Espécie Doc.	Assinatura	Data de Processamento	Nosso Número / Cód. do Documento		
30/06/2018	83007945	DM	N	30/06/2018	83007945-9		
Uso do Boleto	Carteira	Espécie Monetária	Quantidade Monetária	Valor Monetário	(-) Valor do Documento		
	01	R\$			227,67		
Instruções: Sr. Caixa: 1) Não aceitar pagamento em cheque; 2) Não aceitar mais de um pagamento com o mesmo boleto; 3) Em caso de vencimento no fim de semana ou feriado, aceitar o pagamento até o primeiro dia útil após o vencimento.					(-) Descontos / Abatimentos		
					0,00		
					(-) Outras Deduções		
					0,00		
					(-) Juros / Multas		
Beneficiário					(-) Outras Acréscimos		
					0,00		
Pagador					(-) Valor Cobrado		
					227,67		
Denis Tadeu Vieira dos Santos Rua Brício Matos de Carvalho 120 casa 48430000 - centro - Paripiranga BA					00794338550		
Assinatura Autenticada					Código de Barra		

Autenticação Mecânica

FICHA DE COMPENSAÇÃO


Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	JAIR BIZERRA DE CARVALHO			
Endereço:	PC Américo Sigundo I			
Município:	Pauzeira	UF:	BA	CEP: 48430-000
RG:	1.147-611	Órgão Emissor:	SSP.	CPF: 653-456-655-91

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radiodifusão Comunitária de Pauzeira, CNPJ nº 31.058.285/0001-45 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.


 Assinatura do(a) apoiador(a)
Pauzeira - BA 20 julho 2018
 Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.147.611 2. VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 22/07/2010

NOME JOÃO DE CARVALHO

FILIAÇÃO JOÃO DE CARVALHO JOSEFA BIZERRA DE CARVALHO

NAT. POL. CIVIL DATA DE NASCIMENTO 12/10/1973

PARATIRANGA-BA

CT. CASAMENTO HR 104 10 12 PL 474

CAR. DIST. COM. PARATIRANGA-BA

653.456.655-91

EV. 104 10 12 PL 474

ASS. 104 10 12 PL 474

LEI 104 10 12 PL 474



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	Jozeline Jozome Silva Santos			
Endereço:	Rua Josefa Corrêira, 76. Centro			
Município:	Paripiranga	UF:	BA	CEP: 48430-000
RG:	1541652398	Órgão Emissor:	SSP BA-	CPF: 052.972.07525

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radiodifusão Comunitária Paripiranga, CNPJ nº 31.058.285/0001-45 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Jozeline Jozome Silva Santos
Assinatura do(a) apoiador(a)

Paripiranga/BA, 20 de julho 2018
Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DE PARCAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
E ARTES NA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

SE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1556253041

PROIBIDO PLASTIFICAR
1556253041

NOME: JAQUELINE JOSEANE SILVA SANTOS

DIG. IDENTIDADE / CÓD. EMISSOR: 1541652398 SSP BA

CPF: 052.972.075-25 DATA NASCIMENTO: 22/09/1991

PLAÇA: GILBERTO ANDRADE SANTOS JOSEANE SILVA CRUZ

IPSENTE: 05836398276 VALIDADE: 10/01/2023 INABILITAÇÃO: 20/08/2013

OBSERVAÇÕES:
SEM OBSERVAÇÃO:

Assinatura do Portador: *Jaqueline Joseane Silva Santos*

LOCAL: ARACAJU, SE DATA EMISSÃO: 12/01/2018

Assinatura do Emissor: *Marcos Sampaio Kuba* 98060453825 82020397461

SERGIPE



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	Adriano Santos de Santana Vidal			
Endereço:	Rua Adonias Mendes N: 165			
Município:	Pauperação	UF:	BA	CEP: 48.430-000
RG:	13.19341	Órgão Emissor:	SSP/SE	CPF: 001.902.395.22

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radiodifusão Comunitária de Pauperação, CNPJ nº 31.058.285/0001-45 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Adriano Santos de Santana Vidal
Assinatura do(a) apoiador(a)

Pauperação - BA, 20 julho 2018
Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1651021002

ADRIANO SANTOS DE SANTANA VIDAL

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSORA
1319341 SSP SE

CPF 001.902.395-22 DATA NASCIMENTO 07/08/1979

FILIAÇÃO
JOAO EVANGELISTA
VIDAL DE SANTANA
HELENILDA MARIA DE
JESUS SANTOS

PERMISSÃO ACC CAT. HEB
AD

Nº REGISTRO 03396770135 VALIDADE 27/06/2023 1ª HABILITAÇÃO 04/10/2004

OBSERVAÇÕES
EAR:

Assinatura do Portador
Adriano Santos de Santana Vidal

LOCAL ARACAJU, SE DATA DE EMISSÃO 05/07/2018

Assinatura do Emissor
Luciana Cândida Deda Chagas de Melo
95145091514
SE021014000

PROIBIDA PLASTIFICAR
1651021002

SERGIPE



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA**

PRAÇA MUNICIPAL, 215 - CENTRO
PARIPIRANGA - BA - CEP: 48430-000
FONE(S): (75) 3279-2118 CNPJ/MF: 14.215.826/0001-82

BOLETIM DE CADASTRO IMOBILIÁRIO

Documento impresso por ADRIANO em 19/07/2018 10:35:53

IDENTIFICAÇÃO				
CODIGO 2385	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA 01.01.0036.0007.01.00	INSCRIÇÃO ANTERIOR	DATA DE CADASTRO 18/10/2012	
DATA DE REVISÃO	REVISOR			DATA DE RECADASTRO
LOCALIZAÇÃO				
LOGRADOURO RUA ADONIAS MENEZES		FAIXA/TRECHO/SEÇÃO FAIXA 3	BAIRRO Centro	
Nº PORTA 165	Nº ANTERIOR	COMPLEMENTO		BLOCO
LOTEAMENTO		QUADRA	LOTE	
EMPREENDIMENTO				
LOCALIZAÇÃO/TRIBUTAÇÃO				
LOGRADOURO 23 RUA ADONIAS MENEZES		FAIXA/TRECHO/SEÇÃO FAIXA 3	BAIRRO Centro	
PROPRIETÁRIO				
NOME/RAZÃO SOCIAL ADRIANO SANTOS SANTANA VIDAL			RG	CPF/CNPJ 001.902.395/22
LOGRADOURO ADONIAS MENEZES		NÚMERO 165	COMPLEMENTO CASA	
BAIRRO Centro		CIDADE PARIPIRANGA		UF BA
FONE RESIDENCIAL	FONE COMERCIAL	FONE CELULAR	E-MAIL	
DEMAIS PROPRIETÁRIOS				
RESPONSÁVEL				
NOME/RAZÃO SOCIAL ADRIANO SANTOS SANTANA VIDAL			CPF/CNPJ 001.902.395/22	
LOGRADOURO ADONIAS MENEZES		NÚMERO 165	COMPLEMENTO CASA	
BAIRRO Centro		CIDADE PARIPIRANGA		UF BA
FONE RESIDENCIAL	FONE COMERCIAL	FONE CELULAR	E-MAIL	
OUTRAS INFORMAÇÕES				
DATA DA CONSTRUÇÃO	DATA DO HABITE-SE	NÚMERO DO HABITE-SE	DATA REGISTRO CARTÓRIO	NÚMERO REGISTRO CARTÓRIO
ESPÉCIE DE AQUISIÇÃO		NÚMERO MEDIDOR ÁGUA		NÚMERO MEDIDOR ENERGIA
IMUNE/ISENTO DE IPTU N		ISENTO DE TAXAS N		
OBSERVAÇÕES CASA FECHADA 16:15HS 18/10/12 2 visita				
RESTRIÇÕES				
MEDIDAS				
TESTADA PRINCIPAL 3,50	PROFUNDIDADE MÉDIA 13,00			
LATERAL DIREITA/TESTADA 1	LOGRADOURO 2		CONFRONTANTE 2	
FUNDOS/TESTADA 3	LOGRADOURO 3		CONFRONTANTE 3	
LATERAL ESQUERDA/TESTADA 4	LOGRADOURO 4		CONFRONTANTE 4	
ÁREA DO TERRENO 88,40	ÁREA CONSTRUÍDA DA UNIDADE 72,76	ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA 72,76	ÁREA COMUM 72,76	ÁREA MEZANINO 0,00
N	MENTOS 1,00	NÚMERO DE UNIDADES 1,00		



Documento original eletrônico

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	Diego Vinicius Moraes Batista				
Endereço:	Rua Fontana Lima de Menezes				
Município:	PAIPORÁ-BA	UF:	BA	CEP:	48430-000
RG:	33789886	Órgão Emissor:	SSP/SE	CPF:	037.573.575-58

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação Radialista Comunitária de Paiporá, CNPJ nº 31.058.285/0001-45 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Diego Vinicius Moraes Batista
Assinatura do(a) apoiador(a)

33 de Junho de 2018, Paiporá, BA
Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



NOTA FISCAL / CONTA DE ÁGUA E/OU ESGOTO

CNPJ 13.504.675/0001-10 INSC. EST. 0065571
Centro Administrativo da Bahia - CAB, 4ª Av. Nº 420 - CEP 41.745-002

Código Débito Automático

Matrícula

087161320

Mês/Ano dv Cidade dv Inscrição

05/2018 7 0410 3 01.0120.1.0001.0137.0

Vencimento

17/05/2018

Nome/Endereço para entrega

JOEL E BATISTA
RU JONATAS LIMA DE MENEZES, 137
PARIPIRANGA CENTRO CEP - 48.430-000

Nº Hidrômetro Cód. Leitura Leitura Atual Leitura Anterior Dias de Cons. Período de Consumo

A10S358256 754 749 27 15/03 A 11/04
Endereço da Ligação Data da Leitura Data da Fatura

RU JONATAS LIMA DE MENEZES, 137 CENTRO 11/04 11/04/2018
PARIPIRANGA

Especificação Valores em R\$

CONS. AGUA 5M3 27,50
MULTA REFER. A(S) CONTA(S) 03/2018 0,61
JUROS DE MORA - CONTA(S) 03/2018 0,27

Consumo dos últimos meses



ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS.

DECRETO FEDERAL Nº 5.440/2005

Padrão da Portaria MS 2914/2011	Nº de Amostras - Rede		
	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Cor - 15 UH	0005	0000	0000
Turbidez - 5,0 UT	0041	0000	0000
Cloro - Min. 0,2 mg/l	0041	0033	0033
Escherichia Coli - (*)	0041	0033	0033
Coliformes Termotolerantes - Ausente	0041	0033	0033

Água fluorada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de flúor (**).

Significado dos parâmetros de qualidade da água

Cor: ocorre devido a partículas dissolvidas na água;
Turbidez: ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva;
Cloro: produto químico utilizado para eliminar bactérias;
Coliformes Totais: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias;
Escherichia Coli: indicador utilizado para medir contaminação fecal;
Caí (*):
Flúor (**): produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias.

(*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras examinadas.

(*) Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês, apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo.

(**) Alguns sistemas podem não estar sendo fluorados. Obs: Detectadas anormalias, medidas corretivas são adotadas pelo preterno à normalidade.

UH = Unidade de Cor UT = Unidade de Turbidez

CONDICOES GERAIS DE PRESTACAO DE SERVICOS: LEI FEDERAL 11.445/07, LEI ESTADUAL 11.172/08, DECRETO 7.765/00 E RESOLUCAO N.001/11 - CORESAB.

Unidades de Consumo - UC (Aparamentos/casas/salas)	0001
Consumo Médio por Unidade (m³)	5
Consumo Médio Mensal / Ligação	5

O ATRASO DO PAGAMENTO DESTA CONTA IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS CONFORME LEI FEDERAL 11.445/07 E DECRETO FEDERAL 7.217/10.

Tarifa RES-0001

TOTAL A PAGAR EM R\$

28,38

Faixas de Consumo (m³) VL. Unit.(R\$) X Cons.(m³) X UC = Valor(R\$)

ESGOTO(% água) VL. Total

RESIDENCIAL 1 UNIDADE
ATE 6 MINIMO 5 27,50

TOTAL AGUA 27,50 0,00 27,50
TOTAL ESGOTO 0 0,00

INFORMAÇÕES DE CONTRIBUIÇÃO	IMPOSTO	BASE DE CALCULO R\$	%	VALOR EM R\$
	PIS	28,11	1,220	0,34
	COFINS		5,630	1,58

NAO EXISTEM DEBITOS NO PERIODO DE JAN A DEZ/2017.
ESTA CONTA SERVE COMO COMPROVANTE DESSE PERIODO.

EXISTE(M) DEBITO(S):
2018 - ABR

ESTA CONTA NÃO QUITA DÉBITOS ANTERIORES

CANHOTO PROCESSADO EM LEITURA ÓTICA. EVITE DANIFICAÇÃO



NOTA FISCAL / CONTA DE ÁGUA E/OU ESGOTO

CNPJ 13.504.675/0001-10 INSC. EST. 0065571
Centro Administrativo da Bahia - CAB, 4ª Av. Nº 420 - CEP 41.745-002

Cidade dv Inscrição

0410 3 01.0120.1.0001.0137.0

Código Débito Automático

Matrícula

087161320

Mês/Ano dv

05/2018 7

VENCIMENTO

17/05/2018

TOTAL A PAGAR EM R\$

28,38

0002537/0003950-0537 1

8266000000002 283800478200 871613200512 8700000000006

Documento original eletrônico.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/200dNupic002890040-238e4890-970000928e33000



0239104c-455e-4099-70-13928e692d4

embasa

NOTA FISCAL

CONTA DE ÁGUA E/OU ESGOTO



JOEL E BATISTA
RU JONATAS LIMA DE MENEZES, 137
PARIPIRANGA CENTRO
CEP - 48.430-000

MATRICULA	087161320	RBS-0001
INSCRICAO	0410.01.0120.1.0001.0137.0	
ROTEIRO LEITURA	01200360	
ROTEIRO ENTREGA	001200360	
HIDROMETRO	A10S358256	

LOJA: RU DA CUTIA S/N

www.embasa.ba.gov.br/centralservicos

0800 0555 195



VENCIMENTO
17/05/2018

Ligação Gratuita
0800 0555 195

0002537/0003950-0537 1

Se a sua solicitação não for atendida dentro do prazo estabelecido,
ligue para a AGERSA e informe o número de protocolo de seu pedido.

0800 075 3226

CONTRATO DE ADESÃO

O seu contrato de adesão pode ser obtido em um dos nossos pontos de atendimento ou através do site www.embasa.ba.gov.br/centralservicos



ACOMPANHE A MEDIÇÃO
DO SEU HIDRÔMETRO E,
SE NECESSÁRIO, ENTRE EM
CONTATO COM A EMBASA
PARA UMA MELHOR ANÁLISE
DO SEU CONSUMO.

Para facilitar a consulta, preencha
os campos ao lado com a leitura
do seu hidrômetro.
(apenas números pretos):

<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------

* Ilustrações para fins de caráter educativo. Não utilize para fins comerciais.

ATUALIZE SEU CADASTRO

Para a Embasa lhe atender melhor, compareça em um de nossos pontos de atendimento e atualize seus dados.

PARA USO DO ENTREGADOR

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Desconhecido |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> Recusado |
| <input type="checkbox"/> Número não confere | <input type="checkbox"/> Outra Ocorrência |

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO

MORADOR	PORTEIRO	SÍNDICO	VIZINHO
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



Documento assinado eletronicamente por JOEL E BATISTA, em 17/05/2018, às 14:55:45, com código de verificação 02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49.

DATA

ASSINATURA

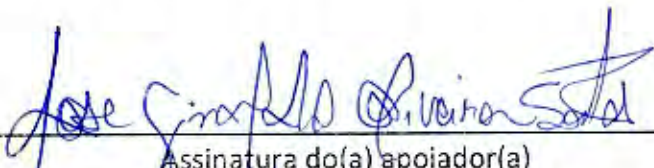
02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	JOSE GINALDO OLIVEIRA SANTOS				
Endereço:	RUA PAULO DIAS MATOS				
Município:	PARIPIRANGA	UF:	BA	CEP:	48430-000
RG:	1540862402	Órgão Emissor:	SSP/BA	CPF:	051.647.235-65

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, CNPJ nº 31.058.285/0601-145 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.


Assinatura do(a) apoiador(a)
13 de agosto de 2018, Paripiranga - BA
Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO MELLO
NÃO PLASTIFICAR

COLEÇÃO DIRETO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

RG 15.408.624-02 DATA DE EXPEDIÇÃO 23-01-2018

NOME JOSÉ GINALDO OLIVEIRA SANTOS

FILIAÇÃO OSVALDO VICENTE DOS SANTOS
JOSEFA PEREIRA DE OLIVEIRA

NATURALIDADE PARIPIRANGA BA DATA DE NASCIMENTO 14-07-1988

DOC ORIGEM C.CAS. CM PARIPIRANGA BA DS
SEDE LV 010 FL 181 RT 03170

CPE 051.647.235-65

ASSINATURA DO(A) DIRETOR(A)

LEI Nº 7.116 DE 29/08/63



Documento original eletrônico.

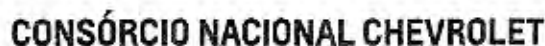
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

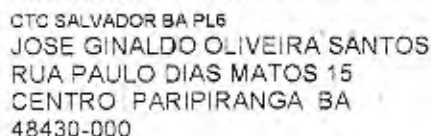
CONSORCIO NACIONAL CHEVROLET

CTA20

"DEVOLUÇÃO ELETRÔNICA - CEDO"



DATA DE POSTAGEM 20/06/2018



DEMONSTRATIVO INDIVIDUAL DO CONSÓRCIO									
Nº	DATA PAGTO	VALOR PAGO	TIPO	FUNDO DE VEÍCULO	FUNDO DE RESERVA	TAXA ADM.	SEGURO	JUROS/MULTA	
014	15/06	768,55	PN	620,45	17,53	69,78	32,47	28,32	
013	17/04	768,60	PN	624,35	17,64	70,22	33,00	21,36	
011	12/03	772,02	PN	403,03	17,59	289,60	33,12	28,68	
012	09/03	736,34	PN	398,86	17,41	286,61	33,46	0,00	
TOTAL PAGO				TOTAL A PAGAR					
QUANTIDADE DE PRESTAÇÕES				% DO VEÍCULO		QUANTIDADE DE PRESTAÇÕES		% DO VEÍCULO	
014				14,0002		050		86,9998	
VALORES EM ATRASO									
FUNDO DE VEÍCULO		FUNDO DE RESERVA		TAXA ADMINISTRAÇÃO		REAL SALDO DE CAIXA		TOTAL	
620,48		17,53		69,78		21,24		0,00	
620,48		17,53		69,78		21,24		729,03	
DATA DE CONTEMPLAÇÃO									
PG = PAGAMENTO PA = PAGAMENTO ANTECIPADO DP = DIF. PRESTAÇÃO (COMPLEMENTO) AL = ANTECIPAÇÃO POR LANCE RJ = REAJUSTE DE SALDO DE CAIXA PN = PRESTAÇÃO NORMAL TX = TAXA DE ADESAO									



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



CONSORCIO NACIONAL CHEVROLET

SUA IDENTIFICAÇÃO		CONSORCIADO		VEÍCULO OBJETO PLANO	
SERIE/GRUPO	COTA				
070.111	014	JOSE GINALDO OLIVEIRA SANTOS		ONIX 1.0	
PRESTIMAG/2010/01/01/2010/2010	VENCIMENTO	EMISSION	AMORTIZAÇÃO MENSAL	CREDITO	ÚLTIMO AUMENTO - %
016/074/084	10/07/2018	18/06/2018	1,4333 %	R\$ 43.290,00	03/04/18 - 0,89
TX DE ADESAO	TX DE ADMINISTRAÇÃO	Nº DO BANCO		Para nos contatar, consulte o "Informativo" de nossa Central de Atendimento ao Cliente	
0,0000	18,0000	0008443804			

ASSEMBLÉIA Nº 026 SERÁ EM 17/07/18 ÀS 16:30 HS - LOCAL: Av. Indianópolis, 3096

- São Paulo - SP

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA		Posição do Grupo na Ass nº 025			PAGAMENTOS DO MÊS - PRESTAÇÃO Nº 013	
DISCRIMINAÇÃO	VALOR	Quantidade de Participantes				
(A) Saldo do Grupo em 30/04/18	773.735,02	Ativos	Cotas Vagas	Quitados	Contribuição (Fundo Veículo)	620,46
		476	029	004	Fundo de Reserva	17,55
(B) Arrecadação do mês	355.201,01	Veículos			Taxa de Administração	69,76
(1) Fundo Comum	264.218,17	Entregues	A Entregar	Não Cont.	Seguro de Vida	31,84
(4) Fundo de Reserva	24.753,33	116	022	340	Diferença Atual Crédito	0,00
(4) Taxa de Administração	68.742,30	Resultado da última Assembleia			Reajuste de Saldo de Caixa	0,00
(4) Seguro de Vida	7.955,64	Nº 15/08/15			Complemento	0,00
(4) Rendimento Aplicações Financeiras	3.480,70	*SORTEIO(S) 805			Outros Pagamentos	0,00
(4) Outros Valores Recebidos	1.081,07				Total	739,73
(C) Recursos Utilizados	375.854,11	LANÇE(S) COTAS - %			(-) Juros Multa	
(1) Veículos Pagos	278.275,90				(-) Valor Cobrado	
(1) Taxa de Administração	96.740,89				INSTRUÇÕES	
(4) Outros Valores Pagos	30.826,32					
(=) Saldo do Grupo em 31/05/18 (A + B - C)	785.281,92				1 - APÓS VENCIMENTO COBRAR MULTA DE R\$ 21,23	
Posição da Assembleia nº 025					2 - NÃO RECEBER APÓS 20/07/2018	
(1) Saldo do Grupo	785.281,92				3 - PGTO EM CHEQUE ANOTAR NO VERSO O NÚMERO 0701110140	
(1) Bens Pendente de Entrega	574.311,97				03399 83587 53200 000064 12256.201015 1	
Saldo Disponível àAssembl nº 025	210.969,95				75810000073973	
		CONTEMPLAÇÃO(ÕES) CANCELADA(S):				
		Acesse www.chryslerfs.com.br e clique em "Consultar".				

COTAS CONTEMPLADAS: 001, 004, 005, 009, 010, 015, 017, 021, 031, 033, 038, 040, 042, 043, 045, 049, 051, 055, 057, 060, 062, 063, 064, 065, 069, 070, 072, 077, 082, 081, 082, 087, 110, 113, 117, 119, 120, 124, 128, 135, 137, 138, 139, 142, 145, 147, 155, 158, 171, 174, 175, 183, 188, 190, 191, 197, 198, 199, 202, 204, 205, 210, 216, 217, 225, 227, 230, 242, 245, 246, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 262, 265, 269, 272, 275, 276, 288, 291, 292, 294, 295, 302, 307, 311, 315, 318, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 338, 337, 341, 347, 348, 351, 353, 355, 356, 357, 358, 370, 374, 389, 396, 399, 400, 422, 423, 427, 428, 432, 439, 442, 447, 459, 462, 457, 465, 469, 472, 477, 478, 481, 484, 484, 489.

OBSERVAÇÕES: * Cota Sorteada: Desistente/Excluída, conforme Lei nº 11.795/2008.
- Acesse nosso portal www.chevrolet.com.br para ofertar lance e aproveitar os serviços de autoatendimento.
- A contemplação por lance somente será efetivada após seu pagamento. Atualmente não aplicamos a suplência de lance.

VÁLIDO SOMENTE COM AUTENTICAÇÃO DO BANCO RECEBEDOR

Autenticação Mecânica



033-7

03399.83587 53200.000064 12258.201016 1 75810000073973

Local de Pagamento		Vencimento	
Até o vencido, pagável em qualquer agência bancária		10/07/2018	
Beneficiário		Agência/Código Beneficiário	
GMAC Adm. de Consórcios Ltda		3689 - 8358532	
Data Dcto	Número Documento	Especie Dcto	Assete
13/06/2018	0701110140	N	
Usado Banco	Carteira	Moeda	Quantidade
	101	RS	
Instruções		Valor	
1 - APÓS VENCIMENTO COBRAR MULTA DE R\$ 21,23		(-) Valor do Documento	
2 - NÃO RECEBER APÓS 20/07/2018		739,73	
3 - PGTO EM CHEQUE ANOTAR NO VERSO O NÚMERO 0701110140		(-) Desconto Abatimento	
		(-) Outras Deduções	
		(+) Mora/Multa	
		(-/+) Outros Acréscimos	
		(=) Valor Cobrado	

Pagador: CENTRO - PARIPIRANGA - BA CPF/CNPJ: 051.647.235-65

1430-000

EP Caixa Postal



Documento Original e Autenticado

<https://www.chevrolet.com.br/autenticacao>

AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA

Ficha de Compensação

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	Fuj Nairio Santo Rosa Mota dos Santos				
Endereço:	Rua Josefo Corrêa nº 280				
Município:	Pauiseranga	UF:	BA	CEP:	48430-000
RG:	091899712	Órgão Emissor:	SSP/BA	CPF:	046.203.785-8

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radiodifusão Comunitária de Pauiseranga, CNPJ nº 31.058.285/0001-95 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.


Assinatura do(a) apoiador(a)

11 de Julho de 2018, Pauiseranga/BA
Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



embasa

NOTA FISCAL

CONTA DE ÁGUA E/OU ESGOTO



VILMARI BATISTA DOS SANTOS
RU JOSAFÁ CARREGOSA, 212
PARIPIRANGA CENTRO

CEP - 48.430-000

MATRICULA	087160080 RES-0001
INSCRICAO	0410.01.0105.2.0002.0212.0
ROTEIRO LEITURA	01050212
ROTEIRO ENTREGA	001050212
HIDROMETRO	A175359008

LOJA: RU DA CUTIA S/N

www.embasa.ba.gov.br/centralservicos

0800 0555 195



VENCIMENTO

17/07/2016

Ligação Gratuita
0800 0555 195

0002315/0003953-0315 1



2391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	EDSON ALVES DE CARVALHO				
Endereço:	RUA DA CUTIA Nº 73				
Município:	PARIPIRANHA	UF:	BA	CEP:	48430-000
RG:	313976	Órgão Emissor:	SSP/SE	CPF:	106.07366591

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radiodifusão Comunitária de Pau Brasil CNPJ nº 31.058.285/0001-45 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Edson Alves de Carvalho

Assinatura do(a) apoiador(a)

11 de Junho de 2018 PARIPIRANHA/BA

Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.





02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>



COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA.

IMÓVEL - CASA PRÓPRIA.

Nº da Conta: 8238112330
Mês de referência: 06/2018
Período: 21/05/2018 a 20/06/2018
Data de emissão: 22/06/2018

EDSON ALVES DE CARVALHO
RUA CUTIA, 73
CENTRO
48430-000 PARIPIRANGA - BA

ENDEREÇO

www.vivo.com.br/meuvivo

Fale conosco: Central de Relacionamento
*3466 ou www.vivo.com.br/faleconosco

Telefônica Brasil S.A.
Rua Silveira Martins, 1036
CEP 41150-000 - Salvador - BA
IE: 55378668
CNPJ Matr: 02.558.157/0001-62
CNPJ Filial: 02.558.157/0024-59

Vencimento
06/07/2018

Total a Pagar - R\$
44,99

seus Números Vivo
1-99857-2001

Caso você tenha mais linhas, consulte o detalhamento da sua conta.

Aguarde informações referentes ao Vivo
Voz e 3G



BOM VIVO
10.120.240.000
RUA CUTIA, 73
CENTRO
48430-000 PARIPIRANGA - BA
Data de emissão: 22/06/2018

VIA E-MAIL

CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO
10/07/2018

DOCUMENTO DE CONTAS
VIVO BA
10.120.240.000
Data de emissão: 22/06/2018

CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO
10/07/2018
RESOLUÇÃO DA CÂMARA
1.994

EXIBIR EM TODAS AS
SUAZAS E
SUAZAS E

CONFERE COM O ORIGINAL



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	Mearna de Souza			
Endereço:	Rua da cutia			
Município:	Paripiranga	UF:	BA	CEP: 48430-000
RG: 1641 050268	Orgão Emissor: SSP	CPF:	860.213.245-01	

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, CNPJ nº 31.058.285/0001-45 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Mearna de Souza
Assinatura do(a) apoiador(a)

Paripiranga - BA, 11 de julho 2018
Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.





Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>


02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	FÁBIO MACÊDO TEIXEIRA				
Endereço:	RUA DA VAQUEJADA				
Município:	PANIPITANGA	UF:	BA	CEP:	48430 000
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radiodif. Comunitária de Pauwanga CNPJ nº 31.058.285/0001-95 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.



Assinatura do(a) apoiador(a)

30/06/2018 PANIPITANGA-BA

Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.





CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - PÁGURA
NOTA FISCAL VÁLIDA PARA USO ATÉ 27/07/2019
Companhia de Energia do Estado da Bahia
Av. Edgard Santos, 300 - Capão VI, Salvador, BA CEP 41.121-920
CNPJ 15.135.229/0001-99 | Ins. Est. 024/66860

DADOS DO CLIENTE

FABIO MATEO TEIXEIRA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

RUA CAMPO ANTIGO 148

CPF: 014.401.715-00

CLASSIFICAÇÃO

GT RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
Módulo 1

CENTRO PARCELAR JOANAPARITIBA
PARCELAR 04
45430-000

CONTA CONTRATO

VERANO

7042035496
DATA DE VENCIMENTO

07/2018
DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA

24/07/2018
TOTAL A PAGAR (R\$)

16/08/2018

87,25


Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMISSION
7042035496	0001	16/07/2018
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
16/07/2018	1112576887	056005

Consumo: 45,30 kWh
Atuação: 100% da CEM
Contribuição: 0,45

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Energia Ativa (kWh)	45,30	1,90	86,07
Atuação da CEM			7,09
Contribuição			0,45
TOTAL DA LEITURA			87,25

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	DATA ANTERIOR	LEITURA ANTERIOR	DATA ATUAL	LEITURA ATUAL	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
95034077	1	15-06-2018	17.115	17-07-2018	17.160	30	1.200		45,30

HISTÓRICO DE CONSUMO		INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS		COMPOSIÇÃO DO CONSUMO	
MÊS	CONSUMO (kWh)	DATA DE CÁLCULO	VALOR DO IMPÓSTO	Descrição do Consumo	Porcentagem
ABR 18	95	15-04-18	1,70	Consumo de Energia	100%
MAY 18	95	15-05-18	1,70	Consumo de Energia	100%
JUN 18	95	15-06-18	1,70	Consumo de Energia	100%
JUL 18	95	15-07-18	1,70	Consumo de Energia	100%
AUG 18	95	15-08-18	1,70	Consumo de Energia	100%
SET 18	95	15-09-18	1,70	Consumo de Energia	100%
OCT 18	95	15-10-18	1,70	Consumo de Energia	100%
NOV 18	95	15-11-18	1,70	Consumo de Energia	100%
DEZ 18	95	15-12-18	1,70	Consumo de Energia	100%
JAN 19	95	15-01-19	1,70	Consumo de Energia	100%
FEB 19	95	15-02-19	1,70	Consumo de Energia	100%
MAR 19	95	15-03-19	1,70	Consumo de Energia	100%
ABR 19	95	15-04-19	1,70	Consumo de Energia	100%
MAY 19	95	15-05-19	1,70	Consumo de Energia	100%
JUN 19	95	15-06-19	1,70	Consumo de Energia	100%
JUL 19	95	15-07-19	1,70	Consumo de Energia	100%
AUG 19	95	15-08-19	1,70	Consumo de Energia	100%
SET 19	95	15-09-19	1,70	Consumo de Energia	100%
OCT 19	95	15-10-19	1,70	Consumo de Energia	100%
NOV 19	95	15-11-19	1,70	Consumo de Energia	100%
DEZ 19	95	15-12-19	1,70	Consumo de Energia	100%
JAN 20	95	15-01-20	1,70	Consumo de Energia	100%
FEB 20	95	15-02-20	1,70	Consumo de Energia	100%
MAR 20	95	15-03-20	1,70	Consumo de Energia	100%
ABR 20	95	15-04-20	1,70	Consumo de Energia	100%
MAY 20	95	15-05-20	1,70	Consumo de Energia	100%
JUN 20	95	15-06-20	1,70	Consumo de Energia	100%
JUL 20	95	15-07-20	1,70	Consumo de Energia	100%
AUG 20	95	15-08-20	1,70	Consumo de Energia	100%
SET 20	95	15-09-20	1,70	Consumo de Energia	100%
OCT 20	95	15-10-20	1,70	Consumo de Energia	100%
NOV 20	95	15-11-20	1,70	Consumo de Energia	100%
DEZ 20	95	15-12-20	1,70	Consumo de Energia	100%
JAN 21	95	15-01-21	1,70	Consumo de Energia	100%
FEB 21	95	15-02-21	1,70	Consumo de Energia	100%
MAR 21	95	15-03-21	1,70	Consumo de Energia	100%
ABR 21	95	15-04-21	1,70	Consumo de Energia	100%
MAY 21	95	15-05-21	1,70	Consumo de Energia	100%
JUN 21	95	15-06-21	1,70	Consumo de Energia	100%
JUL 21	95	15-07-21	1,70	Consumo de Energia	100%
AUG 21	95	15-08-21	1,70	Consumo de Energia	100%
SET 21	95	15-09-21	1,70	Consumo de Energia	100%
OCT 21	95	15-10-21	1,70	Consumo de Energia	100%
NOV 21	95	15-11-21	1,70	Consumo de Energia	100%
DEZ 21	95	15-12-21	1,70	Consumo de Energia	100%
JAN 22	95	15-01-22	1,70	Consumo de Energia	100%
FEB 22	95	15-02-22	1,70	Consumo de Energia	100%
MAR 22	95	15-03-22	1,70	Consumo de Energia	100%
ABR 22	95	15-04-22	1,70	Consumo de Energia	100%
MAY 22	95	15-05-22	1,70	Consumo de Energia	100%
JUN 22	95	15-06-22	1,70	Consumo de Energia	100%
JUL 22	95	15-07-22	1,70	Consumo de Energia	100%
AUG 22	95	15-08-22	1,70	Consumo de Energia	100%
SET 22	95	15-09-22	1,70	Consumo de Energia	100%
OCT 22	95	15-10-22	1,70	Consumo de Energia	100%
NOV 22	95	15-11-22	1,70	Consumo de Energia	100%
DEZ 22	95	15-12-22	1,70	Consumo de Energia	100%
JAN 23	95	15-01-23	1,70	Consumo de Energia	100%
FEB 23	95	15-02-23	1,70	Consumo de Energia	100%
MAR 23	95	15-03-23	1,70	Consumo de Energia	100%
ABR 23	95	15-04-23	1,70	Consumo de Energia	100%
MAY 23	95	15-05-23	1,70	Consumo de Energia	100%
JUN 23	95	15-06-23	1,70	Consumo de Energia	100%
JUL 23	95	15-07-23	1,70	Consumo de Energia	100%
AUG 23	95	15-08-23	1,70	Consumo de Energia	100%
SET 23	95	15-09-23	1,70	Consumo de Energia	100%
OCT 23	95	15-10-23	1,70	Consumo de Energia	100%
NOV 23	95	15-11-23	1,70	Consumo de Energia	100%
DEZ 23	95	15-12-23	1,70	Consumo de Energia	100%
JAN 24	95	15-01-24	1,70	Consumo de Energia	100%
FEB 24	95	15-02-24	1,70	Consumo de Energia	100%
MAR 24	95	15-03-24	1,70	Consumo de Energia	100%
ABR 24	95	15-04-24	1,70	Consumo de Energia	100%
MAY 24	95	15-05-24	1,70	Consumo de Energia	100%
JUN 24	95	15-06-24	1,70	Consumo de Energia	100%
JUL 24	95	15-07-24	1,70	Consumo de Energia	100%
AUG 24	95	15-08-24	1,70	Consumo de Energia	100%
SET 24	95	15-09-24	1,70	Consumo de Energia	100%
OCT 24	95	15-10-24	1,70	Consumo de Energia	100%
NOV 24	95	15-11-24	1,70	Consumo de Energia	100%
DEZ 24	95	15-12-24	1,70	Consumo de Energia	100%
JAN 25	95	15-01-25	1,70	Consumo de Energia	100%
FEB 25	95	15-02-25	1,70	Consumo de Energia	100%
MAR 25	95	15-03-25	1,70	Consumo de Energia	100%
ABR 25	95	15-04-25	1,70	Consumo de Energia	100%
MAY 25	95	15-05-25	1,70	Consumo de Energia	100%
JUN 25	95	15-06-25	1,70	Consumo de Energia	100%
JUL 25	95	15-07-25	1,70	Consumo de Energia	100%
AUG 25	95	15-08-25	1,70	Consumo de Energia	100%
SET 25	95	15-09-25	1,70	Consumo de Energia	100%
OCT 25	95	15-10-25	1,70	Consumo de Energia	100%
NOV 25	95	15-11-25	1,70	Consumo de Energia	100%
DEZ 25	95	15-12-25	1,70	Consumo de Energia	100%
JAN 26	95	15-01-26	1,70	Consumo de Energia	100%
FEB 26	95	15-02-26	1,70	Consumo de Energia	100%
MAR 26	95	15-03-26	1,70	Consumo de Energia	100%
ABR 26	95	15-04-26	1,70	Consumo de Energia	100%
MAY 26	95	15-05-26	1,70	Consumo de Energia	100%
JUN 26	95	15-06-26	1,70	Consumo de Energia	100%
JUL 26	95	15-07-26	1,70	Consumo de Energia	100%
AUG 26	95	15-08-26	1,70	Consumo de Energia	100%
SET 26	95	15-09-26	1,70	Consumo de Energia	100%
OCT 26	95	15-10-26	1,70	Consumo de Energia	100%
NOV 26	95	15-11-26	1,70	Consumo de Energia	100%
DEZ 26	95	15-12-26	1,70	Consumo de Energia	100%
JAN 27	95	15-01-27	1,70	Consumo de Energia	100%
FEB 27	95	15-02-27	1,70	Consumo de Energia	100%
MAR 27	95	15-03-27	1,70	Consumo de Energia	100%
ABR 27	95	15-04-27	1,70	Consumo de Energia	100%
MAY 27	95	15-05-27	1,70	Consumo de Energia	100%
JUN 27	95	15-06-27	1,70	Consumo de Energia	100%
JUL 27	95	15-07-27	1,70	Consumo de Energia	100%
AUG 27	95	15-08-27	1,70	Consumo de Energia	100%
SET 27	95	15-09-27	1,70	Consumo de Energia	100%
OCT 27	95	15-10-27	1,70	Consumo de Energia	100%
NOV 27	95	15-11-27	1,70	Consumo de Energia	100%
DEZ 27	95	15-12-27	1,70	Consumo de Energia	100%
JAN 28	95	15-01-28	1,70	Consumo de Energia	100%
FEB 28	95	15-02-28	1,70	Consumo de Energia	100%
MAR 28	95	15-03-28	1,70	Consumo de Energia	100%
ABR 28	95	15-04-28	1,70	Consumo de Energia	100%
MAY 28	95	15-05-28	1,70	Consumo de Energia	100%
JUN 28	95	15-06-28	1,70	Consumo de Energia	100%
JUL 28	95	15-07-28	1,70	Consumo de Energia	100%
AUG 28	95	15-08-28	1,70	Consumo de Energia	100%
SET 28	95	15-09-28	1,70	Consumo de Energia	100%
OCT 28	95	15-10-28	1,70	Consumo de Energia	100%
NOV 28	95	15-11-28	1,70	Consumo de Energia	100%
DEZ 28	95	15-12-28	1,70	Consumo de Energia	100%
JAN 29	95	15-01-29	1,70	Consumo de Energia	100%
FEB 29	95	15-02-29	1,70	Consumo de Energia	100%
MAR 29	95	15-03-29	1,70	Consumo de Energia	100%
ABR 29	95	15-04-29	1,70	Consumo de Energia	100%
MAY 29	95	15-05-29	1,70	Consumo de Energia	100%
JUN 29	95	15-06-29	1,70	Consumo de Energia	100%
JUL 29	95	15-07-29	1,70	Consumo de Energia	100%
AUG 29	95	15-08-29	1,70	Consumo de Energia	100%
SET 29	95	15-09-29	1,70	Consumo de Energia	100%
OCT 29	95	15-10-29	1,70	Consumo de Energia	100%
NOV 29	95	15-11-29	1,70	Consumo de Energia	100%
DEZ 29	95	15-12-29	1,70	Consumo de Energia	100%
JAN 30	95	15-01-30	1,70	Consumo de Energia	100%
FEB 30	95	15-02-30	1,70	Consumo de Energia	100%
MAR 30	95	15-03-30	1,70	Consumo de Energia	100%
ABR 30	95	15-04-30	1,70	Consumo de Energia	100%
MAY 30	95	15-05-30	1,70	Consumo de Energia	100%
JUN 30	95	15-06-30	1,70	Consumo de Energia	100%
JUL 30	95	15-07-30	1,70	Consumo de Energia	100%
AUG 30	95	15-08-30	1,70	Consumo de Energia	100%
SET 30	95	15-09-30	1,70	Consumo de Energia	100%
OCT 30	95	15-10-30	1,70	Consumo de Energia	100%
NOV 30	95	15-11-30	1,70	Consumo de Energia	100%
DEZ 30	95	15-12-30	1,70	Consumo de Energia	100%
JAN 31	95	15-01-31	1,70	Consumo de Energia	100%
FEB 31	95	15-02-31	1,70	Consumo de Energia	100%
MAR 31	95	15-03-31	1,70	Consumo de Energia	100%
ABR 31	95	15-04-31	1,70	Consumo de Energia	100%
MAY 31	95	15-05-31	1,70	Consumo de Energia	100%
JUN 31	95	15-06-31	1,70	Consumo de Energia	100%
JUL 31	95	15-07-31	1,70	Consumo de Energia	100%
AUG 31	95	15-08-31	1,70	Consumo de Energia	100%
SET 31	95	15-09-31	1,70	Consumo de Energia	100%
OCT 31	95	15-10-31	1,70	Consumo de Energia	100%
NOV 31	95	15-11-31	1,70	Consumo de Energia	100%
DEZ 31	95	15-12-31	1,70	Consumo de Energia	100%
JAN 32	95	15-01-32	1,70	Consumo de Energia	100%
FEB 32	95	15-02-32	1,70	Consumo de Energia	100%
MAR 32	95	15-03-32	1,70	Consumo de Energia	100%
ABR 32	95	15-04-32	1,70	Consumo de Energia	100%
MAY 32	95	15-05-32	1,70	Consumo de Energia	100%
JUN 32	95	15-06-32	1,70	Consumo de Energia	100%
JUL 32	95	15-07-32	1,70	Consumo de Energia	100%
AUG 32	95	15-08-32	1,70	Consumo de Energia	100%
SET 32	95	15-09-32	1,70	Consumo de Energia	100%
OCT 32	95	15-10-32	1,70	Consumo de Energia	100%
NOV 32	95	15-11-32	1,70	Consumo de Energia	100%
DEZ 32	95	15-12-32	1,70	Consumo de Energia	100%
JAN 33	95	15-01-33	1,70	Consumo de Energia	100%
FEB 33	95	15-02-33	1,70	Consumo de Energia	100%
MAR 33	95	15-03-33	1,70	Consumo de Energia	100%
ABR 33	95	15-04-33	1,70	Consumo de Energia	100%
MAY 33	95	15-05-33	1,70	Consumo de Energia	100%
JUN 33	95	15-06-33	1,70	Consumo de Energia	100%
JUL 33	95	15-07-33	1,70	Consumo de Energia	100%
AUG 33	95	15-08-33	1,70	Consumo de Energia	100%
SET 33	95	15-09-33	1,70	Consumo de Energia	100%
OCT 33	95	15-10-33	1,70	Consumo de Energia	100%
NOV 33	95	15-11-33	1,70	Consumo de Energia	100%
DEZ 33	95	15-12-33	1,70	Consumo de Energia	100%
JAN 34	95	15-01-34	1,70	Consumo de Energia	100%
FEB 34	95	15-02-34	1,70	Consumo de Energia	100%
MAR 34	95	15-03-34	1,70	Consumo de Energia	100%
ABR 34	95	15-04-34	1,70	Consumo de Energia	100%
MAY 34	95	15-05-34	1,70	Consumo de Energia	100%
JUN 34	95	15-06-34	1,70	Consumo de Energia	100%
JUL 34	95	15-07-34	1,70	Consumo de Energia	100%
AUG 34	95	15-08-34	1,70	Consumo de Energia	100%
SET 34	95	15-09-34	1,70	Consumo de Energia	100%
OCT 34	95	15-10-34	1,70	Consumo de Energia	100%
NOV 34	95	15-11-34	1,70	Consumo de Energia	100%
DEZ 34	95	15-12-34	1,70	Consumo de Energia	100%
JAN 35	95	15-01-35	1,70	Consumo de Energia	100%
FEB 35	95	15-02-35	1,70	Consumo de Energia	100%
MAR 35	95	15-03-35	1,70	Consumo de Energia	100%
ABR 35	95	15-04-35	1,70	Consumo de Energia	100%
MAY 35	95	15-05-35	1,70	Consumo de Energia	100%
JUN 35	95	15-06-35	1,70	Consumo de Energia	100%



MINISTÉRIO DA FAZENDA
 Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

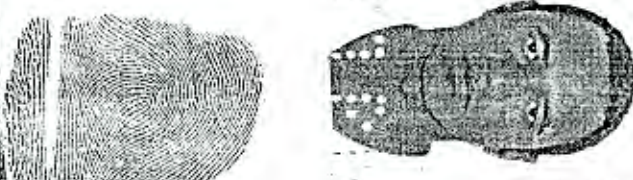
Nome
FABIO MACEDO TEIXEIRA

Nº de Inscrição
004101715-30

Data do Nascimento
06/02/80



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Fabio Macedo Teixeira

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

099855619 08

24/04/2014

FABIO MACEDO TEIXEIRA

ELIEZER TEIXEIRA

MARIA MACEDO TEIXEIRA

SALVADOR BA

CER-CAS CM-PARIPIRANGA BA

DST-SEDE

L-010 F-046 R-002910

06/02/1980



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	RONEI CARVALHO SOUZA			
Endereço:	AV. SALUSTIANO DOMINGUES DE SANTANA			
Município:	PARIPIRANGA	UF:	BA	CEP: 48430-000
RG:	JJJ39J4076	Órgão Emissor:	SSP-BA	CPF: 018.232.425-70

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Sociedade de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga CNPJ nº 31.058.285/0001-45 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

RONEI CARVALHO SOUZA

Assinatura do(a) apoiador(a)

19 de Julho de 2018, Paripiranga - BA

Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
MINISTÉRIO DAS CIDADES		
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO		
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO		
VALIDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS 1170654349	NOME RONEL CARVALHO SOUZA	
	CC IDENTIDADE / CRL. EMISSÃO / UF 1113914076 BRF BA	
	CPF DATA NASCIMENTO 018.292.425-70 12/12/1984	
	ENDEREÇO BRAS RONEY OLIVEIRA DE SOUZA NEIDE DE JESUS CARVALHO	
	PROFISSÃO MT CAT. HAB. 00000000 00000000 00	
REGISTRO VALIDADE 1ª EMISSÃO 03774255146 01/10/2020 26/01/2006		
VALIDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS 1170654349	ENDEREÇO 	
	ENDEREÇO BRAS RONEY OLIVEIRA DE SOUZA NEIDE DE JESUS CARVALHO	
	REGISTRO VALIDADE 1ª EMISSÃO 03774255146 01/10/2020 26/01/2006	
	PROFISSÃO MT CAT. HAB. 00000000 00000000 00	
	ENDEREÇO BRAS RONEY OLIVEIRA DE SOUZA NEIDE DE JESUS CARVALHO	

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL

LOCADOR: Rosemeire Helen Santana Carvalho,
portador da cédula de identidade R.G. nº 1.193.891 e CPF nº 164.725.938-09

LOCATÁRIO: RONEI CARVALHO SOUZA,
portador da cédula de identidade R.G. nº 1117914076 e CPF nº 018.232.425-70.

LOCATÁRIO: Alvino Cardoso Oliveira,
portador da cédula de identidade R.G. nº 026.7060-016 e CPF nº 811.975.945-15.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto deste contrato de locação é o imóvel residencial, situado à Avenida Salustiano Domingues de Santana, S/S, Centro, CEP 48.430-000, Paripiranga/BA.

CLÁUSULA SEGUNDA: O prazo da locação é de 12 meses, iniciando-se em 20/01/18 com término em 20/01/19, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou mesmo extrajudicial.

CLÁUSULA TERCEIRA: O aluguel mensal, deverá ser pago até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao vencido, no local indicado pelo LOCADOR, é de R\$ 400,00 mensais, reajustados anualmente, de conformidade com a variação do IGP-M apurada no ano anterior, e na sua falta, por outro índice criado pelo Governo Federal e, ainda, em sua substituição, pela Fundação Getúlio Vargas, reajustamento este sempre incidente e calculado sobre o último aluguel pago no último mês do ano anterior.

CLÁUSULA QUARTA: O LOCATÁRIO será responsável por todos os tributos incidentes sobre o imóvel bem como despesas ordinárias de condomínio, e quaisquer outras despesas que recaírem sobre o imóvel, arcando também com as despesas provenientes de sua utilização seja elas, ligação e consumo de luz, força, água e gás que serão pagas diretamente às empresas concessionárias dos referidos serviços.

CLÁUSULA QUINTA: Em caso de mora no pagamento do aluguel, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros mensais de 1% (um por cento) do montante devido.

CLÁUSULA SEXTA: Fica ao LOCATÁRIO, a responsabilidade em zelar pela conservação, limpeza do imóvel, efetuando as reformas necessárias para sua manutenção sendo que os gastos e pagamentos decorrentes da mesma, correrão por conta do mesmo. O LOCATÁRIO está obrigado a devolver o imóvel em perfeitas condições de limpeza, conservação e pintura, quando finda ou rescindida esta avença, conforme constante no termo de vistoria em anexo. O LOCATÁRIO não poderá realizar obras que alterem ou modifiquem a estrutura do imóvel locado, sem prévia autorização por escrito da LOCADORA. Caso este consinta na realização das obras, estas ficarão desde logo, incorporadas ao imóvel, sem que assista ao LOCATÁRIO qualquer indenização pelas obras ou retenção por



benfeitorias. As benfeitorias removíveis poderão ser retiradas, desde que não desfigurem o imóvel locado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O LOCATÁRIO declara receber o imóvel em perfeito estado de conservação e perfeito funcionamento devendo observar o que consta no termo de vistoria.

CLÁUSULA SÉTIMA: O LOCATÁRIO declara, que o imóvel ora locado, destina-se única e exclusivamente para o seu uso residencial e de sua família.

PARÁGRAFO ÚNICO: O LOCATÁRIO, obriga por si e sua família, a cumprir e a fazer cumprir integralmente as disposições legais sobre o Condomínio, a sua Convenção e o seu Regulamento Interno.

CLÁUSULA OITAVA: O LOCATÁRIO não poderá sublocar, transferir ou ceder o imóvel, sendo nulo de pleno direito qualquer ato praticado com este fim sem o consentimento prévio e por escrito do LOCADOR.

CLÁUSULA NONA: Em caso de sinistro parcial ou total do prédio, que impossibilite a habitação o imóvel locado, o presente contrato estará rescindido, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial; no caso de incêndio parcial, obrigando a obras de reconstrução, o presente contrato terá suspensão a sua vigência e reduzida a renda do imóvel durante o período da reconstrução à metade do que na época for o aluguel, e sendo após a reconstrução devolvido o LOCATÁRIO pelo prazo restante do contrato, que ficará prorrogado pelo mesmo tempo de duração das obras de reconstrução.

CLÁUSULA DÉCIMA: Em caso de desapropriação total ou parcial do imóvel locado, ficará rescindido de pleno direito o presente contrato de locação, independente de quaisquer indenizações de ambas as partes ou contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: No caso de alienação do imóvel, obriga-se o LOCADOR, dar preferência ao LOCATÁRIO, e se o mesmo não utilizar-se dessa prerrogativa, o LOCADOR deverá constar da respectiva escritura pública, a existência do presente contrato, para que o adquirente o respeite nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O LOCATÁRIO, responde solidariamente por todos os pagamentos descritos neste contrato bem como, não só até o final de seu prazo, como mesmo depois, até a efetiva entrega das chaves ao LOCADOR e termo de vistoria do imóvel.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: É facultado ao LOCADOR vistoriar, por si ou seus procuradores, sempre que achar conveniente, para a certeza do cumprimento das obrigações assumidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A infração de qualquer das cláusulas do presente contrato, sujeita o infrator à multa de duas vezes o valor do aluguel, tomando-se por base, o último aluguel vencido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: As partes contratantes obrigam-se por si, herdeiros e/ou sucessores, elegendo o Foro da Cidade do Panipiranga, para a propositura de qualquer ação.



E, por assim estarem justos e contratados, mandaram extrair o presente instrumento em três (03) vias, para um só efeito, assinando-as, juntamente com as testemunhas, a tudo presentes.

Paripiranga, 20 de JANEIRO de 2018

Rosemeire Mattos Santana Carvalho
LOCADOR

ROSEI CARVALHO SOUZA
LOCATÁRIO

Alvaro Cardoso Oliveira
LOCATÁRIO CPF: 811.975.941-15

TESTEMUNHAS

Jamilson Neto de Carvalho
CPF: 029.773.255-22

João José André de Gomes
CPF 086 317595-41




ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	Cristiano da Rocha Silva			
Endereço:	RUA ANTONIO SANTOS LIMA			
Município:	PARIPURANGA	UF:	BA	CEP: 48.430.000
RG:	1158997	Órgão Emissor:	GGP/GE	CPF: 653.446.185-49

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, CNPJ nº 31.058.285/0001-45 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.


 Assinatura do(a) apoiador(a)
13/JUNHO/18, PARIPURANGA/BA
 Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Matrícula
087163705Mês/Ano de Cidade de Inscrição
04/2018 0 0410 3 01.0180.1.0001.0037.0Vencimento
17/04/2018

Nome/Endereço para entrega

JOSE NOGUEIRA SOBRINHO

RU ANTONIO S. LIMA, 37

PARIPIRANGA CENTRO CEP - 48.430-000

Nº Hidrômetro	Cód. Leitura	Leitura Atual	Leitura Anterior	Dias de Cons.	Período de Consumo
Y10S367362		1583	1563	25	15/02 A 12/03
Endereço da Ligação				Data da Leitura	Data da Fatura
RU ANTONIO S. LIMA, 37		CENTRO		12/03	12/03/2018
PARIPIRANGA					
Especificação				Valores em R\$	
CONS. AGUA		20M3		63,72	
Multa REFER. A(S) CONTA(S) 01/2018				1,30	
JURCS DE MORA - CONTA(S) 01/2018				0,98	

Consumo dos últimos meses



ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS

DECRETO FEDERAL Nº 8.440/2005

Padrão de Potável MS 2914/2011	Nº de Amostras - Rede		
	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Cor - 15 UH	0005	0008	0000
Turbidez - 5,0 UT	0041	0008	0006
Cloro - Mín. 0,2 mg/l	0041	0008	0007
Escherichia Coli - (*)	0041	0008	0006
Coliformes Termotolerantes - Ausente	0041	0008	0007

Água fluorada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de flúor (**).

Significado dos parâmetros de qualidade da água

Cor:	ocorre devido a partículas dissolvidas na água;
Turbidez:	ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva;
Cloro:	produto químico utilizado para eliminar bactérias;
Coliformes Totais:	Indicador utilizado para medir contaminação por bactérias;
Escherichia Coli (*):	Indicador utilizado para medir contaminação fecal;
Flúor (**):	produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias.

(*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras examinadas.

(**) Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês, apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo.

(***) Alguns sistemas podem não estar sendo fluorados.

Obs: Detectadas anomalias, medidas corretivas são adotadas para o retorno à normalidade.

UH = Unidade de Cor UT = Unidade de Turbidez

CONDIÇÕES GERAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: LEI FEDERAL 11.445/07, LEI ESTADUAL 11.172/06, DECRETO 7.765/00 E RESOLUÇÃO N.001/11 - CORESAB.

Unidades de Consumo - UC (Abastecimento/segundo)

Consumo Médio por Unidade (m³)

Consumo Médio Mensal / Ligação

O ATRASO DO PAGAMENTO DESTA CONTA IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS CONFORME LEI FEDERAL 11.445/07 E DECRETO FEDERAL 7.217/10.

Tarifa RES-0002

TOTAL A PAGAR EM R\$

66,00

Faixas de Consumo (m³) VL. Unit.(R\$) X Cons.(m³) X UC = Valor(R\$)

ESGOTO(% água) VL. Total

RESIDENCIAL		2	UNIDADE
ATE	6 MINIMO	6	27,50
>	6 1,09	4	4,36

TOTAL AGUA	63,72	0,00	63,72
TOTAL ESGOTO		0	0,00

INFORMAÇÕES DE CONTRIBUIÇÃO	IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO R\$	VALOR R\$	VALOR R\$
	PIS			
	COFINS	65,02	1,210	0,78
			5,610	3,64

ELEITOR, O CADASTRAMENTO BIOMÉTRICO É OBRIGATÓRIO. COMPREÇA AO CARTÓRIO ELEITORAL OU ACESSSE WWW.TRE-BA.JUS.BR

EXISTE(M) DÉBITO(S):
2018 - FEV

ESTA CONTA NÃO QUITA DÉBITOS ANTERIORES

CANHOTO PROCESSADO EM LEITORA ÓTICA. EVITE DANIFICAR.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

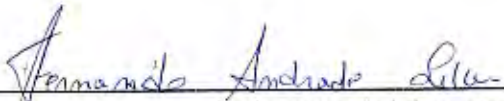
02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR				
Nome Completo:	Fernando Andrade Silva			
Endereço:	Av. Sebastião Domingues de Santana 683			
Município:	PARIPIRANGA	UF:	BA	CEP: 48430-000
RG:	1365116098	Órgão Emissor:	SSP BA	CPF: 045.765.245-42

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da Sociedade de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, CNPJ nº 31.058.285/0001-45 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.


 Assinatura do(a) apoiador(a)
Paripiranga / BA 28 de julho 2018
 Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

Nome: **FERNANDO ANDRADE SILVA**

DOC IDENTIDADE CRD. EMERSON F
1369115088 SSP BA

CPF: **045.765.245-42** DATA DO NASCIMENTO: **12/08/1988**

ELACAO: **JOAO ANDRADE SILVA**

MARIA APARECIDA
NASCIMENTO ANDRADE

PERMISSAO: ☐ ACC: ☐ CAT: ☐

INSCRIÇÃO: **95705846938** VALIDADE: **24/05/2022** V. HABILITACAO: **07/02/2013**

OBSERVAÇÕES:
SEM OBSERVAÇÃO.

Assinatura do Portador: *Fernando Andrade Silva*

LOCAL: **ARACAJU, SE** DATA DE EMISSAO: **25/05/2017**

Assinatura do Emissor: *Luiz de Azevedo Costa Neto* 58086170000
DIRETOR - PRESIDENTE SE019445806

SERGIPE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1475961677

PROIBIDO PLASTIFICAR 1475961677



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Fernando Andrade Silva

5115.****.****.2929

Pagamento Mínimo

R\$17,76

Total desta Fatura*

R\$59,20

Vencimento

10/06/2018

Limite do cartão

R\$600,00

Melhor dia para compras

26/06/2018

*Este valor não inclui parcelas futuras de compras e saques.

INFORMAÇÕES

Fatura Anterior

Total Fatura

R\$0,00

Pagamento Anterior

R\$0,00

Saldo

R\$0,00

Total parcelas futuras de compras/saques: R\$ 532,80

O valor máximo dos encargos em caso de pagamento mínimo até o vencimento é de R\$ 8,28

HISTÓRICO DE MOVIMENTAÇÕES

FERNANDO A SILVA

5115.****.****.2929

DATA

19/05/2018

TRANSAÇÕES NACIONAIS

COMENT CAL ADOS LTDA - Parc.1/10

VALOR

-R\$ 59,20

Total despesas/débitos:

R\$59,20

10/05 - Cotação Dólar: R\$ 3,74

Taxa Rotativo: 19,99 % a.m. | CET: 878,20 % a.a.

Encargos máximos para próx. fatura: 20,99 % a.m.

IOF Incidente de compras no exterior: 6,38%

Taxa parcelamento de fatura: 0,00 % a.m. | CET: 0,00 % a.a.

Multas atraso: 2,00% | IOF: 0,0082 % a.a. + 0,38 % adicional

Para maiores informações ligue 3004.2221 (Capitals) ou 0800.602.0022 (Demais Localidades)



| 121-1 |

12190.00005 00000.019000 06379.311142 2 00000000000000

Local de Pagamento

Pagar na Rede Bancária

Beneficiário: BANCO AGIBANK S.A.

CNPJ: 10.664.513/0001-50

Data do Documento

11/06/2018

Nº do Documento

09000537931

Especie Doc

DS

Assinatura

N

Data de Processamento

11/06/2018

Use do Banco

Carteira

011

Especie

RS

Quantidade

Valor

Instruções

SIR(p) CAIXA: Receber somente em dinheiro. Preencher os campos VALOR DO DOCUMENTO e VALOR COBRADO com o valor a ser pago (valor máximo a ser pago = total desta fatura). Os encargos moratórios decorrentes do pagamento realizado após o vencimento serão cobrados na próxima fatura.

Vencimento

10/06/2018

Agência / Código do Beneficiário

000001 / 0000000061

Número Número

90006379319 / 011

(*) Valor Total da Fatura

R\$59,20

(-) Pagamento Mínimo

R\$17,76

(-) Valor da Parcelamento da Fatura

(-) Desconto / Abatimento

(*) Multa / Multa

(*) Valor Pago

Pagador:

Fernando Andrade Silva CPF: 045.765.245-42

Av SALUSTIANO DOMINGUES DE SANTANA, 683, casa

Centro

48430-000 - Paripiranga - BA

Sacador / Avalista: BANCO AGIBANK S.A. - CNPJ: 10.664.513/0001-50



Autenticação Mecânica - FICHA DE COMPENSAÇÃO



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

CONSELHO COMUNITÁRIO



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "DR. CARLOS MENEZES"

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

NOME 192231 2ª Via

DATA DE EXPEDIÇÃO 12/02/2007

JOSE EVERALDO DE SANTANA

FILIAÇÃO

PAULO QUINTINO DE SANTANA

JULIA INOCENCIA DE SANTANA

NATURALIDADE

PARIPIRANGA-BA

DATA DE NASCIMENTO 17/01/1952

DOC ORIGEM

CERTIDÃO DE NASCIMENTO NR. 8264 LV. A 53 FL. 148

CART.DIST.COM.PARIPIRANGA-BA

690.484.108-78

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 20/06/83

ADOLFO GERALDO DE ARAÚJO

Diretor do Instituto Ident. "Dr. Carlos Menezes"

Assinatura do titular

JOSE EVERALDO DE SANTANA

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão
JAN/2001

 **CORREIOS**
www.correios.com.br

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de inscrição
690.484.108-78

Nome
JOSE EVERALDO DE SANTANA

Nascimento
17/01/1952



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

D INSC. EST. 00665571
B. 4ª Av. Nº 420 - CEP 41.745-002

Mês/Ano de Cidade de Inscrição
07/2018 8 0410 3 01.0005.1.0001.0049.0

Vencimento
17/07/2018

Nome/Endereço para entrega

JOSE EVERALDO DE SANTANA
PC JOSE PINTO DIAS, 49
PARIPIRANGA CENTRO CEP - 48.430-000

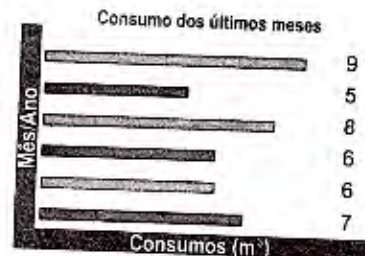
Nº Hidrômetro Cod.Leitura Leitura Atual Leitura Anterior Dias de Cons. Período de Consumo

Y10S343623 725 716 29 13/05 A 11/06
Endereço da Ligação Data de Leitura Data da Fatura

PC JOSE PINTO DIAS, 49 CENTRO 11/06 11/06/2018

Qualificação

CONS. AGUA 9M3 27,14



ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS.

DECRETO FEDERAL Nº 5.440/2005

Parâmetros	Nº de Amostras - Rede		
	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Cor - 15 UH	0005	0008	0008
Turbidez - 5,0 UT	0036	0008	0008
Cloro - Min. 0,2 mg/l	0036	0040	0040
Escherichia Coli - (*)	0036	0040	0040
Coliformes Termotolerantes - Ausente	0036	0040	0040

Água fluorada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de flúor (**).

Significado dos parâmetros de qualidade da água

Cor: ocorre devido a partículas dissolvidas na água;
Turbidez: ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva;
Cloro: produto químico utilizado para eliminar bactérias;
Coliformes totais: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias;
Escherichia Coli (*): indicador utilizado para medir contaminação fecal;
Flúor (**): produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias.

(*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras examinadas.

(*) Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês, apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo.

(**) Alguns sistemas podem não estar sendo fluorados. Obs: Detectadas anomalias, medidas corretivas são adotadas para o retorno à normalidade.

UH = Unidade de Cor UT = Unidade de Turbidez

CONDIÇÕES GERAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: LEI FEDERAL 11.445/07, LEI ESTADUAL 11.172/08, DECRETO 7.785/00 E RESOLUÇÃO N.001/11 - CORESAB.

Unidades de Consumo - UC (Aparamentos/casas/salas) 0001

Consumo Médio por Unidade (m³) 9

Consumo Médio Mensal / Ligação 9

O ATRASO DO PAGAMENTO DESTA CONTA IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS CONFORME LEI FEDERAL 11.445/07 E DECRETO FEDERAL 7.217/10.

TOTAL A PAGAR EM R\$

27,14

ESGOTO(% água) VL. Total

Tarifa RES-0001

Faixas de Consumo (m³) VL. Unit.(R\$) X Cons.(m³) X UC = Valor(R\$)

RESIDENCIAL 1 UNIDADE
ATE 6 MINIMO 6 24,20
6 0,98 3 2,94

TOTAL AGUA 27,14 0,00 27,14
TOTAL ESGOTO 0 0,00

INFORMAÇÕES DE CONTRIBUIÇÃO	BASE DE CÁLCULO R\$		VALORES R\$	
	IMPOSTO			
	COFINS			
		27,14	1,250	0,33
			5,810	1,57

ELEITOR, O CADASTRAMENTO BIOMÉTRICO É OBRIGATÓRIO. COMPAREÇA AO CARTÓRIO ELEITORAL OU ACESSE WWW.TRE-BA.JUS.BR



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL

SAC

12144394 97

03/03/2005

ELIENE RAMOS DO ROSARIO SANTOS

ANTONIO ANDRADE DO ROSARIO

ERALDINA RAMOS DO ROSARIO

PARIPIRANGA BA

05/04/1981

CER-CAS CM-PARIPIRANGA B A

DST-SEDE L-B02 F-237 R-001076

007349365 16

CARTÃO DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Conselho
Comunitário



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
REGIANE SANTOS GUERRA

DATA DE NASCIMENTO 12/05/1979 Nº INSCRIÇÃO 086299070574 ZONA 052 SEÇÃO 0073

MUNICÍPIO UF PARIPIRANGA/BA DATA DE EMISSÃO 04/10/2000

JUIZ ELEITORAL

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - CARTÃO ELEITORAL

Nº ED 419655

AUTENTICAÇÃO
FISCAL DO JUIZ
REGIANE SANTOS GUERRA

Em 23/05/2005
Certifico que a presente fotografia está de acordo com
a original que me foi apresentada e que se

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSIMILADA DO TITULAR

REGIANE SANTOS GUERRA

ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. CARLOS MENDES

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

969.220.956-03

REGIANE SANTOS GUERRA

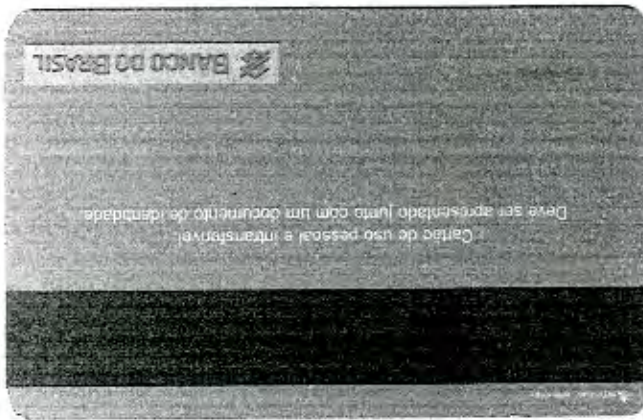
Carvalho
Comunicação



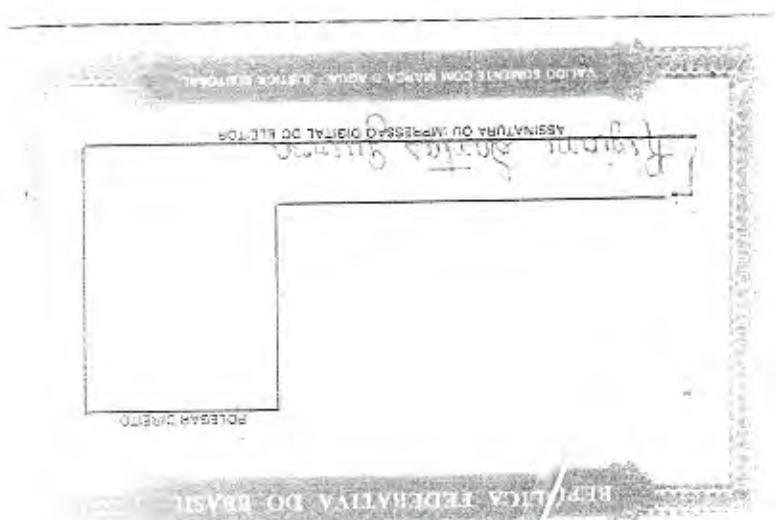
Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



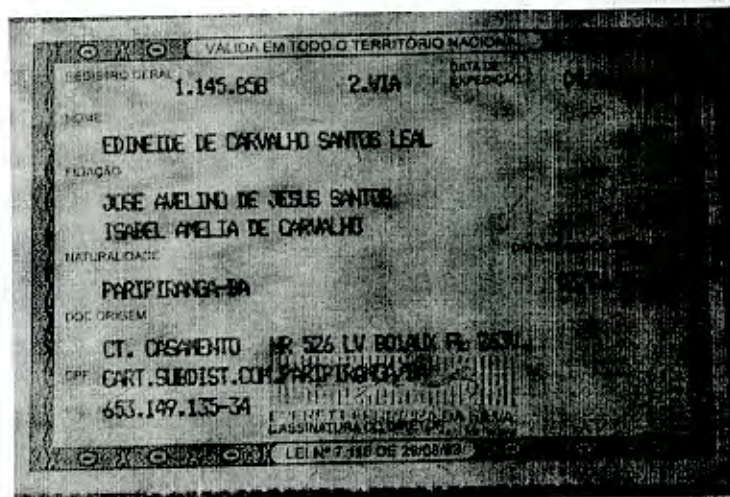
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL			
REGISTRO GERAL	1.252.127	2.VIA	DATA DE EXPEDIÇÃO 28/01/2008
NOME REGIANE SANTOS GUERRA MIRANDA			
FILIAÇÃO ROSALVO GUERRA MARIA BATISTA SANTOS			
NATURALIDADE APACAJU-SE		DATA DE NASCIMENTO 02/05/1979	
DOC ORIGEM CT. CASAM. NR 903-LV 028ALK FL 102			
CART. DIST. COM. PARIPURANGA-PA			
CPF 949.220.955-53		FV 02/05/2008	
PIS - PASEP			



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Conselho Comutau



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

Matrícula 87184427	Mês/Ano 07/2018	DV 1	Cidade 0410	DV 3	Consumo em m3; 17
-----------------------	--------------------	---------	----------------	---------	----------------------

Nome/Endereço para entrega

PEDRO LEAL MATOS
AV SALUSTIANO D.DE SANTANA, 306 AP 02
CENTRO 48430000 PARIPIRANGA

Nº Hidrômetro A11N064911	Cód. Leitura 00	Leitura Atual 000794	Leitura Anterior 000777	Período de Consumo 12/05 A 11/06
-----------------------------	--------------------	-------------------------	----------------------------	-------------------------------------

Endereço da Ligação AV SALUSTIANO D.DE SANTANA, 306 AP 02 CENTRO 48430000 PARIPIRANGA	Data Leitura 11/06/2018	Data Impressão 19/07/2018
---	----------------------------	------------------------------

Especificação	Valor em R\$												
Consumo Água 17 m3	66,70												
Valor Serviço	1,71												
<table><tr><td rowspan="3">INFORMAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO</td><td colspan="2">BASE DE CÁLCULO R\$</td><td>%</td><td>VALOR IMPOSTO R\$</td></tr><tr><td>PIS</td><td rowspan="2">88,27</td><td>1,27</td><td>1,12</td></tr><tr><td>COFINS</td><td>5,88</td><td>5,19</td></tr></table>		INFORMAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO	BASE DE CÁLCULO R\$		%	VALOR IMPOSTO R\$	PIS	88,27	1,27	1,12	COFINS	5,88	5,19
INFORMAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO	BASE DE CÁLCULO R\$		%	VALOR IMPOSTO R\$									
	PIS		88,27	1,27	1,12								
	COFINS	5,88		5,19									

VENCIMENTO

Tarifa 1.2.001	17/07/2018	Total a Pagar em R\$ 88,41
-------------------	------------	-------------------------------

Mensagem:

Utilize o débito automático em conta corrente.
Mais conforto e comodidade para você.
Para maiores esclarecimentos ligue: 0800 0555 195

Multas e juros serão cobrados nas contas a serem emitidas nos próximos faturamentos.

2ª Via - Online

826300000005 884100478509 871844270714 810000000002



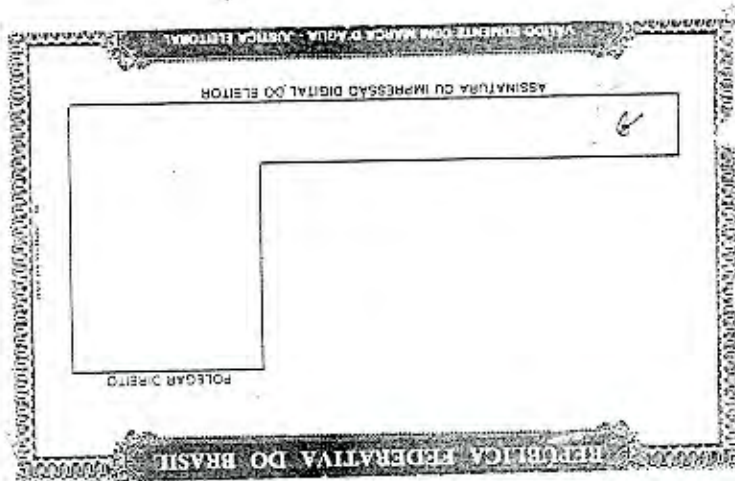
Cidade 0410	DV 3	Consumo em m3 000000017	Matrícula 87184427	Mês/Ano 07/2018	DV 1	Valor a Pagar R\$ 88,41	DV 2
----------------	---------	----------------------------	-----------------------	--------------------	---------	----------------------------	---------

2ª VIA

[Fechar](#) [Imprimir](#) [Pagamento On-Line](#)



Conselho Comunitário



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=30000249>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 22.252.711-0 DATA DE EXPEDIÇÃO 09/AGO/91

NOME JOSEFA JESSILENE FERREIRA DE ANDRADE

FILIAÇÃO JONATAS FERREIRA DE ANDRADE

E JOSEFA MARIA DE JESUS

NATURALIDADE PARIPIRANGA -BA DATA DE NASCIMENTO 25/FEV/1962

DOC ORIGEM PARIPIRANGA-BA

CN: LV. A77 / FLS. 90 / N. 027704

CPF 330.908.315-20

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N. 7.116 DE 29/08/83

CPF: 330.908.315-20

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR JOSEFA JESSILENE FERREIRA DE ANDRADE

DATA DE NASCIMENTO 25/02/62 Nº INSCRIÇÃO 2278943101-67 ZONA 02 SEÇÃO 0156

MUNICÍPIO / UF SÃO PAULO / SP DATA DE EMISSÃO 19/05/

JUIZ ELEITORAL

WALTER FANGANIELLO MAIEROVITCH



EDITAL 112/2018/SEI-MCTIC

LOCALIDADE: PARIPIRANGA/BA


COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TAXA
INSCRIÇÃO



Documento original eletrônico.


<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

 <p>MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU</p>	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	
	Competência	
	Vencimento	
Nome do Contribuinte / Recolhedor: ASSOC RADIODIFUSÃO COMUNITARIA DE PARIPIRANG	CNPJ ou CPF do Contribuinte	31.058.285/0001-45
Nome da Unidade Favorecida: COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	UG / Gestão	240101 / 00001
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.	(=) Valor do Principal	100,00
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN05410ECBBA74DA3DFFC8803AF70FFDDF]	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	100,00

85870000001-4 00000254188-2 22042122310-0 58285000145-1



 <p>MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU</p>	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	
	Competência	
	Vencimento	
Nome do Contribuinte / Recolhedor: ASSOC RADIODIFUSÃO COMUNITARIA DE PARIPIRANG	CNPJ ou CPF do Contribuinte	31.058.285/0001-45
Nome da Unidade Favorecida: COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	UG / Gestão	240101 / 00001
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.	(=) Valor do Principal	100,00
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN05410ECBBA74DA3DFFC8803AF70FFDDF]	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	100,00

85870000001-4 00000254188-2 22042122310-0 58285000145-1



SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
30/07/2018 - AUTO-ATENDIMENTO - 21.52.56
1507501507

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: CARHMO - DESENVOLVIMENTO
AGENCIA: 1507-5 CONTA: 53.863-9
EFETUADO POR: MARIA C T N NEVES

=====

Convenio	GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO
Codigo de Barras	95870000001-4 00000254188-2
	22042122310-0 58285000145-1
Data do pagamento	30/07/2018
Valor em Dinheiro	100,00
Valor em Cheque	0,00
Valor Total	100,00

=====

DOCUMENTO: 073001
AUTENTICACAO SISBB:
4.776.E9E.14C.D08.E32

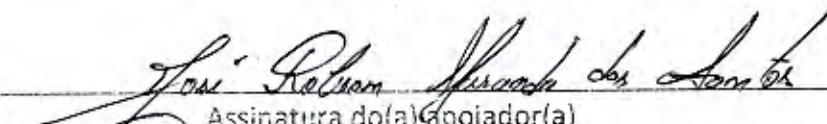


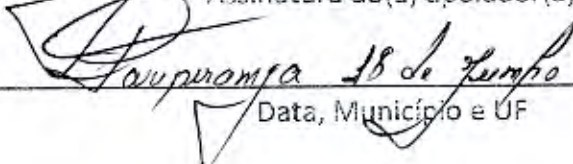
ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	José Roberto Muniz de Lencastre				
Endereço:	Rua Liguinha Campos Nº 39				
Município:	Paripuranga	UF:	BA	CEP:	48430-000
RG:	778 162	Órgão Emissor:	SSP-SE	CPF:	005.767.885-54

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da _____
CNPJ nº 31.058.285/0001-45 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio),
que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e
Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do
serviço.



 Assinatura do(a) apoiador(a)


 Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.





Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500446792018

9/20/18 1:22 PM

Página 1 de 10

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	BA	PARIPIRANGA	01250.044679/2018	112	10S4057	37W5148	EMA	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA
0.03	BA	PARIPIRANGA	53640.000178/1999	5	10S4056	37W5148	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE PARIPIRANGA FM
0.24	BA	PARIPIRANGA	53000.029507/2009	28	10S4058	37W5156	ARQDE F	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA PARIPIRANGA FM
0.24	BA	PARIPIRANGA	01250.046048/2018	112	10S4058	37W5156	EMA	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA PARIPIRANGA FM
0.56	BA	PARIPIRANGA	53000.029552/2009	28	10S4050	37W5131	ARQDE F	ASSOCIACAO PARA A RADIODIFUSAO COMUNITARIA MALHADA VERMELHA
0.56	BA	PARIPIRANGA	53000.007855/2005	28	10S4050	37W5131	ARQDE F	ASSOCIACAO PARIPIRANGUENSE DE EDUCACAO PARA A CIDADANIA
0.83	BA	PARIPIRANGA	53000.034618/2009	28	10S4034	37W5202	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA CIDADE DE PARIPIRANGA/BAHIA- ARCP
6.72	BA	PARIPIRANGA	53000.027923/2009	28	10S3815	37W5416	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO RURAL E BENEFICENTE DO POVOADO LAGOA PRETA E REGIOES CIRCUNVIZINHAS
8.38	SE	SIMÃO DIAS	53840.000063/1999	5	10S4413	37W4837	LDE	ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA DE SIMAO DIAS
8.38	SE	SIMÃO DIAS	53000.018565/2013	5	10S4413	37W4837	ARQPO T	ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA DE SIMAO DIAS
8.38	SE	SIMÃO DIAS	01250.041719/2017	5	10S4413	37W4837	ARQPO S	ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA DE SIMAO DIAS
8.38	SE	SIMÃO DIAS	01250.002383/2018	5	10S4413	37W4837	ARQPO S	ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA DE SIMAO DIAS
8.38	BA	PARIPIRANGA	53000.007485/2014	0	10S4027	37W5625	RAQ	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO INDUSTRIAL E AGRICOLA DOS PRODUTORES RURAIS DO RASO DA CABECA DA SERRA



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500446792018

9/20/18 1:22 PM

Página 2 de 10

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
19.80	SE	PINHÃO	53840.000414/1998	4	10S3415	37W4320	ARQDE F	CENTRO COMUNITARIO ETELVINO MENDONCA
20.56	SE	PEDRA MOLE	53000.023687/2010	29	10S3707	37W4113	ARQDE F	Associação de Radiodifusão Comunitária Amigos de Pedra Mole - ARCAPEMO
20.64	SE	PEDRA MOLE	53100.000898/2004	19	10S3700	37W4113	ARQDE F	Associação de Radiodifusão Comunitária Amigos de Pedra Mole - ARCAPEMO
20.65	SE	PEDRA MOLE	53000.062315/2013	64	10S3702	37W4112	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO PEDRA MOLE FM
20.68	SE	PINHÃO	53840.000112/1999	6	10S3400	37W4256	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA SOCIO CULTURAL JOSE MELQUIADES DE OLIVEIRA
21.22	BA	ADUSTINA	53000.054737/2006	0	10S4036	38W0326	ARQCD I	ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA E CULTURAL MALHA FM
30.91	BA	ADUSTINA	53640.000023/2002	0	10S3158	38W0605	RAQ	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE ADUSTINA
31.95	BA	ADUSTINA	53640.001519/1998	4	10S3217	38W0657	LDE	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE ADUSTINA FM
31.95	BA	ADUSTINA	53000.050690/2013	4	10S3217	38W0657	ARQPO T	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE ADUSTINA FM
31.95	BA	ADUSTINA	53000.014462/2013	4	10S3217	38W0657	ARQPO S	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE ADUSTINA FM
31.95	BA	ADUSTINA	53900.042109/2015	4	10S3217	38W0657	EXIREN	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE ADUSTINA FM
32.00	BA	ADUSTINA	53000.011282/2003	0	10S3159	38W0648	RAQ	ASSOCIAAO BENEFICIENTE E RURAL DE ADUSTINA
	BA	ADUSTINA	53000.052066/2013	4	10S3202	38W0656	ARQPO T	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE ADUSTINA FM



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500446792018

9/20/18 1:22 PM

Página 3 de 10

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
33.33	SE	LAGARTO	53000.048234/2013	24	10S5455	37W4017	ARQPO T	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA LAGARTENSE
33.33	SE	LAGARTO	53000.037423/2007	24	10S5455	37W4017	LDE	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA LAGARTENSE
33.49	SE	LAGARTO	53840.000436/1998	8	10S5500	37W4015	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICENTE SOCIO-CULTURAL MARIA ACACIA RIBEIRO
33.50	SE	LAGARTO	53000.054939/2005	24	10S5535	37W4101	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PROTEÇÃO ESPÍRITA CENTRO SUL DE SERGIPE
33.56	SE	LAGARTO	53000.023198/2003	24	10S5459	37W4010	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E PRODUTIVA ÁUREA RIBEIRO
33.71	SE	LAGARTO	53840.000524/1998	8	10S5524	37W4034	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL COMUNIDADE ATIVA
33.78	SE	LAGARTO	53840.000405/1998	4	10S5500	37W4000	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DO POVOADO GENIPAPO
33.78	SE	LAGARTO	53840.000057/1999	4	10S5500	37W4000	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO JENIPAPO
33.85	SE	POÇO VERDE	53840.000581/1998	4	10S4334	38W1011	LDE	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE POCO VERDE FM
33.85	SE	POÇO VERDE	53000.022904/2012	0	10S4334	38W1011	ARQPO T	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE POCO VERDE FM
33.85	SE	POÇO VERDE	53000.058583/2012	4	10S4334	38W1011	ARQPO T	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE POCO VERDE FM
33.85	SE	POÇO VERDE	01250.063384/2017	4	10S4334	38W1011	ARQPO T	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE POCO VERDE FM
	SE	SÃO DOMINGOS	53900.003224/2014	4	10S4707	37W3409	PDEN	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO DOMINGOS/ RADIOCOMUNITARIA SAO DOMINGOS FM



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500446792018

9/20/18 1:22 PM

Página 4 de 10

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
34.13	SE	SÃO DOMINGOS	53900.046137/2016	4	10S4707	37W3409	EXIREN	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO DOMINGOS/ RADIOCOMUNITARIA SAO DOMINGOS FM
34.13	SE	SÃO DOMINGOS	53840.000446/1998	4	10S4707	37W3409	LDE	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO DOMINGOS/ RADIOCOMUNITARIA SAO DOMINGOS FM
34.65	SE	POÇO VERDE	53000.019983/2012	0	10S4243	38W1044	ARQPO S	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE POCO VERDE FM
34.65	SE	POÇO VERDE	01250.003995/2016	4	10S4243	38W1044	ARQPO S	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE POCO VERDE FM
34.65	SE	POÇO VERDE	53900.004812/2015	4	10S4243	38W1044	ARQPO S	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE POCO VERDE FM
34.65	SE	POÇO VERDE	53900.021931/2014	4	10S4243	38W1044	ARQPO T	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE POCO VERDE FM
34.86	SE	TOBIAS BARRETO	53000.029178/2009	28	10S5548	38W0332	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE SAMAMBAIA - ARACOS
35.07	SE	MACAMBIRA	01250.009952/2018	0	10S3956	37W3235	RAQ	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE MACAMBIRA
35.10	SE	MACAMBIRA	53000.019978/2007	25	10S3956	37W3234	ARQDE F	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE MACAMBIRA
35.10	SE	POÇO VERDE	53000.040325/2007	0	10S4230	38W1100	RAQ	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA POÇO VERDE FM
35.10	SE	POÇO VERDE	53840.000060/1999	4	10S4230	38W1100	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÓCIO CULTURAL IRMÃ MARIELLI
35.30	SE	MACAMBIRA	53000.009221/2008	25	10S4001	37W3227	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE MACAMBIRA - ARACOM
	SE	MACAMBIRA	53900.023554/2015	0	10S3949	37W3204	RAQ	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE MACAMBIRA



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500446792018

9/20/18 1:22 PM

Página 5 de 10

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
38.75	BA	CRISÓPOLIS	53000.039402/2005	0	11S0010	38W0010	RAQ	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE IGREJINHA
38.89	SE	FREI PAULO	53100.000886/2004	19	10S3258	37W3204	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA FREI PAULO
39.00	SE	FREI PAULO	53000.014566/2010	29	10S3256	37W3201	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FREI PAULO
39.06	BA	FÁTIMA	53000.037424/2007	24	10S3556	38W1237	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DA CIDADE DE FATIMA-BA
39.24	SE	CARIRA	53000.060473/2010	0	10S2156	37W4221	ARQCD I	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA CIDADE DE CARIRA
39.24	SE	CARIRA	53000.030954/2011	34	10S2156	37W4221	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA CIDADE DE CARIRA
39.71	BA	FÁTIMA	53640.000184/2001	24	10S3600	38W1300	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA CHEIRO DA TERRA
39.71	BA	FÁTIMA	53000.032965/2007	24	10S3600	38W1300	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARTE FATIMENSE
39.76	SE	CAMPO DO BRITO	53840.000451/1998	4	10S4421	37W3015	ARQDE F	ASSOC.COM.PROD.MOR.POV.GAMELEI E ADJACENCIAS
39.94	SE	CARIRA	53100.000892/2004	19	10S2139	37W4204	ARQDE F	Associação de Radiodifusão Comunitária "Mãe Carira"
39.94	SE	CARIRA	53100.000344/2004	19	10S2139	37W4204	ARQDE F	ASSOCIACAO DE BENEFICENCIA MARIA SOARES DUTRA
40.07	SE	CARIRA	53000.037606/2011	34	10S2132	37W4209	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA CARIRA FM
	BA	FÁTIMA	53000.015779/2003	24	10S3632	38W1320	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500446792018

9/20/18 1:22 PM

Página 6 de 10

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
40.10	SE	CARIRA	53840.000467/1998	4	10S2133	37W4205	ARQDE F	FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE MORADORES E COMUNITARIAS DE CARIRA
40.10	SE	CARIRA	53100.000744/2004	19	10S2133	37W4205	ARQDE F	Associação Comunitária de Radiodifusão de Carira
40.10	SE	CARIRA	53000.038381/2011	34	10S2132	37W4207	ARQDE F	Associação de Radiodifusão Comunitária "Mãe Carira"
40.79	SE	CAMPO DO BRITO	53000.029458/2009	28	10S4452	37W2946	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE CAMPO DO BRITO
40.79	SE	CAMPO DO BRITO	53000.011193/2012	28	10S4452	37W2946	DEN	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE CAMPO DO BRITO
40.82	BA	FÁTIMA	53640.001539/1998	4	10S3800	38W1400	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUM. E CULT. FÁTIMA FM
40.92	SE	CAMPO DO BRITO	53000.011745/2005	28	10S4458	37W2943	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE NOSSA SENHORA DA BOA HORA
40.99	SE	CAMPO DO BRITO	53000.019316/2004	28	10S4455	37W2940	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE CAMPO DO BRITO
41.00	SE	CAMPO DO BRITO	53000.028123/2009	28	10S4451	37W2939	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO DA CIDADE DE CAMPO DO BRITO/SERGIPE
41.05	SE	CAMPO DO BRITO	53000.028133/2009	28	10S4455	37W2938	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA BRITENSE
41.38	SE	CAMPO DO BRITO	53840.000519/1998	4	10S4506	37W2929	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAMPOS FM
44.21	SE	LAGARTO	53000.015809/2014	24	10S5253	37W3047	ARQPO S	ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DO POVOADO JENIPAPO - LAGARTO/SE
	SE	LAGARTO	53900.005487/2014	24	10S5253	37W3047	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DO POVOADO JENIPAPO - LAGARTO/SE



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500446792018

9/20/18 1:22 PM

Página 7 de 10

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
44.21	SE	LAGARTO	53000.035214/2007	24	10S5253	37W3047	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DO POVOADO JENIPAPO - LAGARTO/SE
44.52	SE	ITABAIANA	53900.003842/2016	0	10S3922	37W2725	RAQ	ASSOCIACAO DE RADIO DIFUSAO COMUNITARIA VOZ DO AGRESTE
44.83	BA	CORONEL JOÃO SÁ	53900.043198/2015	10	10S1704	37W5539	INDRE N	ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO PORTAL DO ALVORADA/CORONEL JOAO SA
44.83	BA	CORONEL JOÃO SÁ	53000.069200/2013	10	10S1704	37W5539	ARQPO S	ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO PORTAL DO ALVORADA/CORONEL JOAO SA
44.83	BA	CORONEL JOÃO SÁ	53000.000865/2001	10	10S1704	37W5539	LDE	ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO PORTAL DO ALVORADA/CORONEL JOAO SA
45.54	SE	TOBIAS BARRETO	53840.000064/1999	28	11S0406	38W0010	ARQDE F	CENTRO COMUNITARIO JOSE DE GOIS
45.56	SE	RIACHÃO DO DANTAS	53840.000422/1998	4	11S0408	37W4330	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA JULIA ARAUJO DOS SANTOS
45.57	SE	RIACHÃO DO DANTAS	53000.046178/2007	24	11S0406	37W4323	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DA CIDADE DE RIACHÃO DO DANTAS / SERGIPE
45.62	SE	RIACHÃO DO DANTAS	53000.047201/2007	24	11S0415	37W4345	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA BENEFICENTE DONA CACULA
45.64	SE	RIACHÃO DO DANTAS	53000.072686/2013	0	11S0411	37W4331	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA JULIA ARAUJO DOS SANTOS
45.64	SE	RIACHÃO DO DANTAS	53000.028348/2003	24	11S0411	37W4331	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA JULIA ARAUJO DOS SANTOS
45.73	SE	RIACHÃO DO DANTAS	53000.037227/2007	24	11S0417	37W4340	ARQDE F	Associação Comunitária Sócio Cultural e Recreativa de Riachão do Dantas
---	SE	RIACHÃO DO DANTAS	53840.000051/1999	4	11S0417	37W4340	ARQDE F	Associação Comunitária Sócio Cultural e Recreativa de Riachão do Dantas



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500446792018

9/20/18 1:22 PM

Página 8 de 10

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
45.77	BA	HELIÓPOLIS	53000.028648/2003	20	10S4035	38W1655	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS APICULTORES DE HELIOPOLIS
45.82	SE	RIACHÃO DO DANTAS	53000.037567/2007	24	11S0426	37W4358	ARQDE F	Associação de Cultura e Comunicação Comunitaria Riachãoense
45.83	BA	HELIÓPOLIS	53000.019194/2003	20	10S4033	38W1657	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE HELIÓPOLIS - ARCH
45.97	BA	HELIÓPOLIS	53000.062434/2005	20	10S4053	38W1702	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E PRODUTIVA DE HELIOPÓLIS/BAHIA
46.52	BA	HELIÓPOLIS	53000.062430/2005	20	10S4059	38W1720	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DE HELIOPOLIS-BA
46.82	SE	TOBIAS BARRETO	53000.029329/2009	28	10S5856	38W0951	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MONTE COELHOS - ARCOMC
47.10	SE	TOBIAS BARRETO	53000.029330/2009	28	11S0445	38W0051	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DO POVOADO BARRIGA - ARCOMPOB
47.40	SE	ITABAIANINHA	53840.000468/1998	1	10S4150	37W2548	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO CRISTÃ BENEFICENTE DE ITABAIANA
47.42	SE	LAGARTO	53000.042723/2011	0	10S5906	37W3327	ARQPO S	ASSOCIACAO BENEFICENTE SOCIO CULTURAL DA CIDADE DE LAGARTO - LAGARTO FM
47.42	SE	LAGARTO	53900.014587/2015	24	10S5906	37W3327	ARQPO S	ASSOCIACAO BENEFICENTE SOCIO CULTURAL DA CIDADE DE LAGARTO - LAGARTO FM
47.68	SE	ITABAIANA	01250.020603/2018	0	10S4131	37W2538	ARQCD I	ASSOCIACAO DE RADIO DIFUSAO COMUNITARIA VOZ DO AGRESTE
47.70	SE	ITABAIANA	53000.030304/2004	28	10S4111	37W2537	ARQDE F	CENTRO SOCIAL DE ASSISTENCIA SERRANA
	SE	LAGARTO	53900.007396/2015	24	10S5911	37W3312	ARQPO T	ASSOCIACAO BENEFICENTE SOCIO CULTURAL DA CIDADE DE LAGARTO - LAGARTO FM



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500446792018

9/20/18 1:22 PM

Página 9 de 10

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
47.85	SE	LAGARTO	53000.038751/2007	24	10S5911	37W3312	LDE	ASSOCIACAO BENEFICENTE SOCIO CULTURAL DA CIDADE DE LAGARTO - LAGARTO FM
47.88	SE	ITABAIANA	53000.035029/2004	28	10S4100	37W2531	ARQDE F	FUNDACAO DE COMUNICACAO POPULAR
47.89	SE	ITABAIANA	53000.039666/2008	28	10S4106	37W2531	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA SERRANA DE RADIODIFUSAO
48.20	SE	ITABAIANA	53000.028135/2009	28	10S4242	37W2524	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE ITABAIANA
48.40	SE	ITABAIANA	53000.028132/2009	28	10S4100	37W2514	AUT	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO E AMIGOS DO CAMINHONEIRO ITABAIANENSE
48.40	SE	ITABAIANA	53000.029040/2013	28	10S4100	37W2514	ARQPO S	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO E AMIGOS DO CAMINHONEIRO ITABAIANENSE
48.86	SE	NOSSA SENHORA APARECIDA	53100.000914/2004	19	10S2633	37W2921	ARQDE F	Associação de Radiodifusao Comunitaria Nossa Senhora Aparecida - ARCONSA
48.98	SE	ITABAIANA	53840.000661/1998	4	10S4112	37W2455	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO AMBIENTAL ITABAIANENSE
49.13	SE	RIBEIRÓPOLIS	53000.028134/2009	28	10S3226	37W2616	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DA CIDADE DE RIBEIROPOLIS
49.32	SE	RIBEIRÓPOLIS	53000.028117/2009	28	10S3245	37W2603	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DDA CIDADE DE RIBEIRÓPOLIS
49.45	SE	RIBEIRÓPOLIS	53840.000412/1998	28	10S3226	37W2605	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS MORADORES DO POVOADO SERRA MACHADO
49.45	SE	RIBEIRÓPOLIS	53840.000410/1998	28	10S3226	37W2605	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DA COMUNIDADE JOAO FERREIRA
	SE	RIBEIRÓPOLIS	53840.000409/1998	28	10S3226	37W2605	ARQDE F	ASSOCIACAO DE PROT AOS IDOSOS MARIA DO CARMO N ALVES



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500446792018

9/20/18 1:22 PM

Página 10 de 10

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
49.45	SE	RIBEIRÓPOLIS	53840.000408/1998	28	10S3226	37W2605	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE FAZENDINHA
49.45	SE	RIBEIRÓPOLIS	53840.000463/1998	28	10S3226	37W2605	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE RIBEIROPOLIS-SERGIPE
49.45	SE	RIBEIRÓPOLIS	53840.000407/1998	28	10S3226	37W2605	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS MORADORES DO POVOADO MILAGRES
49.45	SE	RIBEIRÓPOLIS	53840.000411/1998	28	10S3226	37W2605	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO POVOADO VELAME
49.45	SE	RIBEIRÓPOLIS	53840.000406/1998	4	10S3226	37W2605	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DO POVOADO LAGOA DAS ESPERAS
49.47	SE	RIBEIRÓPOLIS	53000.053347/2009	0	10S3221	37W2606	ARQCD I	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E DESPORTIVA DE PEQUENOS PRODUTORES DE RIBEIRÓPOLIS
49.47	SE	RIBEIRÓPOLIS	53000.049448/2007	28	10S3221	37W2606	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E DESPORTIVA DE PEQUENOS PRODUTORES DE RIBEIRÓPOLIS
Nº de Linhas: 0								



DESPACHO

Processo nº: **01250.044679/2018-05.**

Assunto: **Despacho Inicial - Técnica.**

1. Após análise inicial da documentação encaminhada pela Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Paripiranga / BA**, constatou-se que as coordenadas apresentadas no Requerimento de Outorga:

I. Indicam uma localização na Rua Manoel Coelho Cruz e não na Rua Cel Joaquim de Matos, conforme verificado nos sistemas internos. Dessa forma, é necessário apresentar novo requerimento de outorga informando dados condizentes à respeito da localização pretendida para instalação do sistema irradiante.



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Segond Vasconcellos, Técnico de Nível Superior**, em 21/09/2018, às 08:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3384518** e o código CRC **F79862A9**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

SEI nº 3384518



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

Município/UF: Paripiranga/BA

Processo nº: 01250.044679/2018-05

CNPJ: 31.058.285/0001-45

Número de concorrentes: 1

- 01250.046048/2018 - ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA PARIPIRANGA FM

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PARIPIRANGA

Nº do edital/ano: 112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018

Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018

1. Data de postagem/SEI: Processo público gerado em 02/08/2018.

2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: fl. 1-2 (3224700)

3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: ausente.

4. Estatuto Social: fl. 21-27 (3224700)

Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: fl. 6-19 (3224700)

Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: () SIM (x) NÃO

6. Ata de eleição: fl. 6-19 (3224700) para o período de 25/06/2018 a 25/06/2022.

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioridade e nacionalidade/CPF: 32-45 (3224700)

7.1. Diretoria:

MEMBRO – Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
Presidente: Fernando Andrade Silva		12/08/1988	045.765.245-42	
Diretor Administrativo: Talisson Santa Rosa Nascimento		22/09/1991	045.920.155-76	
Diretor de Operações: Jaqueline Joseane Silva Santos		22/09/1991	052.972.075-25	

8. Manifestações em apoio: fl. 48-137 (3224700)

9. Vínculo: () SIM (x) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: fl. 139-140 (Jaqueline Joseane Silva Santos)

11. Pesquisa Radar: (ok)



12. Justiça Federal e Estadual dos dirigentes: ()

OBSERVAÇÕES:



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (<i>e-mail</i>):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	° (N/S)	'	"	
	Longitude:	° W	'	"	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº _____, publicado no Diário Oficial da União de ____/____/_____, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a **falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	



Assinatura:	
-------------	--

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 25707/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.044679/2018-05**.

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS – FASE DE HABILITAÇÃO.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PARIPIRANGA**, entidade interessada em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Paripiranga/BA**.

ANÁLISE

2. Após análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

	Dispositivo		Documentos	Descrição
	Art. 22	Inciso I	Requerimento de Outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas	Conforme Despacho Interno CGRC (3384518), as coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga não correspondem ao endereço do sistema irradante informado no mesmo documento. Assim, deve a Entidade enviar novas coordenadas.
Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada do DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC, e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018.				

3. A Entidade deverá encaminhar **novo Requerimento de Outorga, conforme modelo em anexo (3576834)** contendo **todas as declarações** nele elencadas, uma vez que há alteração no item XIII, conforme disposição do art. 22, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. Ressalta-se que o Requerimento, para ter validade deve ser **assinado por todos os dirigentes**.

CONCLUSÃO

4. Destaca-se que esta solicitação é a **ÚNICA** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e das Comunicações fará nesta fase de habilitação, conforme art. 24 da Portaria Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará obrigatoriamente à **inabilitação**, com fundamento no art. 25, IV da Portaria.

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

6. A Entidade deverá apresentar resposta no **prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias**, contado a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, **sob pena de inabilitação**, nos termos do art. 24 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

7. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

8. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Eduardo Vergara de Borba, Técnico de Nível Superior**, em 20/11/2018, às 15:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 28/11/2018, às 15:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3576847** e o código CRC **47EB01E7**.

Minutas e Anexos

3576834

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

SEI nº 3576847



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 46301/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Fernando Andrade Silva

Representante Legal da **Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, Fernando Andrade Silva** (CNPJ nº 31.058.285/0001-45)

av. Salustiano Domingues de Santana, 683

CEP 48430-000 / Paripiranga/BA

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.044679/2018-05.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 25707/2018/SEI-MCTIC** desta Secretaria, que trata da análise do processo em referência,
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo definido na referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de **inabilitação da entidade**.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html
5. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 28/11/2018, às 15:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3576931** e o código CRC **03D11AB4**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 46301/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.044679/2018-05 - Nº SEI: 3576931



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 46301/2018/SEI-MCTIC, 28/11/2018

01250.044679/2018-05

FERNANDO ANDRADE SILVA

Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga,

Fernando Andrade Silva

Av. Salustiano Domingues de Santana, 683

48430-000 Paripiranga / BA

SERAD/CGRC

UF

PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISONCARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICHE MÍN. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

18 DEZ 2018

EN

RA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

7524

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

14 x 186 mm

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO)

JU 08421952 1 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

07 DEZ 2018

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h

: h

: h

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Edifício dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Globo
70.044-900 Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500446792018

5/30/19 4:53 PM

Página 1 de 11

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	BA	PARIPIRANGA	01250.044679/2018	112	10S4057	37W5148	EMA	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA
0.03	BA	PARIPIRANGA	53640.000178/1999	5	10S4056	37W5148	ARQDE F	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE PARIPIRANGA FM 106,7 MHZ
0.24	BA	PARIPIRANGA	53000.029507/2009	28	10S4058	37W5156	ARQDE F	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA PARIPIRANGA FM
0.24	BA	PARIPIRANGA	01250.046048/2018	112	10S4058	37W5156	INAB	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA PARIPIRANGA FM
0.56	BA	PARIPIRANGA	53000.029552/2009	28	10S4050	37W5131	ARQDE F	ASSOCIACAO PARA A RADIODIFUSAO COMUNITARIA MALHADA VERMELHA
0.56	BA	PARIPIRANGA	53000.007855/2005	28	10S4050	37W5131	ARQDE F	ASSOCIACAO PARIPIRANGUENSE DE EDUCACAO PARA A CIDADANIA
0.83	BA	PARIPIRANGA	53000.034618/2009	28	10S4034	37W5202	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA CIDADE DE PARIPIRANGA/BAHIA- ARCP
6.72	BA	PARIPIRANGA	53000.027923/2009	28	10S3815	37W5416	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO RURAL E BENEFICENTE DO POVOADO LAGOA PRETA E REGIOES CIRCUNVIZINHAS
8.38	SE	SIMÃO DIAS	53000.018565/2013	5	10S4413	37W4837	ARQPO T	ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA DE SIMAO DIAS
8.38	SE	SIMÃO DIAS	01250.041719/2017	5	10S4413	37W4837	ARQPO S	ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA DE SIMAO DIAS
8.38	SE	SIMÃO DIAS	01250.002383/2018	5	10S4413	37W4837	ARQPO S	ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA DE SIMAO DIAS
8.46	BA	PARIPIRANGA	53000.007485/2014	0	10S4027	37W5625	RAQ	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO INDUSTRIAL E AGRICOLA DOS PRODUTORES RURAIS DO RASO DA CABECA DA SERRA
---	SE	SIMÃO DIAS	01250.068566/2018	5	10S4429	37W4840	ARQPO T	ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA DE SIMAO DIAS



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500446792018

5/30/19 4:53 PM

Página 2 de 11

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
8.68	SE	SIMÃO DIAS	53840.000063/1999	5	10S4429	37W4840	LDE	ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA DE SIMAO DIAS
19.80	SE	PINHÃO	53840.000414/1998	4	10S3415	37W4320	ARQDE F	CENTRO COMUNITARIO ETELVINO MENDONCA
20.56	SE	PEDRA MOLE	53000.023687/2010	29	10S3707	37W4113	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA AMIGOS DE PEDRA MOLE
20.64	SE	PEDRA MOLE	53100.000898/2004	19	10S3700	37W4113	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA AMIGOS DE PEDRA MOLE
20.65	SE	PEDRA MOLE	53000.062315/2013	64	10S3702	37W4112	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO PEDRA MOLE FM
20.68	SE	PINHÃO	53840.000112/1999	6	10S3400	37W4256	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA SOCIO CULTURAL JOSE MELQUIADES DE OLIVEIRA
21.22	BA	ADUSTINA	53000.054737/2006	0	10S4036	38W0326	ARQCD I	ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA E CULTURAL MALHA FM
30.91	BA	ADUSTINA	53640.000023/2002	0	10S3158	38W0605	RAQ	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE ADUSTINA
31.95	BA	ADUSTINA	53640.001519/1998	4	10S3217	38W0657	LDE	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE ADUSTINA FM
31.95	BA	ADUSTINA	53000.050690/2013	4	10S3217	38W0657	ARQPO T	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE ADUSTINA FM
31.95	BA	ADUSTINA	53000.014462/2013	4	10S3217	38W0657	ARQPO S	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE ADUSTINA FM
31.95	BA	ADUSTINA	53900.042109/2015	4	10S3217	38W0657	RAUT	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE ADUSTINA FM __MHZ
31.95	BA	ADUSTINA	53000.011282/2003	0	10S3159	38W0648	RAQ	ASSOCIAAO BENEFICIENTE E RURAL DE ADUSTINA



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500446792018

5/30/19 4:53 PM

Página 3 de 11

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
32.16	BA	ADUSTINA	53000.052066/2013	4	10S3202	38W0656	ARQPO T	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE ADUSTINA FM
33.33	SE	LAGARTO	53000.048234/2013	24	10S5455	37W4017	ARQPO T	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA LAGARTENSE
33.33	SE	LAGARTO	53000.037423/2007	24	10S5455	37W4017	LDE	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA LAGARTENSE
33.49	SE	LAGARTO	53840.000436/1998	8	10S5500	37W4015	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICENTE SOCIO-CULTURAL MARIA ACACIA RIBEIRO
33.50	SE	LAGARTO	53000.054939/2005	24	10S5535	37W4101	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA PROTECAO ESPIRITA CENTRO SUL DE SERGIPE
33.56	SE	LAGARTO	53000.023198/2003	24	10S5459	37W4010	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA E PRODUTIVA AUREA RIBEIRO
33.71	SE	LAGARTO	53840.000524/1998	8	10S5524	37W4034	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL COMUNIDADE ATIVA
33.78	SE	LAGARTO	53840.000405/1998	4	10S5500	37W4000	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DO POVOADO GENIPAPO
33.78	SE	LAGARTO	53840.000057/1999	4	10S5500	37W4000	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO JENIPAPO
33.85	SE	POÇO VERDE	53840.000581/1998	4	10S4334	38W1011	LDE	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE POCO VERDE FM
33.85	SE	POÇO VERDE	53000.022904/2012	0	10S4334	38W1011	ARQPO T	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE POCO VERDE FM
33.85	SE	POÇO VERDE	53000.058583/2012	4	10S4334	38W1011	ARQPO T	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE POCO VERDE FM
---	SE	POÇO VERDE	01250.063384/2017	4	10S4334	38W1011	ARQPO T	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE POCO VERDE FM



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500446792018

5/30/19 4:53 PM

Página 4 de 11

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
34.13	SE	SÃO DOMINGOS	53900.003224/2014	4	10S4707	37W3409	PDEN	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO DOMINGOS/ RADIOCOMUNITARIA SAO DOMINGOS FM
34.13	SE	SÃO DOMINGOS	53900.046137/2016	4	10S4707	37W3409	EXIREN	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO DOMINGOS/ RADIOCOMUNITARIA SAO DOMINGOS FM
34.13	SE	SÃO DOMINGOS	53840.000446/1998	4	10S4707	37W3409	LDE	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA SAO DOMINGOS/ RADIOCOMUNITARIA SAO DOMINGOS FM
34.52	SE	LAGARTO	01250.074175/2018	24	10S5514	37W3939	ARQPO T	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA LAGARTENSE
34.65	SE	POÇO VERDE	01250.003995/2016	4	10S4243	38W1044	ARQPO S	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE POCO VERDE FM
34.65	SE	POÇO VERDE	53900.004812/2015	4	10S4243	38W1044	ARQPO S	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE POCO VERDE FM
34.65	SE	POÇO VERDE	53900.021931/2014	4	10S4243	38W1044	ARQPO T	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE POCO VERDE FM
34.65	SE	POÇO VERDE	53000.019983/2012	0	10S4243	38W1044	ARQPO S	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE POCO VERDE FM
34.86	SE	TOBIAS BARRETO	53000.029178/2009	28	10S5548	38W0332	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE SAMAMBAIA - ARACOS
35.07	SE	MACAMBIRA	01250.009952/2018	0	10S3956	37W3235	RAQ	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE MACAMBIRA
35.10	SE	MACAMBIRA	01250.064436/2018	241	10S3956	37W3234	INAB	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE MACAMBIRA
35.10	SE	MACAMBIRA	53000.019978/2007	25	10S3956	37W3234	ARQDE F	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE MACAMBIRA
	SE	POÇO VERDE	53000.040325/2007	0	10S4230	38W1100	RAQ	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA POÇO VERDE FM



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500446792018

5/30/19 4:53 PM

Página 5 de 11

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
35.10	SE	POÇO VERDE	53840.000060/1999	4	10S4230	38W1100	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÓCIO CULTURAL IRMÃ MARIELLI
35.30	SE	MACAMBIRA	53000.009221/2008	25	10S4001	37W3227	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE MACAMBIRA - ARACOM
35.42	SE	MACAMBIRA	01250.072920/2018	241	10S4005	37W3223	INAB	ASSOCIACAO MACAMBIRENSE DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO E RESGATE DA CIDADANIA EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE
36.02	SE	MACAMBIRA	53900.023554/2015	0	10S3949	37W3204	RAQ	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE MACAMBIRA
38.75	BA	CRISÓPOLIS	53000.039402/2005	0	11S0010	38W0010	RAQ	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE IGREJINHA
38.89	SE	FREI PAULO	53100.000886/2004	19	10S3258	37W3204	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA FREI PAULO
39.00	SE	FREI PAULO	53000.014566/2010	29	10S3256	37W3201	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FREI PAULO
39.06	BA	FÁTIMA	53000.037424/2007	24	10S3556	38W1237	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DA CIDADE DE FATIMA-BA
39.24	SE	CARIRA	53000.060473/2010	0	10S2156	37W4221	ARQCD I	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA CIDADE DE CARIRA
39.24	SE	CARIRA	53000.030954/2011	34	10S2156	37W4221	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA CIDADE DE CARIRA
39.71	BA	FÁTIMA	53640.000184/2001	24	10S3600	38W1300	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA CHEIRO DA TERRA
39.71	BA	FÁTIMA	53000.032965/2007	24	10S3600	38W1300	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL ARTE FATIMENSE
---	SE	CAMPO DO BRITO	53840.000451/1998	4	10S4421	37W3015	ARQDE F	ASSOC.COM.PROD.MOR.POV.GAMELEI E ADJACENCIAS



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500446792018

5/30/19 4:53 PM

Página 6 de 11

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
39.94	SE	CARIRA	53100.000892/2004	19	10S2139	37W4204	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA ' ' MAE CARIRA "
39.94	SE	CARIRA	53100.000344/2004	19	10S2139	37W4204	ARQDE F	ASSOCIACAO DE BENEFICENCIA MARIA SOARES DUTRA
40.07	SE	CARIRA	53000.037606/2011	34	10S2132	37W4209	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA CARIRA FM
40.08	BA	FÁTIMA	53000.015779/2003	24	10S3632	38W1320	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIO DIFUSAO COMUNITARIA
40.10	SE	CARIRA	53840.000467/1998	4	10S2133	37W4205	ARQDE F	FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE MORADORES E COMUNITARIAS DE CARIRA
40.10	SE	CARIRA	53100.000744/2004	19	10S2133	37W4205	ARQDE F	Associação Comunitária de Radiodifusão de Carira
40.10	SE	CARIRA	53000.038381/2011	34	10S2132	37W4207	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA ' ' MAE CARIRA "
40.79	SE	CAMPO DO BRITO	53000.029458/2009	28	10S4452	37W2946	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE CAMPO DO BRITO
40.79	SE	CAMPO DO BRITO	53000.011193/2012	28	10S4452	37W2946	DEN	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE CAMPO DO BRITO
40.82	BA	FÁTIMA	53640.001539/1998	4	10S3800	38W1400	ARQDE F	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL FATIMA FM 98.5 MHS
40.92	SE	CAMPO DO BRITO	53000.011745/2005	28	10S4458	37W2943	ARQDE F	ASSOCIACAO DE CARIDADE NOSSA SENHORA DA BOA HORA
40.99	SE	CAMPO DO BRITO	53000.019316/2004	28	10S4455	37W2940	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORS RURAIS DE CAMPO DO BRITO
	SE	CAMPO DO BRITO	53000.028123/2009	28	10S4451	37W2939	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO DA CIDADE DE CAMPO DO BRITO/SERGIPE



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500446792018

5/30/19 4:53 PM

Página 7 de 11

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
41.05	SE	CAMPO DO BRITO	53000.028133/2009	28	10S4455	37W2938	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA BRITENSE
41.38	SE	CAMPO DO BRITO	53840.000519/1998	4	10S4506	37W2929	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAMPOS FM
44.21	SE	LAGARTO	53000.015809/2014	24	10S5253	37W3047	ARQPOS	ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DO POVOADO JENIPAPO - LAGARTO/SE
44.21	SE	LAGARTO	53900.005487/2014	24	10S5253	37W3047	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DO POVOADO JENIPAPO - LAGARTO/SE
44.21	SE	LAGARTO	53000.035214/2007	24	10S5253	37W3047	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DO POVOADO JENIPAPO - LAGARTO/SE
44.52	SE	ITABAIANA	53900.003842/2016	0	10S3922	37W2725	RAQ	ASSOCIACAO DE RADIO DIFUSAO COMUNITARIA VOZ DO AGRESTE
44.83	BA	CORONEL JOÃO SÁ	53900.043198/2015	10	10S1704	37W5539	INDRE N	ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO PORTAL DO ALVORADA/CORONEL JOAO SA
44.83	BA	CORONEL JOÃO SÁ	53000.069200/2013	10	10S1704	37W5539	ARQPOS	ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO PORTAL DO ALVORADA/CORONEL JOAO SA
44.83	BA	CORONEL JOÃO SÁ	53000.000865/2001	10	10S1704	37W5539	LDE	ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO PORTAL DO ALVORADA/CORONEL JOAO SA
44.93	SE	ITABAIANA	01250.073308/2018	241	10S4016	37W2709	REC	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
45.54	SE	TOBIAS BARRETO	53840.000064/1999	28	11S0406	38W0010	ARQDE F	CENTRO COMUNITARIO JOSE DE GOIS
45.56	SE	RIACHÃO DO DANTAS	53840.000422/1998	4	11S0408	37W4330	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA JULIA ARAUJO DOS SANTOS
---	SE	RIACHÃO DO DANTAS	53000.046178/2007	24	11S0406	37W4323	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DA CIDADE DE RIACHAO DO DANTAS/SE



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500446792018

5/30/19 4:53 PM

Página 8 de 11

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
45.58	SE	RIACHÃO DO DANTAS	01250.071824/2018	241	11S0407	37W4325	EXIHAB	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO AMPARO FM
45.62	SE	RIACHÃO DO DANTAS	53000.047201/2007	24	11S0415	37W4345	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA BENEFICENTE DONA CACULA
45.64	SE	RIACHÃO DO DANTAS	53000.072686/2013	0	11S0411	37W4331	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA JULIA ARAUJO DOS SANTOS
45.64	SE	RIACHÃO DO DANTAS	53000.028348/2003	24	11S0411	37W4331	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA JULIA ARAUJO DOS SANTOS
45.73	SE	RIACHÃO DO DANTAS	53000.037227/2007	24	11S0417	37W4340	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA SOCIO CULTURAL E RECREATIVA DE RIACHAO DO DANTAS
45.73	SE	RIACHÃO DO DANTAS	53840.000051/1999	4	11S0417	37W4340	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA SOCIO CULTURAL E RECREATIVA DE RIACHAO DO DANTAS
45.77	BA	HELIÓPOLIS	53000.028648/2003	20	10S4035	38W1655	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS APICULTORES DE HELIOPOLIS
45.82	SE	RIACHÃO DO DANTAS	53000.037567/2007	24	11S0426	37W4358	ARQDE F	Associação de Cultura e Comunicação Comunitaria Riachãoense
45.83	BA	HELIÓPOLIS	53000.019194/2003	20	10S4033	38W1657	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE HELIOPOLIS
45.97	BA	HELIÓPOLIS	53000.062434/2005	20	10S4053	38W1702	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E PRODUTIVA DE HELIOPÓLIS/BAHIA
46.52	BA	HELIÓPOLIS	53000.062430/2005	20	10S4059	38W1720	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DE HELIOPOLIS-BA
46.82	SE	TOBIAS BARRETO	53000.029329/2009	28	10S5856	38W0951	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MONTE COELHOS - ARCOMC
	SE	TOBIAS BARRETO	53000.029330/2009	28	11S0445	38W0051	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DO POVOADO BARRIGA - ARCOMPOB



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500446792018

5/30/19 4:53 PM

Página 9 de 11

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
47.40	SE	ITABAIANINHA	53840.000468/1998	1	10S4150	37W2548	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO CRISTÃ BENEFICENTE DE ITABAIANA
47.42	SE	LAGARTO	53000.042723/2011	0	10S5906	37W3327	ARQPO S	ASSOCIACAO BENEFICENTE SOCIO CULTURAL DA CIDADE DE LAGARTO - LAGARTO FM
47.42	SE	LAGARTO	53900.014587/2015	24	10S5906	37W3327	ARQPO S	ASSOCIACAO BENEFICENTE SOCIO CULTURAL DA CIDADE DE LAGARTO - LAGARTO FM
47.68	SE	ITABAIANA	01250.020603/2018	0	10S4131	37W2538	ARQCD I	ASSOCIACAO DE RADIO DIFUSAO COMUNITARIA VOZ DO AGRESTE
47.70	SE	ITABAIANA	53000.030304/2004	28	10S4111	37W2537	ARQDE F	CENTRO SOCIAL DE ASSISTENCIA SERRANA
47.73	SE	ITABAIANA	01250.068817/2018	241	10S4108	37W2536	REC	FUNDACAO DE COMUNICACAO POPULAR
47.85	SE	LAGARTO	53900.007396/2015	24	10S5911	37W3312	ARQPO T	ASSOCIACAO BENEFICENTE SOCIO CULTURAL DA CIDADE DE LAGARTO - LAGARTO FM
47.85	SE	LAGARTO	53000.038751/2007	24	10S5911	37W3312	LDE	ASSOCIACAO BENEFICENTE SOCIO CULTURAL DA CIDADE DE LAGARTO - LAGARTO FM
47.88	SE	ITABAIANA	53000.035029/2004	28	10S4100	37W2531	ARQDE F	FUNDACAO DE COMUNICACAO POPULAR
47.89	SE	ITABAIANA	53000.039666/2008	28	10S4106	37W2531	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA SERRANA DE RADIODIFUSAO
48.20	SE	ITABAIANA	53000.028135/2009	28	10S4242	37W2524	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE ITABAIANA
48.40	SE	ITABAIANA	53000.028132/2009	28	10S4100	37W2514	AUT	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO E AMIGOS DO CAMINHONEIRO ITABAIANENSE
	SE	ITABAIANA	53000.029040/2013	28	10S4100	37W2514	ARQPO S	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO E AMIGOS DO CAMINHONEIRO ITABAIANENSE



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500446792018

5/30/19 4:53 PM

Página 10 de 11

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
48.86	SE	NOSSA SENHORA APARECIDA	53100.000914/2004	19	10S2633	37W2921	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA NOSSA SENHORA APARECIDA
48.98	SE	ITABAIANA	53840.000661/1998	4	10S4112	37W2455	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO AMBIENTAL ITABAIANENSE
49.13	SE	RIBEIRÓPOLIS	53000.028134/2009	28	10S3226	37W2616	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DA CIDADE DE RIBEIROPOLIS
49.32	SE	RIBEIRÓPOLIS	53000.028117/2009	28	10S3245	37W2603	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DDA CIDADE DE RIBEIRÓPOLIS
49.45	SE	RIBEIRÓPOLIS	53840.000412/1998	28	10S3226	37W2605	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS MORADORES DO POVOADO SERRA MACHADO
49.45	SE	RIBEIRÓPOLIS	53840.000410/1998	28	10S3226	37W2605	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DA COMUNIDADE JOAO FERREIRA
49.45	SE	RIBEIRÓPOLIS	53840.000409/1998	28	10S3226	37W2605	ARQDE F	ASSOCIACAO DE PROT AOS IDOSOS MARIA DO CARMO N ALVES
49.45	SE	RIBEIRÓPOLIS	53840.000408/1998	28	10S3226	37W2605	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE FAZENDINHA
49.45	SE	RIBEIRÓPOLIS	53840.000463/1998	28	10S3226	37W2605	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE RIBEIROPOLIS-SERGIPE
49.45	SE	RIBEIRÓPOLIS	53840.000407/1998	28	10S3226	37W2605	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS MORADORES DO POVOADO MILAGRES
49.45	SE	RIBEIRÓPOLIS	53840.000411/1998	28	10S3226	37W2605	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO POVOADO VELAME
49.45	SE	RIBEIRÓPOLIS	53840.000406/1998	4	10S3226	37W2605	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DO POVOADO LAGOA DAS ESPERAS
	SE	RIBEIRÓPOLIS	53000.053347/2009	0	10S3221	37W2606	ARQCD I	ASS COMUNITARIA E DESPORTIVA DE PEQUENOS PRODUTORES DE RI BEIROPOLIS

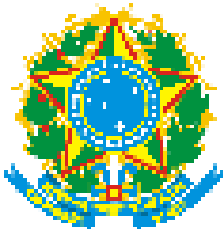


Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500446792018

5/30/19 4:53 PM

Página 11 de 11

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
49.47	SE	RIBEIRÓPOLIS	53000.049448/2007	28	10S3221	37W2606	ARQDE F	ASS COMUNITARIA E DESPORTIVA DE PEQUENOS PRODUTORES DE RI BEIROPOLIS
Nº de Linhas: 0								



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

DESPACHO

Processo nº: **01250.044679/2018-05.**

Assunto: **Despacho Inicial - Técnica.**

Após análise inicial da documentação encaminhada pela **Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga** entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Paripiranga / BA**, constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga atendem ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei N° 9.612, e no art. 22, § 1º da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Souza da Silva, Engenheiro**, em 30/05/2019, às 16:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4262145** e o código CRC **254A270E**.

Minutas e Anexos

Relação de Processos Vizinhos (4262131)

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

SEI nº 4262145



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (<i>e-mail</i>):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	° (N/S)	'	"	
	Longitude:	° W	'	"	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº _____, publicado no Diário Oficial da União de ____/____/_____, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a **falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	



Assinatura:	
-------------	--

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária
NOTA TÉCNICA Nº 10973/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.044679/2018-05**.

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS – FASE DE HABILITAÇÃO.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PARIPIRANGA/BA**, entidade interessada em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Paripiranga/BA**.

ANÁLISE

2. Por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 25707/2018/SEI-MCTIC**, esta Coordenação-Geral solicitou que a Associação juntasse ao processo novas coordenadas geográficas e um novo Requerimento de Outorga.

3. De forma tempestiva, a Entidade juntou um novo Requerimento de Outorga e novas coordenadas. Porém, a Associação não utilizou o modelo que acompanhou a Nota Técnica nº 25707.

4. O novo modelo deve ser utilizado, **uma vez que há alteração no item XIII**, conforme disposição do art. 22, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

5. Portanto, tal descumprimento de exigência poderia resultar na inabilitação da Entidade. Porém, esta Coordenação-Geral entende que diante do fato de a Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 112/2018 terem publicação em datas próximas, respectivamente em 09/04/2018 e 04/06/2018, uma segunda e última chance deve ser dada à Associação.

6. Desse modo, a Entidade deverá encaminhar **novo Requerimento de Outorga, conforme modelo em anexo** (4361081) contendo **todas as declarações** nele elencadas. Ressalta-se que o Requerimento, para ter validade, deve ser **assinado por todos os dirigentes**.

CONCLUSÃO

7. Destaca-se que esta solicitação é a **ÚNICA** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e das Comunicações fará nesta fase de habilitação, conforme art. 24 da Portaria Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará obrigatoriamente à **inabilitação**, com fundamento no art. 25, IV da Portaria.

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

9. A Entidade deverá apresentar resposta no **prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta Nota Técnica, **sob pena de inabilitação**, nos termos do art. 24 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

10. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo *e-mail*: duvidasradcom@mctic.gov.br.

11. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Eduardo Vergara de Borba, Analista em Ciência e Tecnologia**, em 02/07/2019, às 17:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 03/08/2019, às 11:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4361081** e o código CRC **E16852DB**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

SEI nº 4361081



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Coordenação de Processos de Rádio Comunitária
Divisão de Processos de Rádio Comunitária
Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 22623/2019/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 02 de julho de 2019.

Ao(À) Senhor(a)
Fernando Andrade Silva
Representante Legal da **Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, Fernando Andrade Silva** (CNPJ nº 31.058.285/0001-45)
av. Salustiano Domingues de Santana, 683
CEP 48430-000 / Paripiranga/BA

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.044679/2018-05.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 10973/2019/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo definido na referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de **inabilitação da entidade**.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:
http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html
5. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.
6. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 03/08/2019, às 11:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4361307** e o código CRC **AB45892B**.

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

SEI nº 4361307

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

REMETENTE: Nome ou Razão Social do Remetente: **Serviço Público Federal**
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações - MCTIC
Endereço para Devolução: **Secretaria de Radiodifusão**
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Fiscalização - DECEF
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste
Cidade: **Brasília** UF: **DF**
CEP: **70044-900**

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____ : ____h
2ª ____/____/____ : ____h
3ª ____/____/____ : ____h

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

PARIPIRANGA

JU 17918619 6 BR

21 AGO 2019

DESTINATÁRIO: Nome ou Razão Social do Destinatário do Objeto:

MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

80861083

AQUI

SERAD/CGRC

Ofício nº 22623/2019/SEI-MCTIC, 03/08/2019

Processo: 01250.044679/2018-05

Fernando Andrade Silva

Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, Fernando
Andrade Silva

Av. Salustiano Domingues de Santana, 683

CEP: 48430-000 Paripiranga/BA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

+ *Pedro Pereira de Souza*

DATA DE ENTREGA

21.08.19

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE



Município/UF: Paripiranga / BA - **Inabilitada**

Processo nº: 01250.044679/2018-05 CNPJ: 31.058.285/0001-45

Número de concorrentes: 1 Associação Rádio Comunitária Paripiranga FM (01250.046048/2018-12)

Nome da entidade: **Associação Rádio Comunitária Paripiranga FM**

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018

1. Data de postagem/SEI: 02/08/2019 ()

2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: fl.1/2 (3224700)

3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: fl. () ausente

4. Estatuto Social: fl. 6/20 (3224700) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: fl.6/20 (3224700) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: fl. 6/20 (3224700) para o período de 25/06/2018 a 25/06/2022

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (x) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: fl. ()

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
Diretor Presidente: Fernando Andrade Silva – fl.32/34 (3224700)		117770280507 12/08/88	045.765.245-42	
Diretor Administrativo: Talisson Santa Rosa Nascimento – fl.43/45 (3224700)		130539050582 15/09/90	045.920.155-76	
Diretor Operações: Jaqueline Joseane Silva Santos – fl.35/42 (3224700)		138042720515 22/09/91	052.972.075-25	

8. Manifestações em apoio: fl.48/126 (3224700)

9. Vínculo: () SIM (x) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: fl.139/140 (3224700)

11. Pesquisa Anatel () e Radar () ok

12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: () ok

12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (), Certidão FGTS (), Certidão PGFN (), Certidão CNDT ():

OBSERVAÇÕES: Entidade inabilitada conforme art. 24 caput, da portaria 4334/2015, com suas atualizações, visto que a exigência solicitada por meio da NT. 10973/2019, foi respondida intempestivamente.



PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão:
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado:
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas:
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção:
- e) Órgão administrativo e cargos:
- f) Atribuições do Órgão administrativo:
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução:
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento:

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede:
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados:
- c) Direitos e deveres dos associados:
- d) Fontes de recursos para sua manutenção:
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos:
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução:
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas:
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia:
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto:
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados:
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio:

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: ()
- 2.2 Certidão FGTS: ()
- 2.3 Certidão PGFN : ()
- 2.4 Certidão CNDT: ()
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: ()

3. Pesquisa Anatel () e Radar ()

- 4. Anexo 6/ART: fl. ()

OBSERVAÇÕES:

REVISÃO FINAL:

- 3.1 CNPJ: ()
- 3.2 Certidão FGTS: ()
- 3.3 Certidão PGFN: ()
- 3.4 Certidão CNDT: ()
- 3.5 Justiça Federal dos dirigentes: ()
- 3.6 Pesquisa Anatel () e Radar: ()



NOTA TÉCNICA Nº 24998/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.044679/2018-05.**

Assunto: **RESULTADO PRÉVIO DA FASE DE HABILITAÇÃO.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Por meio do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 03/08/2018, iniciou-se a Seleção Pública com o objetivo de outorgar novas autorizações para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Paripiranga / BA.**

ANÁLISE

2. Após análise de todos os pedidos de outorga inscritos na Seleção Pública e que possuíam relação de concorrência, nos termos do art. 7º, inciso V da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, a Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária, em obediência ao art. 26 da mesma Portaria, torna público o **resultado prévio da fase de habilitação**, a saber:

ENTIDADES CONCORRENTES		
PROCESSO	ENTIDADE	SITUAÇÃO
01250.044679/2018-05	Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga	Inabilitada
01250.046048/2018-12	Associação Rádio Comunitária Paripiranga FM	Inabilitada

3. Após análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências que acarretam na inabilitação, conforme descrição a seguir:

	Dispositivo	Descrição	Análise
Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018.	Art. 25, inciso IV	Não saneamento de irregularidades, após a diligência prevista no caput do art. 24.	O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em obediência ao art. 24 da Portaria, solicitou documentos à Entidade por meio da Nota Técnica nº 10973/2018/SEI-MCTIC. (4361081) Apesar de a Nota ter sido recebida pela interessada em 21/08/2019, conforme Aviso de Recebimento (4582734), os documentos foram enviados em 11/11/2019, após o prazo de 60 (sessenta) dias.

CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária comunica às interessadas o **resultado prévio da fase de habilitação.**



haja interesse em recorrer desta decisão, informa-se que o prazo para interposição de recurso administrativo é de **30** Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

(trinta) dias, improrrogáveis, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida. Após a análise dos recursos ou do decurso do prazo assinalado, será publicado o resultado definitivo da habilitação e terá início a fase de seleção.

6. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo *e-mail*: duvidasradcom@mctic.gov.br.

7. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Marciele da Silva Cunha, Analista**, em 11/12/2019, às 15:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 18/12/2019, às 16:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4958894** e o código CRC **F9E3EC07**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

SEI nº 4958894



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

DESPACHO

O **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO** de suas atribuições, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 24998/2019/SEI-MCTIC, constante no processo nº 01250.044679/2018-05, de sorte a INABILITAR a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PARIPIRANGA, entidade participante do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 03/08/2018, para a outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Paripiranga / BA, tendo em vista que não foram cumpridos os requisitos necessários para instrução processual.



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 18/12/2019, às 22:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4958974** e o código CRC **6AD7E54C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

SEI nº 4958974



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Coordenação de Processos de Rádio Comunitária
Divisão de Processos de Rádio Comunitária
Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 47848/2019/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 11 de dezembro de 2019.

Ao Senhor

FERNANDO ANDRADE SILVA

Representante Legal da **Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga**, (CNPJ nº 31.058.285/0001-45)

Av. Salustiano Domingues de Santana, 683

CEP 48430-000 / PARIPIRANGA - BA

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.044679/2018-05.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 24998/2019/SEI-MCTIC** acompanhada do despacho que trata da **inabilitação** da entidade.
2. A esse respeito, fica estabelecido o **prazo improrrogável de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, para que a Entidade, se desejar, apresente recurso administrativo, em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:
http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html
5. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.
6. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 18/12/2019, às 16:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4958997** e o código CRC **E8F3AC02**.

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

SEI nº 4958997

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

Rastreamento por objeto ou CPF/CNPJ*



Aguardando postagem pelo remetente.

OK

Consulte a situação de seus objetos nos Correios. Digite seu CPF/CNPJ ou até 50 códigos de 13 dígitos cada, separando-os com ponto e vírgula. Ex:
AA123456789BR;AA987654321BR;AA100833276BR.

*Para consultas por CPF/CNPJ, será requisitado efetuar login no idCorreios.

Buscar

Caso seja de interesse, verifique se o seu objeto está destinado a uma [área](#)



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

 AVISO DE RECEBIMENTO AR		DATA DE POSTAGEM 13/03/2020	
DESTINATÁRIO FERNANDO ANDRADE SILVA AV. SALUSTIANO DOMINGUES DE SANTANA, 683 CENTRO 48430-000 PARIPIRANGA BA		UNIDADE DE POSTAGEM AGF VIA POSTAL	
REMETENTE MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SERCO, BRASÍLIA - DF 70044-900		CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA 	
 BO303155971BR		DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)	
TENTATIVAS DE ENTREGA 1º <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 2º <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 3º <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>		1 - PR. 01250.044679/2018-05; 1 - OFÍCIO: 47848/2020;	
ASSINATUI  NOME LEG  PEDRO VIEIRA DE ANDRADE		MOTIVO DE DEVOLUÇÃO (1) MUDOU-SE (8) NÃO PROCURADO (2) ENDEREÇO INSUFICIENTE (7) AUSENTE (3) NÃO EXISTE NÚMERO (8) FALECIDO (4) DESCONHECIDO (9) OUTROS (5) RECUSADO	
Documento original eletrônico.		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO  f. 082334 25/03/2020 Nº DOC. DE IDENTIDADE 14355971-62	

Relação de Processos Vizinhos (50Km) em ordem de distância

Identificação de Processos

Aviso de Inscrição: **112**Número do Processo: **01250.044679/2018**Vizinhos

Dist. (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Insc.	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	BA	PARIPIRANGA	01250.044679/2018	112	10S4057	37W5148	REC	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA
0.03	BA	PARIPIRANGA	53640.000178/1999	5	10S4056	37W5148	ARQDEF	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE PARIPIRANGA FM 106,7 MHZ
0.24	BA	PARIPIRANGA	53000.029507/2009	28	10S4058	37W5156	ARQDEF	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA PARIPIRANGA FM
0.24	BA	PARIPIRANGA	01250.046048/2018	112	10S4058	37W5156	ARQDEF	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA PARIPIRANGA FM
0.56	BA	PARIPIRANGA	53000.029552/2009	28	10S4050	37W5131	ARQDEF	ASSOCIACAO PARA A RADIODIFUSAO COMUNITARIA MALHADA VERMELHA
0.56	BA	PARIPIRANGA	53000.007855/2005	28	10S4050	37W5131	ARQDEF	ASSOCIACAO PARIPIRANGUENSE DE EDUCACAO PARA A CIDADANIA
0.83	BA	PARIPIRANGA	53000.034618/2009	28	10S4034	37W5202	ARQDEF	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA CIDADE DE PARIPIRANGA/BAHIA- ARCP
6.72	BA	PARIPIRANGA	53000.027923/2009	28	10S3815	37W5416	ARQDEF	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO RURAL E BENEFICENTE DO POVOADO LAGOA PRETA E REGIOES CIRCUNVIZINHAS
8.38	SE	SIMÃO DIAS	53000.018565/2013	5	10S4413	37W4837	ARQPOT	ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA DE SIMAO DIAS
8.38	SE	SIMÃO DIAS	01250.041719/2017	5	10S4413	37W4837	ARQPOS	ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA DE SIMAO DIAS



Documento original eletrônico.

mctic.gov.br/f5-w-687474703a2f2f73697374656d612e6d6374696332e676f762e6272255/RadcomWeb/requerimento/gerar-vizinhos!c...
<https://mctic.gov.br/f5-w-687474703a2f2f73697374656d612e6d6374696332e676f762e6272255/RadcomWeb/requerimento/gerar-vizinhos!c...>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

Dist. (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Insc.	Latitude	Longitude	Status	Entidade
8.38	SE	SIMÃO DIAS	01250.002383/2018	5	10S4413	37W4837	ARQPOS	ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA DE SIMAO DIAS
8.46	BA	PARIPIRANGA	53000.007485/2014	0	10S4027	37W5625	RAQ	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO INDUSTRIAL E AGRICOLA DOS PRODUTORES RURAIS DO RASO DA CABECA DA SERRA
8.68	SE	SIMÃO DIAS	01250.068566/2018	5	10S4429	37W4840	ARQPOT	ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA DE SIMAO DIAS
8.68	SE	SIMÃO DIAS	01250.043543/2019	5	10S4429	37W4840	POS	ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA DE SIMAO DIAS
8.68	SE	SIMÃO DIAS	01250.043545/2019	5	10S4429	37W4840	REN	ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA DE SIMAO DIAS
8.68	SE	SIMÃO DIAS	53840.000063/1999	5	10S4429	37W4840	LDE	ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA DE SIMAO DIAS
19.80	SE	PINHÃO	53840.000414/1998	4	10S3415	37W4320	ARQDEF	CENTRO COMUNITARIO ETELVINO MENDONCA
20.56	SE	PEDRA MOLE	53000.023687/2010	29	10S3707	37W4113	ARQDEF	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA AMIGOS DE PEDRA MOLE
20.64	SE	PEDRA MOLE	53100.000898/2004	19	10S3700	37W4113	ARQDEF	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA AMIGOS DE PEDRA MOLE
20.65	SE	PEDRA MOLE	53000.062315/2013	64	10S3702	37W4112	ARQDEF	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO PEDRA MOLE FM



1/7



Exibir : 20 ▼



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 1931/2020/SEI-MC

Processo nº: **01250.044679/2018-05.**

Assunto: **ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO. CONHECIMENTO E RECONSIDERAÇÃO.**

SUMÁRIO

1. O processo versa sobre a Seleção Pública para outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária, de interesse da **Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga** na localidade de **Paripiranga**, estado da **Bahia**, em razão do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União em 03/08/2018.

ANÁLISE

2. Por meio da Nota Técnica nº 24998/2019/SEI-MCTIC (4958894) a entidade foi considerada **inabilitada** em razão dos seguintes fatos e fundamentos:

"O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em obediência ao art. 24 da Portaria, solicitou documentos à Entidade por meio da Nota Técnica nº 10973/2018/SEI-MCTIC. (4361081)

Apesar de a Nota ter sido recebida pela interessada em 21/08/2019, conforme Aviso de Recebimento (4582734), os documentos foram enviados em 11/11/2019, após o prazo de 60 (sessenta) dias."

3. A entidade foi notificada por meio do Ofício nº 47848/2019/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC (4958897), recebido em 25/03/2020 conforme AR Postal (5383356), entretanto, tendo vista integral do processo em 17/01/2020, tendo assim a entidade **até o dia 17/02/2020 para recorrer**.

4. Em resposta, a entidade interpôs **tempestivamente** Recurso administrativo conforme documento protocolado em **11/02/2020** sob o nº 01250.006778/2020-03 e 01250.006779/2020-40, tendo apresentado o Requerimento de Outorga correto, conforme Petição 5148004 e 5148007, suprimindo assim, a exigência que levou à sua inabilitação.

5. Conforme se constata do relatório de vizinhos (5757903), para o local pretendido, a entidade concorrente foi inabilitada, e já arquivada definitivamente, para o mesmo Edital. Assim, deve-se aplicar ao caso a exceção contida no parágrafo 2º, inciso I do art. 47 da Portaria nº 4334/2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1909/2018 e 1976/2018:

Art. 47. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.

§ 2º O disposto no §1º não se aplica:

I - quando todas as concorrentes forem inabilitadas;

6. Desta forma, deve ser reconsiderada a decisão, retornando o processo à análise.

CONCLUSÃO

7. Com base nessas informações e em razão dos princípios da boa-fé processual, da razoabilidade, da proporcionalidade, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo conhecimento e **reconsideração da decisão** que inabilitou a entidade, de forma que se retome a análise processual a fim de verificar a viabilidade do deferimento da outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 28/10/2020, às 17:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 03/11/2020, às 20:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 09/11/2020, às 23:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5757915** e o código CRC **F0BCA081**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

SEI nº 5757915



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

DESPACHO

O **DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 1931/2020/SEI-MC, constante no processo nº 01250.044679/2018-05, de sorte **areconsiderar a decisão** que inabilitou a Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, entidade participante do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 03/08/2018, para a outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Paripiranga/BA, retomando-se a análise processual.

Brasília, 24 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli**, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga, em 24/11/2020, às 19:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5757962** e o código CRC **D3C520A2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

SEI-MC nº 5757962



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 2561/2020/MC

Brasília, 26 de novembro de 2020.

Ao Senhor
FERNANDO ANDRADE SILVA
Representante Legal da **Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga**, (CNPJ nº 31.058.285/0001-45)
Av. Salustiano Domingues de Santana, 683
48430-000 - PARIPIRANGA - BA

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.044679/2018-05.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 1931/2020/SEI-MC** acompanhada do Despacho que reconsiderou a decisão de inabilitação da entidade, em razão do recurso administrativo interposto.
2. Por fim, qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.
3. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 26/11/2020, às 09:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5757967** e o código CRC **6D350173**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 2561/2020/MC - Processo nº 01250.044679/2018-05 - Nº SEI: 5757967



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

 AVISO DE RECEBIMENTO AR		DATA DE POSTAGEM 26/11/2020	
DESTINATÁRIO FERNADO ANDRADE SILVA AV. SALUSTIANO DOMINGUES DE SANTANA, 683 CENTRO PARIPIRANGA BA 48430-000		UNIDADE DE POSTAGEM AGF VIA POSTAL	
REMETENTE MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO E - PROTOCOLO, ZONA CÍVICO-ADMINISTRATIVA BRASILIA - DF 70067-900		CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA 	
 BO525080604BR		DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) 1 - PR: 01250.044679/2018-05; 1 - OF: 2561/2020; 1 - COREC;	
TENTATIVAS DE ENTREGA 1º <u> / / </u> <u> : </u> 2º <u> / / </u> <u> : </u> 3º <u> / / </u> <u> : </u>		MOTIVO DE DEVOLUÇÃO [1] MUDOU-SE [6] NÃO PROCURADO [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [7] AUSENTE [3] NÃO EXISTE NÚMERO [8] FALECIDO [4] DESCONHECIDO [9] OUTROS [5] RECUSADO	
ASSINATURA DO RECEBEDOR 		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO DATA DE ENTREGA: 18/12/2020 Nº DOC. DE IDENTIDADE: 518 223 SE	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR			



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

CHECKLIST

Município/UF: Paripiranga/BA – Convocação para fase de instrução.

Processo nº: 01250.044679/2018-05 CNPJ: 31.058.285/0001-45

Número de concorrentes: 1 - 01250.046048/2018 - ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA PARIPIRANGA FM (ARQDEF)

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PARIPIRANGA

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018

1. Data de postagem/SEI: 02/08/2019
2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: Fls. 1. (5148007), Fls. 1. (5148004)
4. Estatuto Social: Fls. 6-29 (3224700) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: Fls. 6-29 (3224700) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: Fls. 6-29(3224700) para o período de 25/06/2018 a 25/06/2022
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comproverantes de maioridade e nacionalidade/CPF: Fls. 32-45 (3224700)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Diretor Presidente: Fernando Andrade Silva	PROS	117770280507 12/08/88	João Andrade Silva e Maria Aparecida Nascimento Andrade	045.765.245- 42	Não
Diretor Administrativo: Talisson Santa Rosa Nascimento	Não	130539050582 15/09/90	Luis Gonzaga do Nascimento e Maria de Cassia Santa Rosa do Nascimento	045.920.155- 76	Não
Diretor Operações: Jaqueline Joseane Silva Santos	PV	138042720515 22/09/91	Gilberto Andrade Santos e Joseane Silva Cruz	052.972.075- 25	Não

8. Manifestações em apoio: Fls. 48-126 (3224700)
9. Vínculo: () SIM (X) NÃO
10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. 139-140 (3224700)
11. Pesquisa Anatel (ok) e Radar (ok)
12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (ok)
- 12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (sei), Certidão FGTS (sei), Certidão PGFN (sei), Certidão CNDT (sei):

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social: Fls. 6-29 (3224700)

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. NÃO CONSTA**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 8**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 12**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 13**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 11**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 14**

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 5, 9**
- c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 8**



de recursos para sua manutenção: **Art. 17**
Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;: **Art. 15**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Art. 18-19**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 17**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 9**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 11**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 11**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 19**

2. Certidões:

2.1 CNPJ: (6573952) **INAPTA**

2.2 Certidão FGTS: (6573957) **NÃO CADASTRADO**

2.3 Certidão PGFN : (6573961) **NÃO EMITIDA**

2.4 Certidão CNDT: (6573975)

2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (6574196)

3. Pesquisa Anatel (6573968) e Radar (6574008)

4. Anexo 6/ART: fl. () Solicitar

OBSERVAÇÕES: 26/02/2021: Será solicitado a entidade a regularização do Estatuto Social, a regularização do CNPJ da entidade que está Inapto e das certidões de FGTS E PGFN e apresentação do Anexo 6.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Analista**, em 26/02/2021, às 12:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6573041** e o código CRC **A6418640**.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 31.058.285/0001-45 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 24/07/2018
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO PARIPIRANGA FM		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL *****		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO *****	NÚMERO *****	COMPLEMENTO *****
CEP *****	BAIRRO/DISTRITO *****	MUNICÍPIO *****
UF *****		
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTADORCONTEMPORANEO@GMAIL.COM		TELEFONE (75) 9921-4724
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL INAPTA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 29/10/2020
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL OMISSAO DE DECLARACOES		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **26/02/2021** às **11:13:35** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Situação de Regularidade do Empregador

Inscrição (CNPJ ou CEI): 31.058.285/0001-45

Empregador não cadastrado.

Para cadastrá-lo dirija-se a uma das [Agências da CAIXA](#) munido dos documentos de constituição da empresa.

Voltar

O uso destas informações para os fins previstos em lei deve ser precedido de verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 31.058.285/0001-45 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página [Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB](#).

[Nova Consulta](#)



Documento original eletrônico.

ta.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/cndconjuntainter/EmiteCertidaoInternet.asp?nj=31058285000145&passagens=1&tipo=1

<https://ltda-orig-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



CNPJ: **31.058.285/0001-45**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 11:33:06 do dia 26/02/2021 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Imprimir

Voltar





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 31.058.285/0001-45

Certidão nº: 7332826/2021

Expedição: 26/02/2021, às 11:28:31

Validade: 24/08/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **31.058.285/0001-45**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.044679/2018-05**.

Entidade: **Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga**.

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações**.

1. Após análise do processo nº 01250.044679/2018-05, de interesse da **Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga**, na localidade de Paripiranga/BA, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 26 de fevereiro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Analista**, em 26/02/2021, às 11:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6574008** e o código CRC **73ECF2CD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

SEI-MCOM nº 6574008



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.044679/2018-05.**

Entidade: **Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Paripiranga/BA, e do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Brasília, 26 de fevereiro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Analista**, em 26/02/2021, às 12:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6574196** e o código CRC **D403B8A2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

SEI-MCOM nº 6574196



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

ANEXO 6

FORMULÁRIO DE DADOS DE FUNCIONAMENTO DA ESTAÇÃO – RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

MINISTÉRIO CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA - RADCOM

1 – ASSINALE A SOLICITAÇÃO DE INTERESSE:

☐ Solicitação de análise de documentação necessária à fase de instrução – Processo de Outorga

☐ Solicitação de alteração de características anteriormente aprovadas – Processo de Pós-Outorga

☐ Solicitação de alteração de características anteriormente aprovadas – Processo de Pós-Outorga

2 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

RAZÃO SOCIALRAZÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)CNPJ

3 – LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOUROBAIRROCIDADECEPCIDADE (CONTINUAÇÃO)UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

Latitude: **N** - Norte ou **S** - Sul)

			-			-	,							o			'			"						o			'			"	w
--	--	--	---	--	--	---	---	--	--	--	--	--	--	---	--	--	---	--	--	---	--	--	--	--	--	---	--	--	---	--	--	---	---

4 – LOCALIZAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE / TRANSMISSOR

LOGRADOUROBAIRROCIDADE

CEP

CIDADE (CONTINUAÇÃO)UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

Latitude: **N** - Norte ou **S** - Sul)

[illegible]

5 – LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO

LOGRADOUROBAIRROCIDADE

CEP



COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

[illegible]

FABRICANTE

[illegible]

POTÊNCIA

Nº

[illegible]

FABRICANTE DA ANTENA

[illegible]

MODELO
POLARIZAÇÃO

V ☐ C ☐ E ☐ H ☐

TIPO

[illegible]

GANHO max (Gt)
ALTITUDE DO LOCAL

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

ALTURA DA TORRE

dBd , m , m , m

8 – LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

MODELO

[illegible]

COMPRIMENTO (L)
EFICIÊNCIA DA LINHA (η)

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

PERDAS NA LINHA (PL)

				,	m			,			dB				,			dB				,			
--	--	--	--	---	---	--	--	---	--	--	----	--	--	--	---	--	--	----	--	--	--	---	--	--	--

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \times AL}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha } (\eta) = 10^{\frac{-PL}{10}}$$

9 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP(dBk)} = 10 \log (\text{Pt. Ght. Gvt} \cdot \eta) = 10 \log (\quad \times \quad \times \quad) = \quad \text{dBk}$$

P_t = Potência do transmissor, em kW.

Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.

G_{vt} = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes

$$\eta = \text{Eficiência da linha de transmissão.}$$

*OBS: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora de RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 watts.

10 – INTENSIDADE DE CAMPO (E) NO LIMITE DA ÁREA DE COBERTURA RESTRITA

$$E(\text{dBu}) = 107 + \text{ERP}(\text{dBk}) - 20 \log d(\text{km}) = 107 + \quad - 20 \log \quad = \quad \text{dBu}$$



$d(\text{km})$ = distância da antena transmissora ao limite da área de cobertura restrita.

*OBS: O máximo valor de intensidade de campo que a estação poderá ter a uma distância de 1 km da antena, com base nessa equação, deverá ser 91 dBu.

11 – DECLARAÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE INSTALAÇÃO DA EMISSORA

NÃO	SIM	DECLARAÇÃO
		A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.
		<u>Caso a condição acima não seja atendida</u> , declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo .
		A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.
		O contorno de 91 dBU da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.
		A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.

12 – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA EMISSORA

DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE INÍCIO	HORÁRIO DE TÉRMINO
Domingo		
Segunda-feira		
Terça-feira		
Quarta-feira		
Quinta-feira		
Sexta-feira		
Sábado		

13 - OUTRAS INFORMACÕES DE INTERESSE

--

14 – DADOS DO(A) ENGENHEIRO(A) PROJETISTA

NOME COMPLETO

HOW COMPLETE? _____

REG.CREA

ENDERECO

[illegible]

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

[illegible]

CIDADE			
UF			
CEP		TELEFONE	
E-MAIL			
LOCAL		DATA	
ASSINATURA			

15 – DADOS DO(A) REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE

NOME COMPLETO			
LOCAL		DATA	
ASSINATURA			

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

ATENÇÃO:

- Este Formulário deve necessariamente contar com as assinaturas do representante legal da entidade e de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e estar acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, juntamente com comprovante de pagamento.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 2173/2021/SEI-MCOM

Processo nº: **01250.044679/2018-05.**

Assunto: **NOVO RESULTADO PRÉVIO DA FASE DE HABILITAÇÃO. ENTIDADE HABILITADA.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Por meio do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 03/08/2018, iniciou-se a Seleção Pública com o objetivo de outorgar novas autorizações para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Paripiranga/BA**.

ANÁLISE

2. Após análise de todos os pedidos de outorga inscritos na Seleção Pública e que possuíam relação de concorrência, nos termos do art. 7º, inciso V da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, a Coordenação-Geral de Outorgas, em obediência ao art. 26 da mesma Portaria, torna público **onovo resultado prévio da fase de habilitação**, a saber:

ENTIDADES CONCORRENTES		
PROCESSO	ENTIDADE	SITUAÇÃO
01250.044679/2018-05	Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga	Habilitada
01250.046048/2018-12	Associação Rádio Comunitária Paripiranga FM	Inabilitada

CONCLUSÃO

3. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas comunica às interessadas **oresultado prévio da fase de habilitação**.

4. Diante disso, em razão da falta de interesse de agir da Entidade, quanto à apresentação de recurso administrativo, tanto de sua habilitação, quanto da inabilitação da(s) concorrente(s), informa-se que deverá aguardar o prazo para eventual interposição de recurso administrativo pela(s) outra(s) entidade(s) interessada(s) para a mesma localidade (4km).

5. Decorrido o prazo, sem manifestação da(s) entidade(s) inabilitada(s), ou analisados os recursos interpostos, considerar-se-á **definitivo o resultado**, nos termos do art. 27 da Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, passando-se à fase de instrução da entidade habilitada, se houver.

6. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

7. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Analista**, em 02/03/2021, às 15:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 02/03/2021, às 15:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 03/03/2021, às 16:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6574354** e o código CRC **80632489**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

SEI nº 6574354



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 4281/2021/MCOM

Brasília, 03 de março de 2021.

Ao Senhor

FERNANDO ANDRADE SILVA

Representante Legal da **Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga**, (CNPJ nº 31.058.285/0001-45)

Av. Salustiano Domingues de Santana, 683

48430-000 - PARIPIRANGA - BA

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.044679/2018-05.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 2173/2021/SEI-MCOM** desta Secretaria, de resultado prévio da fase de habilitação, que considerou a entidade **habilitada**.
2. A esse respeito, informo que o processo em referência somente terá novo andamento quando decorrido o prazo para apresentação de recurso administrativo, ou análise de recurso apresentado pela(s) entidade(s) considerada(s) concorrente(s), quando houver.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 03/03/2021, às 16:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6574370** e o código CRC **BA591AC2**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 4281/2021/MCOM - Processo nº 01250.044679/2018-05 - Nº SEI: 6574370



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

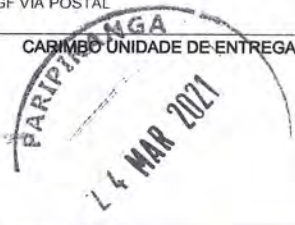
DATA DE POSTAGEM
03/03/2021

DESTINATÁRIO

FERNANDO ANDRADE SILVA
AV. SALUSTIANO DOMINGUES DE SANTANA, 683
CENTRO PARIPIRANGA BA
48430-000

UNIDADE DE POSTAGEM
AGF VIA POSTAL

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



REMETENTE

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
Esplanada dos Ministérios Bloco R,
Zona Cívico-Administrativa Brasília - DF
70044-900



BO932746495BR

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º / / : :
2º / / : :
3º / / : :

DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

1 - pr:01250.044679/2018-05;
1 - of:4281/2021;
1 - correio;

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [3] NÃO PROCURADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [7] AUSENTE |
| [3] NÃO EXISTE NÚMERO | [8] FALECIDO |
| [4] DESCONHECIDO | [9] OUTROS |
| [5] RECUSADO | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

[Handwritten signature]
8088.0949
24/03/2021
518 225-82

ASSINATURA DO RECEBEDOR

[Handwritten signature: Pedro Leura de Andrade]

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

Nº DOC. DE IDENTIDADE



CHECKLIST

Município/UF: Paripiranga/BA – Convocação para fase de instrução.

Processo nº: 01250.044679/2018-05 CNPJ: 31.058.285/0001-45

Número de concorrentes: 1 - 01250.046048/2018 - ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA PARIPIRANGA FM (ARQDEF)

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PARIPIRANGA

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018

1. Data de postagem/SEI: 02/08/2019
2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: Fls. 1. (5148007), Fls. 1. (5148004)
4. Estatuto Social: Fls. 6-29 (3224700) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: Fls. 6-29 (3224700) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: Fls. 6-29(3224700) para o período de 25/06/2018 a 25/06/2022
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comproverantes de maioridade e nacionalidade/CPF: Fls. 32-45 (3224700)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Diretor Presidente: Fernando Andrade Silva	PROS	117770280507 12/08/88	João Andrade Silva e Maria Aparecida Nascimento Andrade	045.765.245- 42	Não
Diretor Administrativo: Talisson Santa Rosa Nascimento	Não	130539050582 15/09/90	Luis Gonzaga do Nascimento e Maria de Cassia Santa Rosa do Nascimento	045.920.155- 76	Não
Diretor Operações: Jaqueline Joseane Silva Santos	PV	138042720515 22/09/91	Gilberto Andrade Santos e Joseane Silva Cruz	052.972.075- 25	Não

8. Manifestações em apoio: Fls. 48-126 (3224700)
9. Vínculo: () SIM (X) NÃO
10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. 139-140 (3224700)
11. Pesquisa Anatel (ok) e Radar (ok)
12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (ok)
- 12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (sei), Certidão FGTS (sei), Certidão PGFN (sei), Certidão CNDT (sei):

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social: Fls. 6-29 (3224700)

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. NÃO CONSTA**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 8**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 12**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 13**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 11**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 14**

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 5, 9**
- c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 8**



de recursos para sua manutenção: **Art. 17**

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;: **Art. 15**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Art. 18-19**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 17**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 9**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 11**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 11**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 19**

2. Certidões:

2.1 CNPJ: (7909110)

2.2 Certidão FGTS: (7909110)

2.3 Certidão PGFN : (7909110)

2.4 Certidão CNDT: (7909110)

2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (6574196)

3. Pesquisa Anatel (6573968) e Radar (6574008)

4. Anexo 6/ART: fl. () **Solicitar**

OBSERVAÇÕES: 21/07/2021: Será solicitado a entidade a regularização do Estatuto Social e apresentação do Anexo 6.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Analista**, em 21/07/2021, às 11:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7909036** e o código CRC **B1DC6539**.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 31.058.285/0001-45 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 24/07/2018
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO PARIPIRANGA FM		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R MANOEL COELHO CRUZ	NÚMERO SN	COMPLEMENTO CASA CASA
CEP 48.430-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PARIPIRANGA
UF BA	TELEFONE (75) 9921-4724	
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTADORCONTEMPORANEO@GMAIL.COM		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 22/03/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **21/07/2021** às **11:31:17** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 31.058.285/0001-45

Razão Social: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA D

Endereço: RUA MANOEL COELHO CRUZ / CENTRO / PARIPIRANGA / BA / 48430-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/04/2021 a 19/08/2021

Certificação Número: 2021042202414178405286

Informação obtida em 21/07/2021 11:32:28

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 31.058.285/0001-45

Certidão nº: 22368026/2021

Expedição: 21/07/2021, às 11:33:12

Validade: 16/01/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **31.058.285/0001-45**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA
CNPJ: 31.058.285/0001-45

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:33:49 do dia 21/07/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 17/01/2022.

Código de controle da certidão: **3252.B898.DDF0.F782**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 15553/2021/MCOM

Brasília, 22 de julho de 2021.

Ao Senhor

FERNANDO ANDRADE SILVA

Representante Legal da **Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga**, (CNPJ nº 31.058.285/0001-45)

Av. Salustiano Domingues de Santana, 683

48430-000 - Paripiranga/BA

Assunto: Processo nº 01250.044679/2018-05. Processo de concorrente(s) arquivado(s) - Resultado definitivo da fase de habilitação - Convocação para a fase de instrução.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga**, para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Paripiranga/BA**, em razão do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 03/08/2018.
2. Conforme arts. 26 e 27 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de (DOU) de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, a fase de habilitação é finalizada com um resultado prévio, que foi informado por meio da Nota Técnica nº 2173/2021/SEI-MCOM (6574354).
3. Assim, considerando que não há mais concorrência, tendo em vista o arquivamento definitivo do processo nº 01250.046048/2018-12, em razão do decurso de prazo para apresentação de recurso administrativo, aquele resultado tornou-se **definitivo** da fase de habilitação, dando ensejo à convocação da entidade interessada para apresentação dos documentos da fase de instrução.
4. Tendo em vista as disposições da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, e alterações já mencionadas, de acordo com os artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:
 - 4.1.** A entidade deverá apresentar o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, conforme modelo em anexo (6574215).

Observação 1: o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria) deve vir acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devendo ambos os documentos ser apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART (art. 39, § 2º da Portaria).

Observação 2: o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, de responsabilidade exclusiva da entidade interessada, deverá obedecer às características especificadas no Capítulo IV da Portaria nº Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC e contar com as declarações constantes no item 11 do Anexo 6 da mesma Portaria (art. 39, § 3º).
 - 4.2.** Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o art. 40 da Portaria, bem como o Código Civil, conforme o que se expõe abaixo:
 - 4.2.1. Portaria nº 4.334/2015 e alterações:**

~ Não está expressamente previsto o ingresso **gratuito**, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, em acordo com o art. 40, inciso II da Portaria.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

5. O estatuto social deve conter expressamente as disposições do artigo 40 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, a saber:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes disposições:

I - indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado;

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; e

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

Código Civil:

Art. 54: Deve estar expressamente previsto:

- a denominação, os fins e a sede da associação;

- os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;

- os direitos e deveres dos associados;

- as fontes de recursos para sua manutenção;

- o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos;

- as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução;

- a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas.

Art. 57: Não consta cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.

Arts. 59 e 60: Não estão previstas as competências privativas da Assembleia Geral, a saber, eleger e destituir os administradores, aprovar as contas e alteração do estatuto, bem como:

- o quórum para as deliberações relativas a esses assuntos;

- os critérios de eleição dos administradores;

- a garantia de convocação dos órgãos deliberativos por, pelo menos, 1/5 (um quinto) dos associados.

Art. 61: Não estão previstas as condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio.

Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Portaria.

Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

Observação 2: Em qualquer dos casos, o estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.

6. Importante ressaltar que, em razão do disposto no art. 41, §2º da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC (alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC), por não haver no Município entidade já autorizada, podem ser concedidas mais duas notificações adicionais (terceira e quarta), entretanto, para **cumprimento no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias**.

7. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.

8. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

9. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações podem ser obtidas em: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

10. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Outorgas**, em 22/07/2021, às 10:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7909155** e o código CRC **5640F634**.

Anexos:

Formulário Anexo 6 (6574215)

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 15553/2021/MCOM - Processo nº 01250.044679/2018-05 - Nº SEI: 7909155



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

DESTINATARIO
FERNANDO ANDRADE SILVA
AV SALUSTIANO DOMINGUES DE SANTANA, 683
CENTRO - PARIPIRANGA - BA
48430-000

BZ539139110BR



SERAD/COREC PR01250044679/2018-05 OF15553/2021

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
MINISTERIO DAS COMUNICACOES - SERAD DEOP
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF
70044-900

TENTATIVAS DE ENTREGA

1° ____/____/____ : ____ h
2° ____/____/____ : ____ h
3° ____/____/____ : ____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO
[1] MUDOU-SE [5] RECUSADO
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [6] NÃO PROCURADO
[3] NÃO EXISTE NUMERO [7] AUSENTE
[4] DESCONHECIDO [8] FALECIDO
[9] OUTROS _____

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

Fernando A. Silva
8.082.3343

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Fernando A. Silva

DATA DE ENTREGA

04/08/2021

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

N DOC. DE IDENTIDADE

04576524512





Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500446792018

9/28/21 5:14 PM

Página 1 de 12

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	BA	PARIPIRANGA	01250.044679/2018	112	10S4057	37W5148	EXINST	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA
0.03	BA	PARIPIRANGA	53640.000178/1999	5	10S4056	37W5148	ARQDE F	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE PARIPIRANGA FM 106,7 MHZ
0.24	BA	PARIPIRANGA	53000.029507/2009	28	10S4058	37W5156	ARQDE F	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA PARIPIRANGA FM
0.24	BA	PARIPIRANGA	01250.046048/2018	112	10S4058	37W5156	ARQDE F	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA PARIPIRANGA FM
0.56	BA	PARIPIRANGA	53000.029552/2009	28	10S4050	37W5131	ARQDE F	ASSOCIACAO PARA A RADIODIFUSAO COMUNITARIA MALHADA VERMELHA
0.56	BA	PARIPIRANGA	53000.007855/2005	28	10S4050	37W5131	ARQDE F	ASSOCIACAO PARIPIRANGUENSE DE EDUCACAO PARA A CIDADANIA
0.83	BA	PARIPIRANGA	53000.034618/2009	28	10S4034	37W5202	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA CIDADE DE PARIPIRANGA/BAHIA- ARCP
6.72	BA	PARIPIRANGA	53000.027923/2009	28	10S3815	37W5416	ARQDE F	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO RURAL E BENEFICENTE DO POVOADO LAGOA PRETA E REGIOES CIRCUNVIZINHAS
8.38	SE	SIMÃO DIAS	53000.018565/2013	5	10S4413	37W4837	ARQPO T	ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA DE SIMAO DIAS
8.38	SE	SIMÃO DIAS	01250.041719/2017	5	10S4413	37W4837	ARQPO S	ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA DE SIMAO DIAS
8.38	SE	SIMÃO DIAS	01250.002383/2018	5	10S4413	37W4837	ARQPO S	ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA DE SIMAO DIAS
8.46	BA	PARIPIRANGA	53000.007485/2014	0	10S4027	37W5625	RAQ	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO INDUSTRIAL E AGRICOLA DOS PRODUTORES RURAIS DO RASO DA CABECA DA SERRA
---	SE	SIMÃO DIAS	01250.068566/2018	5	10S4429	37W4840	ARQPO T	ASSOCIACAO CULTURAL E COMUNITARIA DE SIMAO DIAS

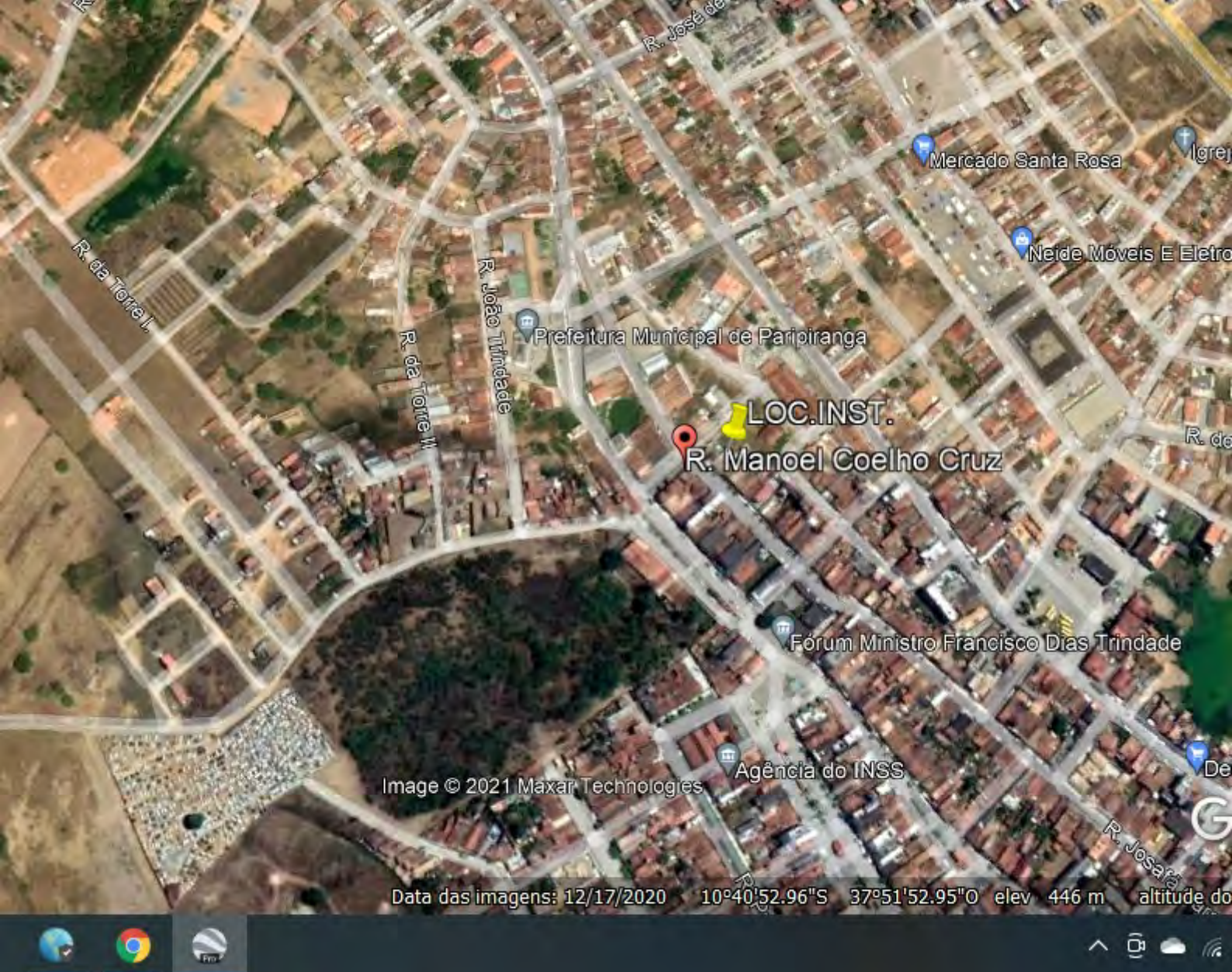


Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

RadCom - Relatório de Vizinhos2

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares

Unidade de Engenharia de Radiodifusão da Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares

DESPACHO**Processo nº: 01250.044679/2018-05.****Interessado: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PARIPIRANGA.****Assunto: OFÍCIO Nº 15553/2021/MCOM - FASE DE INSTRUÇÃO (evento SEI nº 7909155)**

Após análise da documentação de caráter técnico, para fins de instrução processual, constante do requerimento de autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, apresentado pela entidade **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PARIPIRANGA**, na localidade de **PARIPIRANGA/BA**, constatou-se o seguinte:

REQUISITO	SEI	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
1. Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6), devidamente preenchido, com as assinaturas do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade (art. 39, II, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015). <i>OBS.: O Anexo 6 deve estar totalmente preenchido, com os dados da entidade, endereço da sede, endereço do estúdio e endereço do sistema irradiante, com suas respectivas coordenadas geográficas, não importando se o endereço é o mesmo, ele deve ser colocado as três vezes, tanto o endereço quanto as coordenadas geográficas. Também deve ser verificado se os dados apresentados de antena/torre, transmissor e linha de transmissão são válidos e se atendem as exigência da Portaria.</i>	8078093, págs. 01 a 04	X		
2. Declarações constantes no item 11, Anexo 6, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015: <i>OBS.: Deve ser verificado se as declarações do projeto técnico foram devidamente preenchidas. Observar as declarações referentes à cota do terreno (solo), pois muitos engenheiros apresentam a declaração de forma contraditória. EX: apresenta a declaração que atende a cota do terreno e a declaração que não atende a cota do terreno no mesmo processo.</i>	SEI	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
a) A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.	8078093, pág. 03	X		
b) Caso a condição acima não seja atendida, declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo.	8078093, pág. 03			X
c) A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.	8078093, pág. 03	X		
d) O contorno de 91 dBU da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.	8078093, pág. 03	X		
e) A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.	8078093, pág. 03	X		
3. Horário de Funcionamento da Emissora indicado no item 12 do Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015).	8078093, pág. 03	X		



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

4. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, com as assinaturas do profissional habilitado para a execução do projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART (art. 39, § 2º, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015, com redação da Portaria nº 1.909, de 6/04/2018).	8078093, pág. 20 a 23	X		
5. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta pela entidade interessada guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária (art. 23 da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), conforme Relação de Processos Vizinhos e Mapa do Local de Instalação em anexo.	8078093, pág.19 8158104 8158109	X		
6. A coordenada geográfica do sistema irradiante proposta pela entidade interessada não guarda uma distância mínima de 4 (quatro) quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária visto que as duas emissoras estão em Municípios vizinhos e foram atribuídos canais distintos para a execução do Serviço nos Municípios (art. 23, parágrafo único, da Portaria nº 4.334, de 17/09/2015), conforme Relação de Processos Vizinhos .	8078093, pág.19 8158104 8158109			X

Desse modo, considerando que a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor, conforme se verifica acima, restitua-se os autos à Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal (COREC_MCOM), para adoção das medidas subsequentes, relacionadas à fase de instrução processual.

Brasília, 28 de setembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 04/10/2021, às 17:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 05/10/2021, às 08:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8158113** e o código CRC **1652B845**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

SEI-MCOM nº 8158113



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

CHECKLIST

Município/UF: Paripiranga/BA – **2ª EXIGÊNCIA INSTRUÇÃO**

Processo nº: 01250.044679/2018-05 CNPJ: 31.058.285/0001-45

Número de concorrentes: 1 - 01250.046048/2018 - ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA PARIPIRANGA FM (ARQDEF)

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PARIPIRANGA

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018****Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018**

1. Data de postagem/SEI: 02/08/2019
 2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO
 3. Requerimento de Outorga: Fls. 1. (5148007), Fls. 1. (5148004)
 4. Estatuto Social: Fls. 1-19 (8078092) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
 5. Ata de constituição: Fls. 6-29 (3224700) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
 6. Ata de eleição: Fls. 6-29(3224700) para o período de 25/06/2018 a 25/06/2022
 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
 7. Comproverantes de maioridade e nacionalidade/CPF: Fls. 32-45 (3224700)
 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Diretor Presidente: Fernando Andrade Silva	PROS	117770280507 12/08/88	João Andrade Silva e Maria Aparecida Nascimento Andrade	045.765.245- 42	Não
Diretor Administrativo: Talisson Santa Rosa Nascimento	Não	130539050582 15/09/90	Luis Gonzaga do Nascimento e Maria de Cassia Santa Rosa do Nascimento	045.920.155- 76	Não
Diretor Operações: Jaqueline Joseane Silva Santos	PV	138042720515 22/09/91	Gilberto Andrade Santos e Joseane Silva Cruz	052.972.075- 25	Não

8. Manifestações em apoio: Fls. 48-126 (3224700)
 9. Vínculo: () SIM (X) NÃO
 10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. 139-140 (3224700)
 11. Pesquisa Anatel (ok) e Radar (ok)
 12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (ok)
 12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (sei), Certidão FGTS (sei), Certidão PGFN (sei), Certidão CNDT (sei):

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:**1. Estatuto social:** Fls. 1-19 (8078092)**1.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**
 b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 8 f**
 c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 8**
 d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8**
 e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 12**
 f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 17**
 g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 16 a reeleição**
 h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 18-20**

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1**
 b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 5, 9, 10**

s e deveres dos associados: **Art. 8**

Documento original eletrônico.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 27-29**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;: **Art. 21-25**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Art. 30-32**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 28**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. NÃO CONSTA**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 14-15**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 14**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 33**

2. Certidões:

2.1 CNPJ: (8823488)

2.2 Certidão FGTS: (8823488)

2.3 Certidão PGFN : (8823488)

2.4 Certidão CNDT: (8823488)

2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (8823558)

3. Pesquisa Anatel (8823488) e Radar () Sem sistema

4. Anexo 6/ART: fl. 01-04 (8078093)

5. Despacho Técnico de aprovação: (8158113)

OBSERVAÇÕES: 09/12/2021: Pesquisas de vínculo ok, TRF/TJ/TSE OK certidões ok. Será solicitado apenas a regularização do Estatuto Social.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 09/12/2021, às 09:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8823305** e o código CRC **033375C1**.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 31.058.285/0001-45 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 24/07/2018
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO PARIPIRANGA FM		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R MANOEL COELHO CRUZ	NÚMERO SN	COMPLEMENTO CASA CASA
CEP 48.430-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PARIPIRANGA
UF BA	TELEFONE (75) 9921-4724	
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTADORCONTEMPORANEO@GMAIL.COM		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 22/03/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **09/12/2021** às **08:56:10** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



CNPJ: **31.058.285/0001-45**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 08:56:45 do dia 09/12/2021 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Documento original eletrônico.

<https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

<https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

Imprimir

Voltar



Documento original eletrônico.

sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA
CNPJ: 31.058.285/0001-45

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:58:31 do dia 09/12/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/06/2022.

Código de controle da certidão: **290E.6119.1D20.6854**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 31.058.285/0001-45

Certidão nº: 56405397/2021

Expedição: 09/12/2021, às 08:58:14

Validade: 06/06/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **31.058.285/0001-45**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 31.058.285/0001-45

Razão Social: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA D

Endereço: RUA MANOEL COELHO CRUZ / CENTRO / PARIPIRANGA / BA / 48430-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 01/12/2021 a 30/12/2021

Certificação Número: 2021120103341534536201

Informação obtida em 09/12/2021 08:57:31

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.044679/2018-05.**

Entidade: **Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Paripiranga/BA, e do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Brasília, 09 de dezembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 09/12/2021, às 09:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8823558** e o código CRC **1BA81340**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

SEI-MCOM nº 8823558



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 26508/2021/MCOM

Brasília, 09 de dezembro de 2021.

Ao Senhor

FERNANDO ANDRADE SILVA

Representante Legal da **Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga**, (CNPJ nº 31.058.285/0001-45)

Av. Salustiano Domingues de Santana, 683

48430-000 - Paripiranga/BA

PROCESSO nº 01250.044679/2018-05. PROCESSO DE CONCORRENTE(S) ARQUIVADO(S) - 2ª EXIGÊNCIAS NA FASE DE INSTRUÇÃO.

Senhor Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga**, para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Paripiranga/BA**, em razão do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 03/08/2018.

2. Conforme Ofício nº 15553/2021/MCOM (7909155), recebido em 04/08/2021, conforme Aviso de Recebimento AR SEI (7998041), a Entidade foi notificada sobre exigências a serem cumpridas, tendo apresentado resposta em 02/09/2021, por meio do protocolo nº 53115.024652/2021-41 e 53115.024786/2021-62.

3. Tendo em vista as disposições da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, e alterações já mencionadas, de acordo com os artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

3.1. Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o art. 40 da Portaria, bem como o Código Civil, conforme o que se expõe abaixo:

3.1.1. Portaria nº 4.334/2015 e alterações:

a. Não está expressamente previsto que será admitida apenas uma recondução da diretoria, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos, conforme art. 40, inciso V, "b" da Portaria.

O estatuto social deve conter expressamente as disposições do artigo 40 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, a saber:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes disposições:

I - indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado;

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; e

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

Assim, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Portaria.

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>



02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

3.1.2. Código Civil:

Embora o Art. 9 do Estatuto Social esteja definindo o que seria justa causa: "estarão sujeitos às penalidades de suspensão e eliminação do quadro social, por justa causa" NÃO consta cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.

Assim, para prosseguimento, a Associação deve regularizar o estatuto social de forma a adequá-lo às disposições do Código Civil.

Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

Observação 2: Em qualquer dos casos, o estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no **Livro A** do Cartório de Pessoas Jurídicas.

Observação 3: A entidade deve manter a situação regularizada, com relação a todas as certidões abaixo mencionadas, durante todo o curso do processo, pois a constatação de pendência poderá levar ao indeferimento, se esgotadas as possibilidades de notificação para regularização:

CNPJ: CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

CNDA: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO A ANATEL

CNDT: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

FGTS: FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO

PGFN: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

4. Importante ressaltar que, em razão do disposto no art. 41, §2º da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC (alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC), por não haver no Município entidade já autorizada, podem ser concedidas mais duas notificações adicionais (terceira e quarta), entretanto, para **cumprimento no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias**.

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.

6. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

7. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações podem ser obtidas em: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf> . Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

8. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 10/12/2021, às 09:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8823593** e o código CRC **14CE49A1**.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

DESTINATARIO
ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA

BY170687589BR

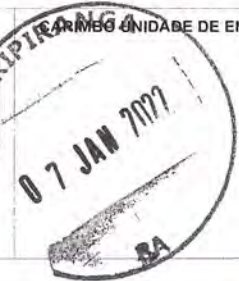
UNIDADE DE ENTREGA

AV SALUSTIANO DOMINGUES DE SANTANA, 683
- PARIPIRANGA - BA

18430-000
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICADMINIST - BRASILIA - DF
70044-900



SERAD/COREC PR 01250044679/2018-05 OF 26508



TENTATIVAS DE ENTREGA

1º _____ h
2º _____ h
3º _____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO
[1] MUDOU-SE [5] RECUSADO
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [6] NÃO PROCURADO
[3] NÃO EXISTE NUMERO [7] AUSENTE
[4] DESCONHECIDO [8] FALECIDO
[9] OUTROS _____

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

[Handwritten signature]
8082395

ASSINATURA DO RECEBEDOR

[Handwritten signature]

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

07/01/2022

N DOC. DE IDENTIDADE

04576524542



Município/UF: Paripiranga/BA – **3ª EXIGÊNCIA INSTRUÇÃO**

Processo nº: 01250.044679/2018-05

CNPJ: 31.058.285/0001-45

Número de concorrentes: 1 - 01250.046048/2018 - ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA PARIPIRANGA FM (ARQDEF)

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PARIPIRANGA

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018****Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018****Canal/Frequência: 200 - 87,9 (9959126)**

1. Data de postagem/SEI: 02/08/2019
2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: Fls. 1. (5148007), Fls. 1. (5148004)
4. Estatuto Social: Fls. 3-19 (9383175) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: Fls. 6-29 (3224700) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: Fls. 6-29(3224700) para o período de 25/06/2018 a 25/06/2022 **PRESTES A VENCER**
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comproverantes de maioridade e nacionalidade/CPF: Fls. 32-45 (3224700)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Diretor Presidente: Fernando Andrade Silva	PROS	117770280507 12/08/88	João Andrade Silva e Maria Aparecida Nascimento Andrade	045.765.245- 42	Não
Diretor Administrativo: Talisson Santa Rosa Nascimento	Não	130539050582 15/09/90	Luis Gonzaga do Nascimento e Maria de Cassia Santa Rosa do Nascimento	045.920.155- 76	Não
Diretor Operações: Jaqueline Joseane Silva Santos	PV	138042720515 22/09/91	Gilberto Andrade Santos e Joseane Silva Cruz	052.972.075- 25	Não

8. Manifestações em apoio: Fls. 48-126 (3224700)
9. Vínculo: () SIM (X) NÃO
10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. 139-140 (3224700)
11. Pesquisa Anatel (ok) e Radar (ok)
12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (ok)
- 12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (sei), Certidão FGTS (sei), Certidão PGFN (sei), Certidão CNDT (sei):

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:**1. Estatuto social:** Fls. 1-19 (8078092)**1.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 8 f**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 8**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 16**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 17**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 16**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 18-20**

1.2 Adequação ao Código Civil:inação, fins e sede: **Art. 1**itos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 5, 9, 10**

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

- c) Direitos e deveres dos associados: **Art. 8**
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 27-29**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;: **Art. 21-25**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Art. 30-34**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 28**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 9-10**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 14-15**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 14**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 33**

2. Certidões:

2.1 CNPJ: (9959163) **Atividades de rádio**

2.2 Certidão FGTS: (9959163)

2.3 Certidão PGFN : (9959163)

2.4 Certidão CNDT: (9959163)

2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (8823558)

3. Pesquisa Anatel (9959163) e Fiscaliza() **Consultar quando for apresentado nova diretoria**

4. Anexo 6/ART: fl. 01-04 (8078093)

5. Despacho Técnico de aprovação: (8158113)

OBSERVAÇÕES: 06/06/2022. Estatuto Social ok. Atividade principal do CNPJ precisa ser alterada e Ata de eleição da diretoria está prestes a vencer.

Será solicitado a adequação do CNPJ bem como a apresentação dos novos documentos.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 06/06/2022, às 11:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9958963** e o código CRC **30060E99**.





Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa
Gerência de Licitações, Outorga e Licenciamento
Gerência de Licitação

Impresso por: **Francisca de Carvalho Machado**

Data/Hora: **06/06/2022 11:30:10**

Relatório de RADCOM - Plano de Referência

UF:	BA	Município:	Paripiranga
Município		Canal	Frequência
Paripiranga		200	87,9

Usuário: **franciscacm.mc - Francisca de Carvalho Machado**

Data: **06/06/2022**

Hora: **11:30:10**



Documento original eletrônico.

RD/RADCOM/Relatorios/PlanoReferencia/Tela.asp?hdnImprimir=true

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



CNPJ: **31.058.285/0001-45**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 11:32:49 do dia 06/06/2022 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)

Imprimir

Voltar



Documento original eletrônico.

[igec/Consultas Gerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](#)

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 31.058.285/0001-45 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 24/07/2018
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO PARIPIRANGA FM			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R MANOEL COELHO CRUZ	NÚMERO SN	COMPLEMENTO CASA CASA	
CEP 48.430-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PARIPIRANGA	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTADORCONTEMPORANEO@GMAIL.COM		TELEFONE (75) 9921-4724	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 22/03/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **06/06/2022** às **11:30:36** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 31.058.285/0001-45

Razão Social: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA D

Endereço: RUA MANOEL COELHO CRUZ / CENTRO / PARIPIRANGA / BA / 48430-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 01/06/2022 a 30/06/2022

Certificação Número: 2022060104345380446008

Informação obtida em 06/06/2022 11:33:11

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA
CNPJ: 31.058.285/0001-45

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:33:52 do dia 06/06/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/12/2022.

Código de controle da certidão: **BF31.4F9E.9AB9.BEF4**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 31.058.285/0001-45

Certidão nº: 18005494/2022

Expedição: 06/06/2022, às 11:33:38

Validade: 03/12/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **31.058.285/0001-45**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 13425/2022/MCOM

Brasília, 06 de junho de 2022.

Ao Senhor
FERNANDO ANDRADE SILVA
Representante Legal da **Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga**, (CNPJ nº 31.058.285/0001-45)
Av. Salustiano Domingues de Santana, 683
48430-000 - Paripiranga/BA

PROCESSO nº 01250.044679/2018-05. PROCESSO DE CONCORRENTE(S) ARQUIVADO(S) - 3ª EXIGÊNCIAS NA FASE DE INSTRUÇÃO.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga**, para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Paripiranga/BA**, em razão do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 03/08/2018.

2. Conforme Ofício nº 26508/2022/MCOM (823593), recebido em 07/01/2022, conforme Aviso de Recebimento AR (9251409), a Entidade foi notificada sobre exigências a serem cumpridas, tendo apresentado resposta em 05/02/2022, por meio do protocolo nº 53115.003041/2022-41.

3. Tendo em vista as disposições da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, e alterações já mencionadas, de acordo com os artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

3.1. Ata de eleição dos atuais dirigentes (art. 22, inciso IV): O mandato da diretoria vence já em 25/06/2022. Assim, para darmos continuidade na análise do processo a entidade deve apresentar a ata de eleição da nova diretoria.

Observação 1: a ata de eleição deverá estar registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Observação 2: os cargos da diretoria eleita deverão estar de acordo com os cargos previstos no estatuto social.

Observação 3: Caso haja alteração no quadro diretivo, mesmo que de apenas um diretor, a entidade deverá encaminhar **novo Requerimento de Outorga atualizado (3576834)**, contendo **todas as declarações** nele elencadas, conforme disposição do art. 22, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC. Ressalta-se que o Requerimento, para ter validade, deve ser **assinado, de próprio punho, por todos os dirigentes**.

Observação 4: Caso haja alteração no quadro diretivo, a Entidade deverá enviar documentos que demonstrem a maioria e a nacionalidade dos novos diretores.

Observação 5: serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade os seguintes documentos, conforme art. 22, § 3º da Portaria:

- I - certidão de nascimento ou casamento;
- II - certificado de reservista;
- III - cédula de identidade;
- IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;
- V - carteira profissional;
- VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- VII - passaporte.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

Observação 6: não é necessário que sejam encaminhados os comprovantes de maioria e nacionalidade dos membros do conselho fiscal.

Observação 7: CNH, não é aceita para fins de comprovação de nacionalidade.

3.2. Em consulta aos sítios oficiais, para emissão das certidões previstas no art. 39, incisos III a VII, não foi possível obtê-la(s):

3.2.1. CNPJ válido e atual: em consulta ao sítio da Receita Federal do Brasil (959288), verificou-se que a Entidade possui como atividade principal "atividades de rádio", o que está incorreto, uma vez que tal código é exclusivo para as emissoras de caráter comercial. A entidade deve promover a alteração, fazendo constar os códigos 94.30-8-00 - atividades de associações de defesa de direitos sociais e/ou 94.93-6-00 - atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte e 94.99-5-00 - atividades associativas não especificadas anteriormente.

Observação: A entidade deve manter a situação regularizada, com relação a todas as certidões abaixo mencionadas, durante todo o curso do processo, pois a constatação de pendência poderá levar ao indeferimento, se esgotadas as possibilidades de notificação para regularização:

CNPJ: CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

CNDA: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO A ANATEL

CNDT: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

FGTS: FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO

PGFN: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

4. Importante ressaltar que o pedido de prorrogação de prazo somente será permitido na primeira notificação para a fase de instrução, conforme art. 41, *caput*, da Portaria, e só poderá ser deferido quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta. Nas demais notificações permitidas nos parágrafos do mesmo artigo, o prazo será improrrogável.

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, **prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada.**

§ 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

5. Importante ressaltar que, em razão do disposto no art. 41, §2º da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC (alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC), por não haver no Município entidade já autorizada, podem ser concedidas mais duas notificações adicionais (terceira e quarta), entretanto, para **cumprimento no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.**

6. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.

7. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

8. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações podem ser obtidas em: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

9. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 06/06/2022, às 12:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9959208** e o código CRC **AA52AC55**.

Anexos:

- CNPJ (9959288)
- Requerimento de Outorga atualizado (3576834)

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 13425/2022/MCOM - Processo nº 01250.044679/2018-05 - Nº SEI: 9959208

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 31.058.285/0001-45 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 24/07/2018
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO PARIPIRANGA FM			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R MANOEL COELHO CRUZ	NÚMERO SN	COMPLEMENTO CASA CASA	
CEP 48.430-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PARIPIRANGA	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTADORCONTEMPORANEO@GMAIL.COM		TELEFONE (75) 9921-4724	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 22/03/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **06/06/2022** às **11:30:36** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

DESTINATARIO
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA

AV SALUSTIANO DOMINGUES DE SANTANA 683,
- PARIPIRANGA - BA

48430-000

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEPO

ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN

ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF

70044-900

YG611715415BR



SERAP/COREC PR 01250044679/2018-05 OF 13425

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



TENTATIVAS DE ENTREGA

1° / / : h

2° / / : h

3° / / : h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO
[1] MUDOU-SE [5] RECUSADO
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [6] NÃO PROCURADO
[3] NÃO EXISTE NUMERO [7] AUSENTE
[4] DESCONHECIDO [8] FALECIDO
[9] OUTROS

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

[Handwritten signature]
8082.3343

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: / /

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Pedro Leão de Andrade

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

24/06/2022

N DOG. DE IDENTIDADE

183 462



CHECKLIST

Município/UF: Paripiranga/BA –

Processo nº: 01250.044679/2018-05

CNPJ: 31.058.285/0001-45

Número de concorrentes: 1 - 01250.046048/2018 - ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA PARIPIRANGA FM (ARQDEF)

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PARIPIRANGA

Nº do edital/ano: 112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018

Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018

Canal/Frequência: 200 - 87,9 (9959126)

1. Data de postagem/SEI: 02/08/2018 (Processo público gerado)
2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO
3. Requerimento de Outorga: (10302441)
4. Estatuto Social: Fls. 3-19 (9383175) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
5. Ata de constituição: Fls. 6-29 (3224700) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
6. Ata de eleição: Fls. (10302440) para o período de 30/06/2022 a 30/06/2026
- 6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO
7. Comprovantes de maioridade e nacionalidade/CPF: (10226508), (10226516) e (10226506)
- 7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	TÍTULO/ NASCIMENTO	FILIAÇÃO	CPF	VÍNCULOS
Diretor Presidente: Fernando Andrade Silva	117770280507 12/08/88	João Andrade Silva e Maria Aparecida Nascimento Andrade	045.765.245- 42	Não
Diretor Administrativo: Talisson Santa Rosa Nascimento	130539050582 15/09/90	Luis Gonzaga do Nascimento e Maria de Cassia Santa Rosa do Nascimento	045.920.155- 76	Não
Diretor Operações: Fábio Macedo Teixeira	089386040531 06/02/1980	Eliezer Teixeira e Maria Macedo Teixeira	004.101.715- 30	Não

8. Manifestações em apoio: Fls. 48-126 (3224700)
9. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: Fl. 139-140 (3224700)
10. Pesquisa Anatel (ok) e Radar (ok)
11. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (ok)
12. Certidões (não são habilitantes): CNPJ (sei), Certidão FGTS (sei), Certidão PGFN (sei), Certidão CNDT (sei):

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social: Fls. 1-19 (8078092)

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: **Art. 2**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: **Art. 8 f**
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: **Art. 8**
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: **Art. 8**
- e) Órgão administrativo e cargos: **Art. 16**
- f) Atribuições do Órgão administrativo: **Art. 17**
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: **Art. 16**
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: **Art. 18-20**

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: **Art. 1**
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: **Art. 5, 9, 10**



s e deveres dos associados: **Art. 8**

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

- d) Fontes de recursos para sua manutenção: **Art. 27-29**
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;: **Art. 21-25**
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: **Art. 30-34**
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **Art. 28**
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: **Art. 9-10**
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: **Art. 14-15**
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **Art. 14**
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: **Art. 33**

Revisão Final:

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: (10365285)
- 2.2 Certidão FGTS: (10365285)
- 2.3 Certidão PGFN : (10365285)
- 2.4 Certidão CNDT: (10365285)
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (10365341)
- 3. Pesquisa Anatel (10365285) e Fiscaliza (10365480) e (10365475)**
4. Anexo 6/ART: fl. 01-04 (8078093)
5. Despacho Técnico de aprovação: (8158113)

OBSERVAÇÕES: 29/08/2022. PROCESSO INSTRUÍDO.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 29/08/2022, às 17:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10365140** e o código CRC **529A9F84**.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 31.058.285/0001-45 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 24/07/2018
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO PARIPIRANGA FM	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 60.10-1-00 - Atividades de rádio 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R MANOEL COELHO CRUZ	NÚMERO SN	COMPLEMENTO CASA CASA
CEP 48.430-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PARIPIRANGA
UF BA	ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTADORCONTEMPORANEO@GMAIL.COM	
TELEFONE (75) 9921-4724		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 22/03/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **29/08/2022** às **16:42:43** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



CNPJ: **31.058.285/0001-45**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 16:49:34 do dia 29/08/2022 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

Imprimir

Voltar



Documento original eletrônico.

<https://m10leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

<https://m10leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 31.058.285/0001-45

Razão Social: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA D

Endereço: RUA MANOEL COELHO CRUZ / CENTRO / PARIPIRANGA / BA / 48430-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/08/2022 a 14/09/2022

Certificação Número: 2022081604274201303080

Informação obtida em 29/08/2022 16:50:07

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA
CNPJ: 31.058.285/0001-45

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:50:47 do dia 29/08/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 25/02/2023.

Código de controle da certidão: **3A1A.0536.6F84.88FB**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 31.058.285/0001-45

Certidão nº: 28316096/2022

Expedição: 29/08/2022, às 16:50:26

Validade: 25/02/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **31.058.285/0001-45**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.044679/2018-05.**

Entidade: **Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Paripiranga/BA, e do Tribunal de Justiça da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. **A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro'.**

Por fim, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI (10365285).

Brasília, 29 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 29/08/2022, às 17:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10365341** e o código CRC **71862733**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

SEI-MCOM nº 10365341



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

4. FISCALIZAÇÃO

Buscar: 4. FISCALIZAÇÃO ▾

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

- ☒ Situação ▾
- ☒ Tipo ▾ ▾ +
- ☒ Tipo de inspeção ▾
- ☒ Identificação da não Outorgada ▾

Adicionar filtro Todos

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para ☒ Atom ☒ CSV ☒ PDF



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade Tarefas Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

- ☒ Situação
- ☒ Tipo
- ☒ Tipo de inspeção
- ☒ Identificação da não Outorgada
- todos
- igual a
- contém
- contém
- Atividade de Inspeção
- Uso do Espectro - Não Outorgado
- Fernando Andrade Silva

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade Tarefas Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

- ☒ Situação
- ☒ Tipo
- ☒ Tipo de inspeção
- ☒ Identificação da não Outorgada
- todos

igual a

contém

contém
- Atividade de inspeção
- Uso do Espectro - Não Outorgado
- Talisson Santa Rosa Nascimento

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:4. FISCALIZAÇÃO

Visão geralAtividadeTarefasWikiFóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Fábio Macedo Teixeira

Adicionar filtro:CampoTodos

Opções

Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar paraAtomCSVPDF



02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

- ☒ Situação: todos
- ☒ Tipo: igual a: Atividade de Inspeção
- ☒ Tipo de inspeção: contém: Uso do Espectro - Não Outorgado
- ☒ Identificação da não Outorgada: todos
- ☒ CNPJ/CPF da Entidade: contém: 31058285000145

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

- ☒ Situação
- ☒ Tipo
- ☒ Tipo de inspeção
- ☒ Identificação da não Outorgada
- ☒ CNPJ/CPF da Entidade

Opções

☒ Aplicar

Adicionar filtro Todos

Nenhuma informação disponível

Exportar para



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

4. FISCALIZAÇÃO

Buscar: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

- ☒ Situação
- ☒ Tipo
- ☒ Tipo de inspeção
- ☒ Identificação da não Outorgada
- ☒ CNPJ/CPF da Entidade
-
-
-
-
-
-
-
-

Adicionar filtro Todos

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para [Atom](#) [CSV](#) [PDF](#)



4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

- ☒ Situação
- ☒ Tipo
- ☒ Tipo de inspeção
- ☒ Identificação da não Outorgada
- ☒ CNPJ/CPF da Entidade
-
-
-
-
-
-
-
-

Adicionar filtro Todos

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para [Atom](#) [CSV](#) [PDF](#)



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade Tarefas Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ Coordenadas Estação

Raio

Lat: 104057

Lon: 375148

Raio: Raio (km)

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.044679/2018-05**.

Entidade: **Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, Fernando Andrade Silva**.

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA da Agência Nacional de Telecomunicações**.

Após análise do processo nº 01250.044679/2018-05, de interesse da **Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga**, na localidade de Paripiranga/BA, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização FISCALIZA, até esta data **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 29 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 29/08/2022, às 17:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10365480** e o código CRC **7430D952**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

SEI-MCOM nº 10365480



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

Processo nº: 01250.044679/2018-05.
Assunto: REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do requerimento da **Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga**, para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Paripiranga/BA**, em atendimento ao Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento via CADSEI em 02/08/2018, quando o processo público foi gerado, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga
QUADRO DIRETIVO
Diretor Presidente: Fernando Andrade Silva
Diretor Administrativo: Talisson Santa Rosa Nascimento
Diretor Operações: Fábio Macedo Teixeira
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Rua Manoel Coelho Cruz - SN - Centro
Coordenadas geográficas: 10°40'57"S de latitude e 37°51'48"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Rua Manoel Coelho Cruz - SN - Centro

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 03/08/2018.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM	FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1. Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	(10302441)
2. Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	Fls. 3-19 (9383175)
3. Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 6-29 (3224700)
4. Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	(10302440)
5. Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	(10226508), (10226516) e (10226506)
6. Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	Fls. 48-126 (3224700)
7. Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	Fl. 139-140 (3224700)
8. Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	fl. 01-04 (8078093) e Despacho Técnico de aprovação: (8158113)



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	(10365285)
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	(10365285)
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(10365285)
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	(10365285)
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	(10365285)
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(10365480) e (10365475)

5. Ressalta-se que, considerando a distância de quatro quilômetros, verificou-se a existência de outra interessada em executar o Serviço na mesma área. Assim, o requerimento da **Associação Rádio Comunitária Paripiranga FM** constante no processo nº **01250.046048/2018-12**, foi igualmente analisado, no entanto, os autos foram arquivados, uma vez que a Entidade não enviou a Ata de sua constituição. A entidade foi comunicada sobre sua inabilitação por meio da Nota Técnica nº 24994/2019/SEI-MCTIC 4958732), encaminhada por meio do Ofício nº 47836/2019/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEP/SERAD/MCTIC 4958807), recebido em 16/01/2020 (5081773). Tendo em vista que não houve apresentação de recurso administrativo contra a decisão, o processo foi arquivado por meio do Despacho CORECOM 435589) e comunicado à entidade por meio do Ofício nº 15851/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEP/SERAD/MCTIC 5435604), recebido em 03/06/2020 (5679173).

ENTIDADES CONCORRENTES			
PROCESSO	ENTIDADE	MOTIVO	DISPOSITIVO VIOLADO
01250.046048/2018-12	Associação Rádio Comunitária Paripiranga FM	Apresentação intempestiva ou ausência completa de qualquer um dos documentos previstos nos incisos do art. 22.	Art. 25, inciso II

6. De acordo com o Despacho COESA_MCOM_ENG 8158113), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DO de 09/04/2018, conforme Relação de Processos Vizinhos (8158104).

7. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Paripiranga/BA, e do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho (10365341).

CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 31/08/2022, às 09:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 31/08/2022, às 09:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 31/08/2022, às 10:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 31/08/2022, às 14:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10365503** e o código CRC **01A462EC**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS



Senhor Presidente da República,

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044679/2018-05, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, inscrita no CNPJ sob nº 31.058.285/0001-45, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Paripiranga/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 12497/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº xxxxx/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

**MINUTA
PORTARIA**

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044679/2018-05, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, inscrita no CNPJ sob nº 31.058.285/0001-45, cuja sede se situa na Rua Manoel Coelho Cruz, SN - Centro, na localidade de Paripiranga, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

SEI nº 10365503



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

Ofício Interno nº 24961/2022/MCOM

Brasília, 2 de Setembro de 2022

A Senhora
Carolina Scherer Bicca
Consultora Jurídica
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 12497/2022/SEI-MCOM (10365503)

Senhora Consultora Jurídica,

Encaminho a Vossa Senhoria a Nota Técnica nº 12497/2022/SEI-MCOM (10365503), para conhecimento e posterior emissão de Parecer Jurídico.

Atenciosamente,

William Ivo Koshevnikoff Zambelli
Secretário de Radiodifusão Substituto



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli**, Secretário de Radiodifusão substituto, em 05/09/2022, às 11:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10373967** e o código CRC **9D1DAA39**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 24961/2022/MCOM - Processo nº 01250.044679/2018-05 - Nº SEI: 10373967



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

PARECER n. 00772/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.044679/2018-05

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PARIPIRANGA

ASSUNTOS: RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA - OUTORGA POR AUTORIZAÇÃO

EMENTA:

I - Pedido de obtenção da autorização para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de PARIPIRANGA, estado da Bahia.

II. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 12497/2022/SEI-MCOM (SEI 10365503)**, na qual é espelhada conclusão pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito;

III. Viabilidade jurídica do pedido, **desde que atendidas as recomendações deste parecer, mormente dos itens 19, 24 25, 27 e 36**, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução;

IV. Competência do Exmo. Senhor Ministro das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §3º, da Constituição da República;

V. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade e da consulta junto ao sistema de fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização;

VI. Pela restituição do feito para prosseguimento, **com recomendações**.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

I - RELATÓRIO

1.A Secretaria de Radiodifusão encaminha para análise e manifestação desta Consultoria Jurídica, processo administrativo no qual a **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PARIPIRANGA** requer autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de PARIPIRANGA/BA, com base no Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 12497/2022/SEI-MCOM (SEI 10365503)**.

2.Após analisar a documentação apresentada pela entidade interessada, a Secretaria de Radiodifusão - SERAD concluiu que o feito se encontrava devidamente instruído e que existiu outra entidade interessada na presente seleção: **Associação Rádio Comunitária Paripiranga FM**, constante no processo nº **01250.046048/2018-12**, cujo requerimento foi igualmente analisado, no entanto, os autos foram arquivados, uma vez que a Entidade não enviou a Ata de sua constituição. A entidade foi comunicada sobre sua inabilitação por meio da Nota Técnica nº 24994/2019/SEI-MCOM (4958732), encaminhada por meio do Ofício 5/2019/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC (4958807), recebido em 16/01/2020



Documento original eletrônico.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/30624472/chave/c7c0ceca/visualizar/1647918646-992581040>

<https://m01leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

(5081773). Tendo em vista que não houve apresentação de recurso administrativo contra a decisão, o processo foi arquivado por meio do Despacho COREC_MCOM (5435589) e comunicado à entidade por meio do Ofício nº 15851/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC (5435604), recebido em 03/06/2020 (5679173). No entanto, os autos foram arquivados, uma vez que não foram cumpridos os requisitos necessários para instrução processual, conforme será detalhado a seguir, as entidades foram inabilitadas por descumprimento de exigências art. 25, inc. II, da Portaria nº 4.334/2015.

3.O resultado prévio da habilitação das entidades foi procedido por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 2173/2021/SEI-MCTIC (SEI 6574354)** e o resultado definitivo foi comunicado à parte através do **Ofício 4281/2021 (SEI 6574370)**.

4.Através do **Despacho COESA_MCOM_ENG 8158113** a área técnica afirmou que "*a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor*".

5.Assim, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 12497/2022/SEI-MCOM (SEI 10365503)**, a Secretaria concluiu a análise técnica, remetendo os autos para análise desta Consultoria.

6.É o relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. Considerações iniciais

7.Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

8.Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

9.Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

10.Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

II.2. Legislação aplicável

11.Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso.



12.A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

13.Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 9.612/98, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, estipulando, em seu art. 6º, que *"Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço"*.

14.Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, define que compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente os efeitos legais da emissão definitiva da outorga até que se ultime tal deliberação.

15.Coube à já citada Lei n.º 9.612/98 pormenorizar as previsões relativas ao serviço de radiodifusão comunitária. Nos termos do seu art. 7º, *"são competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos"*.

16.Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o Decreto nº 2.615/1988, que instituiu o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Cumpre aqui transcrever os dispositivos de interesse do Regulamento em questão:

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

ANEXO

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), como um Serviço de Radiodifusão Sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do Serviço.

(...)

Art. 11. São competentes para executar o RadCom fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a executar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

Art. 14. As entidades interessadas na execução do RadCom, inclusive aquela cuja petição originou o comunicado de habilitação, deverão apresentar ao Ministério das Comunicações, no prazo fixado no comunicado de habilitação, os documentos a seguir indicados, além de atender as disposições estabelecidas em norma complementar:

I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos;

IV - comprovação de maioria dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

Art. 15. Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço, estando regular a documentação apresentada, o Ministério das Comunicações expedirá autorização à referida entidade.



Por fim, cumpre destacar que o procedimento seletivo em análise foi regido pela Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 (DOU de 21 de setembro de 2015), com alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU de 9 de abril de 2018), do então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, visto que era o ato normativo infralegal vigente à época da publicação do aviso de habilitação de interessados, *in verbis*:

PORTARIA Nº 4.334, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Art. 1º Esta Portaria visa regulamentar as disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#).

Parágrafo único. Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço. (NR) ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(...)

Art. 8º O processo de outorga de autorização para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá às seguintes fases:

- I - publicação do edital;
- II - habilitação;
- III - seleção da entidade com maior representatividade;
- IV - instrução do processo selecionado; e
- V - procedimentos para finalizar a outorga de autorização.

Da Habilitação

Art. 21. A habilitação é a fase do processo de outorga em que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações verifica a tempestividade da apresentação dos documentos habilitantes e se estes atendem ao definido no edital. ([Retificado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

Art. 22. São documentos habilitantes:

I - requerimento de outorga ([Anexo 2](#)), com as declarações nele elencadas; ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

II – estatuto social da entidade atualizado;

III – ata de constituição da entidade;

IV – ata de eleição dos atuais dirigentes;

V – prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

VI – comprovação de maioria de todos os diretores; e

VII – manifestações em apoio à iniciativa firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Anexos 3 e 4).

VIII - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento. ([Incluído pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

§ 1º As coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga devem respeitar o [art. 23](#), estar situadas dentro da área do Município e obedecer à padronização GPS-WGS84, na forma GG° MM' SS", com apenas dois dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS") na latitude e na longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59.

§ 2º Todas as atas bem como as eventuais alterações do estatuto social devem estar registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A prova da maioria e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou

VII - passaporte.

(...)

Art. 23. As coordenadas geográficas do sistema irradiante propostas pelas entidades interessadas deverão na distância mínima de quatro quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de



Rádiodifusão Comunitária.

Art. 24. Caso algum dos documentos constantes do art. 22 seja enviado em desacordo com as disposições desta Portaria, será conferida uma única oportunidade, a ser cumprida no prazo improrrogável de sessenta dias, para que a irregularidade encontrada seja saneada, sob pena de inabilitação.

(...)

Art. 28. Seleção é a fase na qual serão escolhidas, dentre as concorrentes habilitadas, aquela que passará à fase de instrução processual, tendo em consideração a pontuação em manifestações em apoio válidas e as relações de concorrência direta e indireta.

Parágrafo único. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência.

(...)

Da Instrução

Art. 38. A fase de instrução é o momento em que a entidade selecionada deve apresentar documentos ainda não encaminhados, desde que não sejam habilitantes, ou retificar vícios sanáveis.

(...)

§ 2º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo com os documentos previstos nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 39. ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(...)

Art. 39. São documentos necessários à instrução:

I - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento;

II - Formulário de Dados de Funcionamento da Estação;

III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

(...)

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada. § 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Rádiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

Do Recurso

Art. 46. Das decisões administrativas cabe recurso para impugnar as razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará, sem necessidade de provocação, à autoridade superior.

§ 2º O prazo para interposição de recurso administrativo é de trinta dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 3º O prazo recursal é improrrogável, mas pode ser suspenso nos termos da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 47. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica:

I - quando todas as concorrentes forem inabilitadas; ou

II - no caso de decisão que inabilita a entidade por descumprimento do § 1º do art. 22.



§ 3º Na hipótese do art. 47, § 2º, II, eventual alteração das coordenadas não prejudicará o andamento de outros processos já habilitados e a entidade perderá toda a pontuação obtida com manifestações em apoio.

Da Autorização para Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária

Art. 70. A autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária será formalizada mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser publicada no Diário Oficial da União.

§ 1º A portaria a que se refere o caput deverá indicar, no mínimo:

I – razão social da entidade;

II – número de registro no CNPJ da entidade;

III – serviço objeto da outorga;

IV – Município e Unidade da Federação de execução do serviço;

V – prazo de outorga e;

VI – frequência e canal de operação.

§ 2º A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no [art. 2º](#), parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.

17. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3 Do Pedido de Autorização para Prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária

18. A Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, conforme o "Checklist" (doc. SEI nº 10365140) e, conforme relatado, opinou pelo deferimento do pedido de outorga em apreço, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 12497/2022/SEI-MCOM (SEI 10365503)**.

19. Primeiramente, impende destacar que, conforme relato, o resultado definitivo da fase de habilitação foi veiculado sem constar, portanto, *a priori*, a aprovação da aludida decisão pela autoridade competente. Muito embora a conclusão da análise técnica tenha contado com a aprovação do titular da Secretaria responsável, solicita-se, por cautela, que o órgão demonstre a competência do agente para a adoção daquela decisão (resultado definitivo) ou que o Secretário ratifique o ato de forma expressa.

20. Dito isso, passa-se ao exame da tempestividade do requerimento administrativo apresentado pela entidade. Vê-se que, conforme exposto pela área técnica, o Edital nº 112/2018 concernente à localidade em questão, foi publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018, sendo o pedido da interessada tempestivo, visto ter sido postado em 02/08/2018 (SEI 10302441), como admitido na Nota Técnica 12497/2022 (SEI 10365503):

“3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 03/08/2018.”

21. Outrossim, verifica-se que, no requerimento da entidade, constam as declarações exigidas pelo art. 22, inc. I da redação atual da Portaria nº 4.334/2015 (que são as constantes no seu anexo II). Nesse ponto, destaca-se que os dirigentes da entidade firmaram compromisso de fiel cumprimento de todas as normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária - em especial da Lei nº 9.612, de 1998, da Portaria que regulamenta o Serviço e do edital que rege o processo seletivo -, bem como declararam que residem nos endereços localizados na área da comunidade a ser atendida.

22. Impende destacar que, por meio da multicitada Nota Técnica 12487/2022 a área técnica atestou que:

“6. De acordo com o Despacho COESA_MCOM_ENG ([8158113](#)), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, conforme Relação de Processos Vizinhos ([8158104](#)).”



23. Observa-se, também, que a entidade postulante trouxe para os autos a documentação técnico-jurídica necessária para que se procedesse à análise inicial do pleito, em harmonia com o art. 9º, §2º, da Lei nº 9.612, de 1998 (Lei que instituiu o Serviço de RadCom) e demais normas infralegais (Decreto nº 2.615, de 1998, e Portaria n. 4.334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC), conforme fora destacado na **NOTA TÉCNICA Nº 12497/2022/SEI-MCOM (SEI 10365503)**:

“4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:”

ITEM	FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1. Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	(10302441)
2. Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	Fls. 3-19 (9383175)
3. Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 6-29 (3224700)
4. Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	(10302440)
5. Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	(10226508), (10226516) e (10226506)
6. Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	Fls. 48-126 (3224700)



7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	Fl. 139-140 (3224700)
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	fl. 01-04 (8078093) e Despacho Técnico de aprovação: (8158113)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	(10365285)
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	(10365285)
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(10365285)
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	(10365285)
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	(10365285)



14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(10365480) e (10365475)

24. Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 5º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 12, “c” e 18), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria 4.334/2015/SEI-MCTIC - (Doc. SEI nº 3224700- fls. 21/29). A esse respeito, **esta Consultoria recomenda que o órgão técnico se certifique que a instituição do Conselho ocorra, de fato, previamente à entrada em funcionamento da entidade.**

25. Acerca dos vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, a área técnica atesta, por ocasião do *checklist roteiro RadCom (SEI 10365140)*, que não identificou na hipótese o vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9612/98, **circunstância que deve ser aferida por parte da área técnica em todo o curso da outorga.** O referido checklist também assegura a inexistência dos vínculos.

26. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018.

27. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como “membro”.

28. As manifestações de apoio à iniciativa, cuja análise e contabilização são igualmente de competência da área técnica, seriam utilizadas como critério de desempate, se houvesse(m) entidade(s) concorrente(s) e habilitada(s) para a mesma área e que não optasse(m) por se associar, segundo o que dispõe o art. 9º, §4º e §5º da Lei nº 9.612/1998.

29. A esse respeito, a área técnica afirmou a existência de outras entidades interessadas, no entanto, apontou que estas foram inabilitadas por descumprirem exigências do MCOM como sobredito:

“5. Ressalta-se que, considerando a distância de quatro quilômetros, verificou-se a existência de outra interessada em executar o Serviço na mesma área. Assim, o requerimento da **Associação Rádio Comunitária Paripiranga FM**, constante no processo nº **01250.046048/2018-12**, foi igualmente analisado, no entanto, os autos foram arquivados, uma vez que a Entidade não enviou a Ata de sua constituição. A entidade foi comunicada sobre sua inabilitação por meio da Nota Técnica nº 24994/2019/SEI-MCTIC ([4958732](#)), encaminhada por meio do Ofício nº 47836/2019/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC ([4958807](#)), recebido em 16/01/2020 ([5081773](#)). Tendo em vista que não houve apresentação de recurso administrativo contra a decisão, o processo foi arquivado por meio do Despacho COREC_MCOM ([5435589](#)) e comunicado à entidade por meio do Ofício nº 15851/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC ([5435604](#)), recebido em 03/06/2020 ([5679173](#)). ENTIDADES CONCORRENTES

PROCESSO: 01250.046048/2018-12

ENTIDADE : Associação Rádio Comunitária Paripiranga FM

MOTIVO: Apresentação intempestiva ou ausência completa de qualquer um dos documentos previstos nos incisos do art. 22.

DISPOSITIVO VIOLADO: Art. 25, inciso II



30.Retornando à análise do presente processo, as exigências técnicas necessárias à autorização pleiteada estão em consonância com o que estabelece a legislação, conforme **Despacho COESA_MCOM_ENG 8158113** por meio do qual a área técnica atesta que *"a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor"*

31.Noutro giro, impende consignar que esta CONJUR, ao analisar procedimentos relativos às outorgas para exploração de serviço de radiodifusão comunitária, expediu a COTA nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, orientando a SERAD a adotar providências no sentido de verificar a idoneidade da entidade, bem como de seu quadro diretivo, nos termos do artigo 34, alínea "a", da Lei nº 4.117/1962 (hoje revogada por força da Lei nº 13.424/2017), norma de aplicação subsidiária ao serviço de radiodifusão comunitária, conforme art. 2º da Lei nº 9.612/98.

32.Com isso, determinou-se, naquela ocasião, que fossem juntadas aos autos as certidões relativas aos feitos criminais da Justiça Estadual e Federal do local de residência dos últimos 05 (cinco) anos dos dirigentes da entidade, documentos estes utilizados para aferir a mencionada *"idoneidade moral"*, antes prevista pela sobredita alínea "a" do art. 34 (hoje revogada). Solicitou-se, também, fosse juntada aos autos declaração sobre a existência, ou não, de imputação à entidade relativa à execução ilegal de serviço de radiodifusão (sem outorga do Poder Concedente), objetivando comprovar sua idoneidade moral para a prestação do serviço, dentro dos ditames legais.

33.No tocante à segunda exigência, mediante pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização FISCALIZA, por meio do **Despacho COREC_MCOM 1035654800**, constatou-se que *"até esta data, não existe, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada"*.

34.Porém, no tocante à primeira exigência, é preciso esclarecer que, com o advento da **Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017**, as **Leis nº 4.117, de 27 de agosto de 1962**, nº 5.785, de 23 de junho de 1972, nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, **sofreram algumas alterações**. A exemplo disso, o **art. 11 da nova lei revoga a alínea "a" do art. 34 da Lei nº 4.117/63** - *que dispunha sobre a idoneidade moral e fundamentava a exigência das certidões elencadas na Cota 261/2010* -, **ao passo que o art. 5º altera o art. 38 da Lei nº 4.117/62, passando a exigir apenas uma declaração dos sócios e dirigentes nos seguintes termos:**

A Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, passou a vigorar com as seguintes alterações:

(...)“Art. 38^[3]

j) declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990". (g.n.)

35.No presente caso, a habilitação já foi deflagrada com declaração assinada por todos os dirigentes, asseverando que eles têm bons antecedentes, não tendo sido condenados por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas 'b', 'c', 'd', 'e', 'f', 'g', 'h', 'i', 'j', 'k', 'l', 'm', 'n', 'o', 'p' e 'q' da Lei Complementar nº. 64/1990 – Lei da Ficha Limpa” (fls. 1/3 da Petição SEI 3224700).

36.Por fim, **a área técnica deverá proceder a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização.**

III - CONCLUSÃO

37.Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito, **desde que atendidas as recomendações deste parecer, mormente dos itens 19, 24 25, 27 e 36.**



38.Outrossim, resta informar que o Congresso Nacional deverá apreciar a matéria e deliberar sobre o ato de autorização, visando a produzir seus efeitos legais, com fulcro no § 3º do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil.

39.No que concerne às minutas de Portaria e Exposição de Motivos, acostadas à **NOTA TÉCNICA Nº 12497/2022/SEI-MCOM (SEI 10365503)**, recomenda-se a conferência quanto a eventuais erros materiais e/ou atualizações necessárias por parte da área técnica, antes da remessa ao Exmo. Ministro das Comunicações.

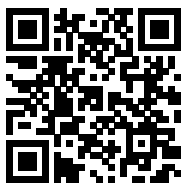
40.Sugere-se a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, para adoção das providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 21 de setembro de 2022.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK
ADVOGADA DA UNIÃO
COORDENADORA JURÍDICA DE LICITAÇÃO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044679201805 e da chave de acesso c7c0ceca



Documento assinado eletronicamente por TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 992581040 e chave de acesso c7c0ceca no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-09-2022 14:55. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

DESPACHO n. 02120/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.044679/2018-05

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão - SERAD

ASSUNTO: Autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária

1. Aprovo o PARECER n. 00772/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr^a. Tatiane Flores Cavalcante Razuk, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre requerimento de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, na localidade de Paripiranga/BA.
3. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 12497/2022/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável ao deferimento da outorga à citada entidade. A referida NOTA TÉCNICA esclarece que a Associação Rádio Comunitária Paripiranga FM foi inabilitada em razão da não apresentação de todos os documentos, não sendo apresentado recurso administrativo da decisão que inabilitou a citada Associação.
4. Deste modo e após o devido atendimento das orientações apresentadas nos itens 19, 24, 25, 27 e 36 do PARECER n. 00772/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, não existe impedimento jurídico para o acolhimento do pedido de autorização para exploração de serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, na localidade de Paripiranga/BA, pelo prazo de 10 (dez) anos.
5. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.
6. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 21 de setembro de 2022.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RÁDIO DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

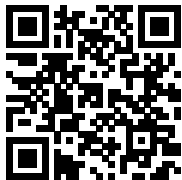


Documento original eletrônico.

[apiens.agu.gov.br/apps/processo/30624472/chave/c7c0ceca/visualizar/1647918646-992930741](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/30624472/chave/c7c0ceca/visualizar/1647918646-992930741)

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044679201805 e da chave de acesso c7c0ceca



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 992930741 e chave de acesso c7c0ceca no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-09-2022 19:22. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Documento original eletrônico.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/30624472/chave/c7c0ceca/visualizar/1647918646-992930741

<https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00239/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.044679/2018-05

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PARIPIRANGA

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

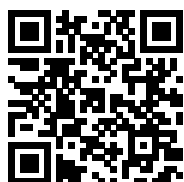
Aprovo, nos termos do **DESPACHO n. 02120 /2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, o **PARECER n. 00772/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, pelos seus próprios fundamentos.

Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 21 de setembro de 2022.

CAROLINA SCHERER
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) [01250044679201805](https://sapiens.agu.gov.br) e da chave de acesso c7c0ceca



Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 993061629 e chave de acesso c7c0ceca no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-09-2022 21:29. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



DESPACHO

Processo nº: **01250.044679/2018-05**

De ordem do Senhor Secretário de Radiodifusão, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Outorga e Pós-Outorga, para conhecimento do Parecer Jurídico 00772/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (0411796), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 22/09/2022, às 13:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10412325** e o código CRC **032BD571**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

SEI-MCOM nº 10412325



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

DESPACHO

Processo nº: 01250.044679/2018-05

Referência: Parecer Jurídico 00772/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10411796)

Interessado: Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga

Assunto: Outorga. Consulta Conj. Devolução dos autos

À CGOU

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Outorgas (CGOU) para conhecimento do Parecer Jurídico 00772/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10411796) e providências cabíveis.

Brasília, 22 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 22/09/2022, às 15:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10412396** e o código CRC **45CD0958**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

SEI-MCOM nº 10412396



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO DE DECISÃO nº 823 / 2022

O **SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO** no uso das atribuições que lhe confere o art. 32, inciso XVIII, do Anexo VII da Portaria nº 6.559, de 31 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 01 de setembro de 2022, atendendo a sugestão proferida pelo Parecer nº 00772/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, convalida o Resultado Definitivo da Fase de Habilitação divulgado por meio do Ofício nº 15553/2021/SEI-MCOM, constante do processo nº 01250.044679/2018-05, bem como ratifica todos os atos do processo, culminando com o deferimento da pretendida Outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária pela **Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga**, participante do Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 03 de agosto de 2018, na localidade de **Paripiranga/BA**.



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão**, **Secretário de Radiodifusão**, em 04/10/2022, às 14:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10414960** e o código CRC **3CF43344**.

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

SEI nº 10414960



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 31.058.285/0001-45 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 24/07/2018
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO PARIPIRANGA FM		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 60.10-1-00 - Atividades de rádio 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R MANOEL COELHO CRUZ	NÚMERO SN	COMPLEMENTO CASA CASA
CEP 48.430-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PARIPIRANGA
UF BA		
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTADORCONTEMPORANEO@GMAIL.COM	TELEFONE (75) 9921-4724	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 22/03/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **05/10/2022** às **14:46:46** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

CNPJ:

31.058.285/0001-45

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 14:56:05 do dia 05/10/2022 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 31.058.285/0001-45
Razão Social: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA D
Endereço: RUA MANOEL COELHO CRUZ / CENTRO / PARIPIRANGA / BA / 48430-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 23/09/2022 a 22/10/2022

Certificação Número: 2022092304461071991237

Informação obtida em 05/10/2022 14:56:50

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 31.058.285/0001-45

Certidão nº: 33611922/2022

Expedição: 05/10/2022, às 14:57:23

Validade: 03/04/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **31.058.285/0001-45**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA
CNPJ: 31.058.285/0001-45

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:57:46 do dia 05/10/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/04/2023.

Código de controle da certidão: **4A1F.D550.4826.0D56**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

4. FISCALIZAÇÃO

Buscar: 4. FISCALIZAÇÃO ▾

[Visão geral](#) [Atividade](#) [Tarefas](#) [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

- ☒ Situação
-
- ☒ Tipo
-
- ☒ Tipo de inspeção
-
- ☒ Identificação da não Outorgada
-
-
-
-

Adicionar filtro Todos

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para [Atom](#) [CSV](#) [PDF](#)



4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade Tarefas Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

- ☒ Situação
- ☒ Tipo
- ☒ Tipo de inspeção
- ☒ Identificação da não Outorgada
- todos
- igual a
- contém
- contém
- Atividade de Inspeção
- Uso do Espectro - Não Outorgado
- Fernando Andrade Silva

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

- ☒ Situação
- ☒ Tipo
- ☒ Tipo de inspeção
- ☒ Identificação da não Outorgada
- todos
- igual a
- contém
- contém
- Atividade de inspeção
- Uso do Espectro - Não Outorgado
- Talisson Santa Rosa Nascimento

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



4. FISCALIZAÇÃO

Busca:4. FISCALIZAÇÃO

Visão geralAtividadeTarefasWikiFóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

contém

Fábio Macedo Teixeira

Adicionar filtro:CampoTodos

Opções

Aplicar

Limpar

Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar paraAtomCSVPDF



02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade **Tarefas** Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

- ☒ Situação: todos
- ☒ Tipo: igual a: Atividade de Inspeção
- ☒ Tipo de inspeção: contém: Uso do Espectro - Não Outorgado
- ☒ Identificação da não Outorgada: todos
- ☒ CNPJ/CPF da Entidade: contém: 31058285000145

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

- ☒ Situação
- ☒ Tipo
- ☒ Tipo de inspeção
- ☒ Identificação da não Outorgada
- ☒ CNPJ/CPF da Entidade
-
-
-
-
-
-
-
-

Adicionar filtro Todos

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para [Atom](#) [CSV](#) [PDF](#)



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

4. FISCALIZAÇÃO

Buscar: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

- ☒ Situação
- ☒ Tipo
- ☒ Tipo de inspeção
- ☒ Identificação da não Outorgada
- ☒ CNPJ/CPF da Entidade

Opções

☒ Aplicar ☒ Limpar ☒ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para [Atom](#) [CSV](#) [PDF](#)



4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

[Visão geral](#) [Atividade](#) **[Tarefas](#)** [Wiki](#) [Fóruns](#)

Tarefas

Filtros

<input checked="" type="checkbox"/> Situação	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo	<input type="text" value="igual a"/>	<input type="text" value="Atividade de Inspeção"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Tipo de inspeção	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="Uso do Espectro - Não Outorgado"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação da não Outorgada	<input type="text" value="todos"/>	
<input checked="" type="checkbox"/> CNPJ/CPF da Entidade	<input type="text" value="contém"/>	<input type="text" value="00410171530"/>

Opções

☒ Aplicar ☐ Limpar ☐ Salvar

⚠ Nenhuma informação disponível

Exportar para ☒ Atom ☐ CSV ☐ PDF



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

4. FISCALIZAÇÃO

Busca: 4. FISCALIZAÇÃO

Visão geral Atividade Tarefas Wiki Fóruns

Tarefas

Filtros

☒ Situação

todos

☒ Tipo

igual a

Atividade de Inspeção

☒ Tipo de inspeção

contém

Uso do Espectro - Não Outorgado

☒ Identificação da não Outorgada

todos

☒ Coordenadas Estação

Raio

Lat: 104057

Lon: 375148

Raio: Raio (km)

Adicionar filtro Campo Todos

Opções

Aplicar Limpar Salvar

Nenhuma informação disponível

Exportar para Atom CSV PDF



02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.044679/2018-05.**

Entidade: **Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga.**

Assunto: **Pesquisas em atendimento às recomendações da Conjur.**

Informo que, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. **A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro'.**

Em complementação, em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme certidões anexadas no evento SEI (10442664).

Por fim, foram renovadas as consultas no sistema de fiscalização FISCALIZA, e até esta data **não existe**, na localidade de **Paripiranga/BA**, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada conforme pesquisa em anexo (10442676).

Brasília, 05 de outubro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado, Assistente Técnico**, em 05/10/2022, às 15:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10442710** e o código CRC **8A79AF03**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

SEI-MCOM nº 10442710



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.044679/2018-05.**

Entidade: **Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga.**

Assunto: **Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos**

À Secretaria de Radiodifusão,

1. Tendo em vista o posicionamento favorável com recomendações do Parecer nº 00772/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10411796) e o cumprimento das diligências erigidas neste,

Recomendação Conjur - 19. Primeiramente, impende destacar que, conforme relato, o resultado definitivo da fase de habilitação foi veiculado sem constar, portanto, a priori, a aprovação da aludida decisão pela autoridade competente. Muito embora a conclusão da análise técnica tenha contado com a aprovação do titular da Secretaria responsável, solicita-se, por cautela, que o órgão demonstre a competência do agente para a adoção daquela decisão (resultado definitivo) ou que o Secretário ratifique o ato de forma expressa.

Justificativa da área - Recomendação atendida por meio do Despacho de Decisão 823 em anexo (10414960).

Recomendação Conjur - 24. Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 5º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 12, “c” e 18), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria 4.334/2015/SEI-MCTIC - (Doc. SEI nº 3224700- fls. 21/29). A esse respeito, esta Consultoria recomenda que o órgão técnico se certifique que a instituição do Conselho ocorra, de fato, previamente à entrada em funcionamento da entidade.

Justificativa da área - Essa recomendação é atendida sempre antes da emissão da Licença de Funcionamento.

Recomendação Conjur - (25-27). Acerca dos vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, a área técnica atesta, por ocasião do checklist roteiro RadCom (SEI 10365140), que não identificou na hipótese o vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9612/98, circunstância que deve ser aferida por parte da área técnica em todo o curso da outorga. O referido checklist também assegura a inexistência dos vínculos.

26. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018.

27. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como “membro”.

Justificativa da área - foram atualizadas as pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não restando configurada, assim, nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. **A vedação é a de que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como ‘membro’, conforme consta no Despacho COREC_MCOM (10442710).**

Recomendação Conjur - 36. Por fim, a área técnica deverá proceder a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização.

Justificativa da área - em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), **conforme consta no DESPACHO COREC_MCOM (10442710).**

2. Com base nessas informações e, uma vez que a Consultoria Jurídica deste Ministério no Parecer supracitado entende que, atendidos os requisitos solicitados, o processo deverá seguir para apreciação do Senhor Ministro de Estado das Comunicações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 07/10/2022, às 08:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 07/10/2022, às 14:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10442724** e o código CRC **95A2C57F**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044679/2018-05, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, inscrita no CNPJ sob nº 31.058.285/0001-45, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Paripiranga/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 12497/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00772/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044679/2018-05, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, inscrita no CNPJ sob nº 31.058.285/0001-45, cuja sede se situa na Rua Manoel Coelho Cruz, S/Nº - Centro, na localidade de Paripiranga, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.



Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

SEI-MCOM nº 10442724



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA MCOM Nº 7106, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044679/2018-05, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, inscrita no CNPJ sob nº 31.058.285/0001-45, cuja sede se situa na Rua Manoel Coelho Cruz, S/Nº - Centro, na localidade de Paripiranga, estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 06/12/2022, às 18:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10459528** e o código CRC **7D7114A2**.

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

SEI nº 10459528



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

Brasília, 10 de outubro de 2022.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044679/2018-05, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, inscrita no CNPJ sob nº 31.058.285/0001-45, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Paripiranga/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 12.497/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00772/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 71.06, de 10 de outubro de 2022, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 06/12/2022, às 18:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10459687** e o código CRC **085764B5**.



Ofício Interno nº 26324/2022/MCOM

Brasília, 10 de outubro de 2022

Ao Senhor
Wagner Primo Figueiredo Neto
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Portaria nº 7106/2022/SEI-MCOM (10459528) e Exposição de Motivos (10459687)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho COREC_MCOM 10442724), encaminho a Vossa Senhoria a Portaria nº 7106/2022/SEI-MCOM (10459528) e Exposição de Motivos (10459687), para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão**, Secretário de Radiodifusão, em 22/11/2022, às 14:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10460588** e o código CRC **1BD2EC03**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 26324/2022/MCOM - Processo nº 01250.044679/2018-05 - Nº SEI: 10460588



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 14/12/2022 13:57:30
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: Thiago Ricardo Gomes Igino
Ofício: 9286131
Data prevista de publicação: 15/12/2022
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
20161462	ATO PORTARIA MCOM NA 7106.rtf	7f1787b5f87d96d0 c4d60b878ad04d55	8,00	R\$ 311,36
TOTAL DO OFICIO			8,24	R\$ 311,36



Documento original eletrônico.

n.gov.br/recibo.do?idof=9286131<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 15/12/2022 | Edição: 235 | Seção: 1 | Página: 175

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 7.106, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044679/2018-05, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, inscrita no CNPJ sob nº 31.058.285/0001-45, cuja sede se situa na Rua Manoel Coelho Cruz, S/Nº - Centro, na localidade de Paripiranga, estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



BOA TARDE
Alicionete da Silva LuzSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> RADCOM >>> Consultas >>> Geral | internet | teia | menu | ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM			
UF:	BA	Distrito:	
Município:	Paripiranga	Sub Distrito:	
Canal:	200	Local Especifico:	
Fase:	1		
Dados da Entidade			
Entidade:	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA	CNPJ:	31.058.285/0001-45
Nome Fantasia:	Radio Paripiranga Fm	Bairro:	Centro
Logradouro:	Rua Manoel Coelho Cruz	Número:	s/n
Telefone:	(75) 99214724	Fax:	Não Informado
Situação:	Entidade não possui débitos		
<input type="checkbox"/> Dados da Outorga			

Dados da Entidade

CNPJ:	31058285000145	Pesquisar
Razão Social:	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE PARIPIRANGA	
Tipo de Usuário:	Integral	

Endereço Sede

País:	Brasil				
Número do CEP:	48430000	Logradouro:	Rua Manoel Coelho Cruz		
Número:	s/n	Complemento:		Bairro:	Centro
Município:	Paripiranga	Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:	75 99214724			Fax:	

Endereço de Correspondência

País:					
Número do CEP:		Logradouro:			
Número:		Complemento:		Bairro:	
Município:		Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:	75	99214724	Fax:		E-mail:
					contadorcontemporaneo@gmail.co

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:		Data Limite Instalação:	
Número do Processo:	01250044679201805	Fistel:	50444093168
Caixa:		Sequência:	

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	7106	Portaria	MC	10/10/2022	15/12/2022	Outorga	Jur.

Tela Inicial

Imprimir



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>
<http://sistemasnet/srd/Consultas/ConsultaGeral/Tela.asp>

26/12/2022

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

Ofício Interno nº 29219/2022/MCOM

Brasília, 26 de dezembro de 2022

À Senhora
Renata Machado Moreira
Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10459687)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 7106/2022/SEI-MCOM (10569413), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10459687), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 26/12/2022, às 13:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10592666** e o código CRC **770CD2F8**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 29219/2022/MCOM - Processo nº 01250.044679/2018-05 - Nº SEI: 10592666



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

Brasília, 27 de Dezembro de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044679/2018-05, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, inscrita no CNPJ sob nº 31.058.285/0001-45, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Paripiranga/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 12.497/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00772/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 71.06, de 10 de outubro de 2022, publicada no DOU de 15/12/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente



processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Maria Estella Dantas Antonichelli



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 33547/2022/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº01250.044679/2018-05.

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo que trata de outorga de autorização de radiodifusão para conhecimento e eventuais providências.

Atenciosamente,

RENATA MACHADO MOREIRA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Renata Machado Moreira, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 29/12/2022, às 11:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10596943** e o código CRC **D2AF2CF5**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 33547/2022/MCOM - Processo nº 01250.044679/2018-05 - Nº SEI: 10596943

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.044679/2018-05.**

Entidade: **Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga.**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Secretaria de Comunicação Social Eletrônica,

Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro das Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 27/02/2023, às 17:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 28/02/2023, às 21:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10743696** e o código CRC **813D2C29**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044679/2018-05, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, inscrita no CNPJ sob nº 31.058.285/0001-45, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Paripiranga/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 12497/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00772/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 7.106, de 15 de dezembro de 2022, publicada no DOU de 15/12/2022.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

SEI-MCOM nº 10743696



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

Brasília, 06 de março de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044679/2018-05, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, inscrita no CNPJ sob nº 31.058.285/0001-45, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Paripiranga/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 12497/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00772/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 7.106, de 10 de outubro de 2022, publicada no DOU de 15/12/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 14/03/2023, às 19:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10768279** e o código CRC **8F86E96D**.



Ofício Interno nº 32263/2023/MCOM

Brasília, 06 de março de 2023

Ao Senhor
Braunner Fassheber
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10768279)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho COREC_MCOM 10743696) encaminho a Exposição de Motivos (10768279), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 08/03/2023, às 16:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10768596** e o código CRC **BBF104EB**.

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

Documento nº 10768596



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

Ofício Interno nº 32734/2023/MCOM

Brasília, 15 de março de 2023

À Senhora
Renata Machado Moreira
Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10459687)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 7106/2022/SEI-MCOM (10569413), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10459687), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 20/03/2023, às 17:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10786093** e o código CRC **65EED202**.

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

Documento nº 10786093



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

Brasília, 16 de março de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044679/2018-05, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, inscrita no CNPJ sob nº 31.058.285/0001-45, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Paripiranga/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 12.497/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00772/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 7.106, de 10 de outubro de 2022, publicada no DOU de 15/12/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 10010/2023/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.044679/2018-05.

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subseqüentes, cuja exposição de motivos encontra-se devidamente assinada pelo titular desta Pasta, que trata de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro Substituto



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro substituto, em 19/04/2023, às 12:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10863648** e o código CRC **B7BB1BFA**.

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

Documento nº 10863648



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SUBCHEFIA DE ANÁLISE GOVERNAMENTAL

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 10/2023/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 01250.044679/2018-05

INTERESSADO: Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga (CNPJ nº 31.058.285/0001-45)

REFERÊNCIAS: Exposição de Motivos nº 00022/2023 MCOM, de 16 de março de 2023 (4188392)

Parecer de Mérito I (4188369) – Nota Técnica nº 12497/2022/SEI-MCOM, de 31 de agosto de 2022

Parecer Jurídico nº 00772/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 21 de setembro de 2022^[1] (4188371)

ASSUNTO: Outorga de autorização do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Paripiranga/BA

1. Trata-se da [PORTARIA Nº 7.106, DE 10 DE OUTUBRO DE 2024](#), que outorga a autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Paripiranga/BA, pelo prazo de dez anos, com o uso do canal 200 na frequência de 87,9 MHz, sem direito a exclusividade, para a Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 31.058.285/0001-45, de acordo com o disposto na [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), e no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária^[2].

2. O Ministério das Comunicações (MCOM)^[3] se manifestou favorável ao ato de outorga de autorização nos termos da Nota Técnica nº 12497/2022/SEI-MCOM, de 31 de agosto de 2022 (4188369), e se posiciona pelo deferimento do pedido de outorga da Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga tendo em vista a completa instrução do feito.

3. O Parecer Jurídico nº 00772/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 21 de setembro de 2022^[1] (4188371), posiciona-se pela inexistência óbice legal e conclui pelo deferimento da outorga, desde que atendidas as recomendações, mormente dos itens 19, 24 25, 27 e 36 do referido Parecer:

19. "Primeiramente, impende destacar que, conforme relato, o resultado definitivo da fase de habilitação foi veiculado sem constar, portanto, a priori, a aprovação da aludida decisão pela autoridade competente. Muito embora a conclusão da análise técnica tenha contado com a aprovação do titular da Secretaria responsável, solicita-se, por cautela, que o órgão demonstre a competência do agente para a adoção daquela decisão (resultado definitivo) ou que o Secretário ratifique o ato de forma expressa."

24. "Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 5º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 12, "c" e 18), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria 4.334/2015/SEI-MCTIC - (Doc. SEI nº 3224700- fls. 21/29). A esse respeito, esta Consultoria recomenda que o órgão técnico se certifique que a instituição do Conselho ocorra, de fato, previamente à entrada em funcionamento da entidade."

25. "Acerca dos vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, a área técnica atesta, por ocasião do checklist roteiro RadCom (SEI 10365140), que não identificou na hipótese o vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9.612/98, circunstância que deve ser aferida por parte da área técnica em todo o curso da outorga. O referido checklist também assegura a inexistência dos vínculos."

27. "Cumpra-se esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. A vedação é a de que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como "membro"."

36. "Por fim, a área técnica deverá proceder a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização."

4. A Secretaria de Radiodifusão (SERAD), com o Despacho^[4]188378, de 07 de outubro de 2022, registra, em atenção às recomendações da Consultoria Jurídica, que foram cumpridas conforme o que segue: a) quanto ao item 19 assinala que recomendação atendida por meio do Despacho de Decisão 823 em anexo (10414960); b) quanto ao item 24 informa que essa recomendação é atendida sempre antes da emissão da Licença de Funcionamento; c) quanto aos itens 25 e 27: "foram atualizadas as pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não restando configurada, assim, nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018. Cumpra-se esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. A vedação é a de que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como 'membro', conforme consta no Despacho COREC_MCOM (10442710)"; d) quanto ao item 36: "em atendimento às disposições do art. 39, incisos III a VII, da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018, foi confirmada a regularidade da entidade, quanto à inscrição do CNPJ, inexistência de débito perante a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, com relação ao FGTS, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos débitos administrados pela Receita Federal e inexistência de obrigações inadimplidas perante a Justiça do Trabalho, por meio da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme consta no DESPACHO COREC_MCOM (10442710)".

5. Os registros administrativos de cadastro da Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga devem ser mantidos pelo MCOM no Sistema de Controle de Radiodifusão – SRD^[4], cujos dados relativos à autorização do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Paripiranga/BA constam na Consulta Geral de RadCom^[4]188384, com o registro de situação de entidade .

6. A consulta ao Quadro de Sócios e Administradores – QSA constante da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	31.058.285/0001-45
NOME EMPRESARIAL:	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PARIPIRANGA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	FERNANDO ANDRADE SILVA
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Exibido no dia 25/04/2023 às 18:54 (data e hora de Brasília)

7. Considerando as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do então MCTIC e o checklist constante no item 4 da Nota Técnica nº 12497/2022/SEI-MCOM ^[4]188369, com o complemento de informação nos termos do Despacho (4188378) e ponderando que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede o prosseguimento do feito, bem como que há a necessidade de que seja providenciada a reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo contrato de autorização do serviço de radiodifusão comunitária, esta SAG é favorável ao prosseguimento do feito, conforme disposto no art. 31 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão^[5], e sugere o encaminhamento do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, nos termos do § 3º do [art. 223 da Constituição Federal](#).

À consideração superior,



CÍCERO COELHO DE A. ROCHA FILHO
Assessor

Brasília, na data da assinatura.

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

De acordo.

Brasília, na data da assinatura.

JOÃO PAULO DE RESENDE
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica

Aprovo.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental

[1] Aprovado pelo Despacho nº 00239/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 21 de setembro de 2022, da Consultoria Jurídica junto ao MCOM.
[2] Aprovado pelo [Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998](#).
[3] Nos termos do Anexo I do [Decreto nº 11.164, de 08 de agosto de 2022](#), que aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações, compete à Secretaria de Radiodifusão (SERAD) coordenar e executar as atividades integrantes dos processos de outorga, pós-outorga e renovação dos serviços de radiodifusão e seus anôncios.
[4] O [Sistema de Controle de Radiodifusão \(SRD\)](#) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços cuja atualização permanece ininterrupta pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).
[5] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cícero Coelho de Abreu Rocha Filho, Assessor(a)**, em 03/05/2023, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Paulo de Resende, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 04/05/2023, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 09/05/2023, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4194805** e o código CRC **4BD99B2E** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

Brasília, 18 de Abril de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044679/2018-05, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, inscrita no CNPJ sob nº 31.058.285/0001-45, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Paripiranga/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 12.497/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00772/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 7.106, de 10 de outubro de 2022, publicada no DOU de 15/12/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

PARECER n. 00772/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.044679/2018-05

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PARIPIRANGA

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - OUTORGA POR AUTORIZAÇÃO

EMENTA:

I - Pedido de obtenção da autorização para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de PARIPIRANGA, estado da Bahia.

II. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 12497/2022/SEI-MCOM (SEI 10365503)**, na qual é espelhada conclusão pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito;

III. Viabilidade jurídica do pedido, **desde que atendidas as recomendações deste parecer, mormente dos itens 19, 24 25, 27 e 36**, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução;

IV. Competência do Exmo. Senhor Ministro das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §3º, da Constituição da República;

V. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade e da consulta junto ao sistema de fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização;

VI. Pela restituição do feito para prosseguimento, **com recomendações**.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

I - RELATÓRIO

1.A Secretaria de Radiodifusão encaminha para análise e manifestação desta Consultoria Jurídica, processo administrativo no qual a **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PARIPIRANGA** requer autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de PARIPIRANGA/BA, com base no Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 12497/2022/SEI-MCOM (SEI 10365503)**.

2.Após analisar a documentação apresentada pela entidade interessada, a Secretaria de Radiodifusão SERAD concluiu que o feito se encontrava devidamente instruído e que existiu outra entidade interessada na presente seleção: **Associação Rádio Comunitária Paripiranga FM**, constante no processo nº **01250.046048/2018-12**, cujo requerimento foi igualmente analisado, no entanto, os autos foram arquivados, uma vez que a Entidade não enviou a Ata de sua constituição. A entidade foi comunicada sobre sua inabilitação por meio da Nota Técnica nº 24994/2019/SEI-MCTIC ([4958732](#)), encaminhada por meio do Ofício nº 9/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC ([4958807](#)), recebido em 16/01/2020 ([5081773](#)).



Tendo em vista que não houve apresentação de recurso administrativo contra a decisão, o processo foi arquivado por meio do Despacho COREC_MCOM ([5435589](#)) e comunicado à entidade por meio do Ofício nº 15851/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC ([5435604](#)), recebido em 03/06/2020 ([5679173](#)). No entanto, os autos foram arquivados, uma vez que não foram cumpridos os requisitos necessários para instrução processual, conforme será detalhado a seguir, as entidades foram inabilitadas por descumprimento de exigências art. 25, inc. II, da Portaria nº 4.334/2015.

3.O resultado prévio da habilitação das entidades foi procedido por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 2173/2021/SEI-MCTIC (SEI 6574354)** e o resultado definitivo foi comunicado à parte através do **Ofício 4281/2021 (SEI 6574370)**.

4.Através do **Despacho COESA_MCOM_ENG 8158113** a área técnica afirmou que "*a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor*".

5.Assim, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 12497/2022/SEI-MCOM (SEI 10365503)**, a Secretaria concluiu a análise técnica, remetendo os autos para análise desta Consultoria.

6.É o relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. Considerações iniciais

7.Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

8.Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

9.Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

10.Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

II.2. Legislação aplicável

11.Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso.

12.A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "*Compete*



à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens".

13. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 9.612/98, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, estipulando, em seu art. 6º, que "*Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço*".

14. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, define que compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente os efeitos legais da emissão definitiva da outorga até que se ultime tal deliberação.

15. Coube à já citada Lei n.º 9.612/98 pormenorizar as previsões relativas ao serviço de radiodifusão comunitária. Nos termos do seu art. 7º, "*são competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos*".

16. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o Decreto nº 2.615/1988, que instituiu o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Cumpre aqui transcrever os dispositivos de interesse do Regulamento em questão:

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998 ANEXO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), como um Serviço de Radiodifusão Sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do Serviço.

(...)

Art. 11. São competentes para executar o RadCom fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a executar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

Art. 14. As entidades interessadas na execução do RadCom, inclusive aquela cuja petição originou o comunicado de habilitação, deverão apresentar ao Ministério das Comunicações, no prazo fixado no comunicado de habilitação, os documentos a seguir indicados, além de atender as disposições estabelecidas em norma complementar:

- I - estatuto da entidade, devidamente registrado;
- II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;
- III - prova de que seus diretores são brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos;
- IV - comprovação de maioria dos diretores;
- V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas

para o Serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

Art. 15. Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço, estando regular a documentação apresentada, o Ministério das Comunicações expedirá autorização à referida entidade.

Por fim, cumpre destacar que o procedimento seletivo em análise foi regido pela Portaria nº 4.334, de 17



de setembro de 2015 (DOU de 21 de setembro de 2015), com alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU de 9 de abril de 2018), do então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, visto que era o ato normativo infralegal vigente à época da publicação do aviso de habilitação de interessados, *in verbis*:

PORTARIA Nº 4.334, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Art. 1º Esta Portaria visa regulamentar as disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#).

Parágrafo único. Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço. (NR) (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

(...)

Art. 8º O processo de outorga de autorização para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá às seguintes fases:

- I - publicação do edital;
- II - habilitação;
- III - seleção da entidade com maior representatividade;
- IV - instrução do processo selecionado; e
- V - procedimentos para finalizar a outorga de autorização.

Da Habilitação

Art. 21. A habilitação é a fase do processo de outorga em que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações verifica a tempestividade da apresentação dos documentos habilitantes e se estes atendem ao definido no edital. (Retificado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018) Art. 22. São documentos habilitantes:

I - requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

- II – estatuto social da entidade atualizado;
- III – ata de constituição da entidade;
- IV – ata de eleição dos atuais dirigentes;
- V – prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;
- VI – comprovação de maioria de todos os diretores; e
- VII – manifestações em apoio à iniciativa firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Anexos 3 e 4).
- VIII - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento. (Incluído pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 1º As coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga devem respeitar o [art. 23](#), estar situadas dentro da área do Município e obedecer à padronização GPS-WGS84, na forma GGº MM' SS", com apenas dois dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS") na latitude e na longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59.

§ 2º Todas as atas bem como as eventuais alterações do estatuto social devem estar registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A prova da maioria e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:

- I - certidão de nascimento ou casamento;
- II - certificado de reservista;
- III - cédula de identidade;
- IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;
- V - carteira profissional;
- VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou VII - passaporte.

(...)

Art. 23. As coordenadas geográficas do sistema irradiante propostas pelas entidades interessadas deverão guardar uma distância mínima de quatro quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 24. Caso algum dos documentos constantes do art. 22 seja enviado em desacordo com as disposições



desta Portaria, será conferida uma única oportunidade, a ser cumprida no prazo improrrogável de sessenta dias, para que a irregularidade encontrada seja saneada, sob pena de inabilitação.

(...)

Art. 28. Seleção é a fase na qual serão escolhidas, dentre as concorrentes habilitadas, aquela que passará à fase de instrução processual, tendo em consideração a pontuação em manifestações em apoio válidas e as relações de concorrência direta e indireta.

Parágrafo único. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência.

(...)

Da Instrução

Art. 38. A fase de instrução é o momento em que a entidade selecionada deve apresentar documentos ainda não encaminhados, desde que não sejam habilitantes, ou retificar vícios sanáveis.

(...)

§ 2º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo com os documentos previstos nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 39. ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(...)

Art. 39. São documentos necessários à instrução:

- I - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento;
- II - Formulário de Dados de Funcionamento da Estação;
- III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do

Ministério da Fazenda –
CNPJ;

- IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;
- V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e
VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho,
por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

(...)

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada. § 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias. **Do Recurso**

Art. 46. Das decisões administrativas cabe recurso para impugnar as razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará, sem necessidade de provocação, à autoridade superior.

§ 2º O prazo para interposição de recurso administrativo é de trinta dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 3º O prazo recursal é improrrogável, mas pode ser suspenso nos termos da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 47. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica:

I - quando todas as concorrentes forem inabilitadas; ou

II - no caso de decisão que inabilita a entidade por descumprimento do § 1º do art. 22.

§ 3º Na hipótese do art. 47, § 2º, II, eventual alteração das coordenadas não prejudicará o andamento de



outros processos já habilitados e a entidade perderá toda a pontuação obtida com manifestações em apoio.

Da Autorização para Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária

Art. 70. A autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária será formalizada mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser publicada no Diário Oficial da União.

§ 1º A portaria a que se refere o caput deverá indicar, no mínimo:

- I – razão social da entidade;
- II – número de registro no CNPJ da entidade;
- III – serviço objeto da outorga;
- IV – Município e Unidade da Federação de execução do serviço;
- V – prazo de outorga e;
- VI – frequência e canal de operação.

§ 2º A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no [art. 2º](#), parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.

17. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3 Do Pedido de Autorização para Prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária

18. A Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, conforme o "Checklist" (doc. SEI nº 10365140) e, conforme relatado, opinou pelo deferimento do pedido de outorga em apreço, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 12497/2022/SEI-MCOM (SEI 10365503)**.

19. Primeiramente, impende destacar que, conforme relato, o resultado definitivo da fase de habilitação foi veiculado sem constar, portanto, *a priori*, a aprovação da aludida decisão pela autoridade competente. Muito embora a conclusão da análise técnica tenha contado com a aprovação do titular da Secretaria responsável, solicita-se, por cautela, que o órgão demonstre a competência do agente para a adoção daquela decisão (resultado definitivo) ou que o Secretário ratifique o ato de forma expressa.

20. Dito isso, passa-se ao exame da tempestividade do requerimento administrativo apresentado pela entidade. Vê-se que, conforme exposto pela área técnica, o Edital nº 112/2018 concernente à localidade em questão, foi publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018, sendo o pedido da interessada tempestivo, visto ter sido postado em 02/08/2018 (SEI 10302441), como admitido na Nota Técnica 12497/2022 (SEI 10365503):

“3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 03/08/2018.”

21. Outrossim, verifica-se que, no requerimento da entidade, constam as declarações exigidas pelo art. 22, inc. I da redação atual da Portaria nº 4.334/2015 (que são as constantes no seu anexo II). Nesse ponto, destaca-se que os dirigentes da entidade firmaram compromisso de fiel cumprimento de todas as normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária - em especial da Lei nº 9.612, de 1998, da Portaria que regulamenta o Serviço e do edital que rege o processo seletivo -, bem como declararam que residem nos endereços localizados na área da comunidade a ser atendida.

22. Impende destacar que, por meio da multicitada Nota Técnica 12487/2022 a área técnica atestou que:

“6. De acordo com o Despacho COESA_MCOM_ENG [\(815811_3\)](#), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art. 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, conforme Relação de Processos Vizinhos [\(815810_4\)](#).”

23. Observa-se, também, que a entidade postulante trouxe para os autos a documentação técnico-jurídica para que se procedesse à análise inicial do pleito, em harmonia com o art. 9º, §2º, da Lei nº 9.612, de 1998 (Lei uiu o Serviço de RadCom) e demais normas infralegais (Decreto nº 2.615, de 1998, e Portaria n.



4.334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC), conforme fora destacado na **NOTA TÉCNICA Nº 12497/2022/SEI-MCOM (SEI 10365503)**:

“4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:”

ITEM		FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	(10302441)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	Fls. 3-19 (9383175)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 6-29 (3224700)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	(10302440)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	(10226508), (10226516) (10226506)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	Fls. 48-126 (3224700)



7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	Fl. 139-140 (3224700)
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	3) de fl. 01-04 (807809) e Despacho Técnico aprovação: (8158113)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	(10365285)
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	(10365285)
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(10365285)
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	(10365285)
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 Consolidação das Leis do Trabalho.	(10365285)



14.	consulta ao Despacho – C fiscalização sistema de FISCALIZA.	(10365480) e (10365475)

24. Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 5º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 12, “c” e 18), como requer o art. 40, incisos II e V, da Portaria 4.334/2015/SEI-MCTIC - (Doc. SEI nº 3224700- fls. 21/29). A esse respeito, **esta Consultoria recomenda que o órgão técnico se certifique que a instituição do Conselho ocorra, de fato, previamente à entrada em funcionamento da entidade.**

25. Acerca dos vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, a área técnica atesta, por ocasião do *checklist roteiro RadCom (SEI 10365140)*, que não identificou na hipótese o vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9612/98, **circunstância que deve ser aferida por parte da área técnica em todo o curso da outorga.** O referido checklist também assegura a inexistência dos vínculos.

26. Em complementação, foram realizadas outras pesquisas, inclusive junto ao Tribunal Superior Eleitoral e documentos pessoais dos dirigentes, não tendo configurado nenhuma das hipóteses de vínculos, previstas no art. 11 da Lei nº 9.612/1998, e definidas no art. 7º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, com a redação dada pelas Portarias nº 1.909/2018 e nº 1.976/2018.

27. Cumpre-nos esclarecer aqui, que a Portaria nº 4.334/2015, com suas alterações, não veda que qualquer dirigente de entidade, que pretenda a outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária seja FILIADO a algum partido político. A vedação é que qualquer integrante da diretoria da entidade pertença a órgão partidário, que exerça qualquer cargo, mesmo que figure apenas como “membro”.

28. As manifestações de apoio à iniciativa, cuja análise e contabilização são igualmente de competência da área técnica, seriam utilizadas como critério de desempate, se houvesse(m) entidade(s) concorrente(s) e habilitada(s) para a mesma área e que não optasse(m) por se associar, segundo o que dispõe o art. 9º, §4º e §5º da Lei nº 9.612/1998.

29. A esse respeito, a área técnica afirmou a existência de outras entidades interessadas, no entanto, apontou que estas foram inabilitadas por descumprirem exigências do MCOM como sobredito:

“5. Ressalta-se que, considerando a distância de quatro quilômetros, verificou-se a existência de outra interessada em executar o Serviço na mesma área. Assim, o requerimento da **Associação Rádio Comunitária Paripiranga FM**, constante no processo nº **01250.046048/2018-12**, foi igualmente analisado, no entanto, os autos foram arquivados, uma vez que a Entidade não enviou a Ata de sua constituição. A entidade foi comunicada sobre sua inabilitação por meio da Nota Técnica nº 24994/2019/SEI-MCTIC ([4958732](#)), encaminhada por meio do Ofício nº 47836/2019/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC ([4958807](#)), recebido em 16/01/2020 ([5081773](#)). Tendo em vista que não houve apresentação de recurso administrativo contra a decisão, o processo foi arquivado por meio do Despacho COREC_MCOM ([5435589](#)) e comunicado à entidade por meio do Ofício nº 15851/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC ([5435604](#)), recebido em 03/06/2020 ([5679173](#)). ENTIDADES CONCORRENTES

PROCESSO: 01250.046048/2018-12

ENTIDADE : Associação Rádio Comunitária Paripiranga FM

MOTIVO: Apresentação intempestiva ou ausência completa de qualquer um dos documentos previstos nos incisos do art. 22.

DISPOSITIVO VIOLADO: Art. 25, inciso II



30.Retornando à análise do presente processo, as exigências técnicas necessárias à autorização pleiteada estão em consonância com o que estabelece a legislação, conforme **Despacho COESA_MCOM_ENG 8158113** por meio do qual a área técnica atesta que "*a entidade atende aos requisitos técnicos exigidos pelas normas em vigor*"

31.Noutro giro, impende consignar que esta CONJUR, ao analisar procedimentos relativos às outorgas para exploração de serviço de radiodifusão comunitária, expediu a COTA nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, orientando a SERAD a adotar providências no sentido de verificar a idoneidade da entidade, bem como de seu quadro diretivo, nos termos do artigo 34, alínea "a", da Lei nº 4.117/1962 (hoje revogada por força da Lei nº 13.424/2017), norma de aplicação subsidiária ao serviço de radiodifusão comunitária, conforme art. 2º da Lei nº 9.612/98.

32.Com isso, determinou-se, naquela ocasião, que fossem juntadas aos autos as certidões relativas aos feitos criminais da Justiça Estadual e Federal do local de residência dos últimos 05 (cinco) anos dos dirigentes da entidade, documentos estes utilizados para aferir a mencionada "*idoneidade moral*", antes prevista pela sobredita alínea "a" do art. 34 (hoje revogada). Solicitou-se, também, fosse juntada aos autos declaração sobre a existência, ou não, de imputação à entidade relativa à execução ilegal de serviço de radiodifusão (sem outorga do Poder Concedente), objetivando comprovar sua idoneidade moral para a prestação do serviço, dentro dos ditames legais.

33.No tocante à segunda exigência, mediante pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização FISCALIZA, por meio do **Despacho COREC_MCOM 1035654800**, constatou-se que "*até esta data, não existe, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada*".

34.Porém, no tocante à primeira exigência, é preciso esclarecer que, com o advento da **Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017**, as **Leis nº 4.117, de 27 de agosto de 1962**, nº 5.785, de 23 de junho de 1972, nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, **sofreram algumas alterações**. A exemplo disso, o **art. 11 da nova lei revoga a alínea "a" do art. 34 da Lei nº 4.117/63** - *que dispunha sobre a idoneidade moral e fundamentava a exigência das certidões elencadas na Cota 261/2010* -, **ao passo que o art. 5º altera o art. 38 da Lei nº 4.117/62, passando a exigir apenas uma declaração dos sócios e dirigentes nos seguintes termos:**

A Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, passou a vigorar com as seguintes alterações:

(...)“Art. 38^[3].....

j) declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990". (g.n.)

35.No presente caso, a habilitação já foi deflagrada com declaração assinada por todos os dirigentes, asseverando que eles têm bons antecedentes, não tendo sido condenados por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas 'b', 'c', 'd', 'e', 'f', 'g', 'h', 'i', 'j', 'k', 'l', 'm', 'n', 'o', 'p' e 'q' da Lei Complementar nº. 64/1990 – Lei da Ficha Limpa” (fls. 1/3 da Petição SEI 3224700).

36.Por fim, **a área técnica deverá proceder a atualização da documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade (certidões) e da pesquisa realizada no Sistema de Fiscalização em operação, por ocasião da formalização da autorização.**

III - CONCLUSÃO

37.Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito, **desde que atendidas as recomendações deste parecer, mormente dos itens 19, 24 25, 27 e 36.**

38.Outrossim, resta informar que o Congresso Nacional deverá apreciar a matéria e deliberar sobre o ato



de autorização, visando a produzir seus efeitos legais, com fulcro no § 3º do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil.

39.No que concerne às minutas de Portaria e Exposição de Motivos, acostadas à **NOTA TÉCNICA Nº 12497/2022/SEI-MCOM (SEI 10365503)**, recomenda-se a conferência quanto a eventuais erros materiais e/ou atualizações necessárias por parte da área técnica, antes da remessa ao Exmo. Ministro das Comunicações.

40.Sugere-se a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, para adoção das providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 21 de setembro de 2022.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK ADVOGADA DA UNIÃO COORDENADORA JURÍDICA DE
LICITAÇÃO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044679201805 e da chave de acesso c7c0ceca



Documento assinado eletronicamente por TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 992581040 e chave de acesso c7c0ceca no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-09-2022 14:55. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

DESPACHO n. 02120/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.044679/2018-05

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão - SERAD

ASSUNTO: Autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária

1. Aprovo o PARECER n. 00772/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr^a. Tatiane Flores Cavalcante Razuk, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre requerimento de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, na localidade de Paripiranga/BA .
3. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 12497/2022/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável ao deferimento da outorga à citada entidade. A referida NOTA TÉCNICA esclarece que a Associação Rádio Comunitária Paripiranga FM foi inabilitada em razão da não apresentação de todos os documentos, não sendo apresentado recurso administrativo da decisão que inabilitou a citada Associação.
4. Deste modo e após o devido atendimento das orientações apresentadas nos itens 19, 24, 25, 27 e 36 do PARECER n. 00772/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, não existe impedimento jurídico para o acolhimento do pedido de autorização para exploração de serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, na localidade de Paripiranga/BA, pelo prazo de 10 (dez) anos.
5. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.
6. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 21 de setembro de 2022.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RÁDIODIFUSÃO E
TELECOMUNICAÇÕES



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/30624472/chave/c7c0ceca/visualizar/1647918646-992930741> 1/2
<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/30624472/chave/c7c0ceca/visualizar/1647918646-992930741>

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044679201805 e da chave de acesso c7c0ceca



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 992930741 e chave de acesso c7c0ceca no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-09-2022 19:22. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE - GAB ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED.
SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: [\(61\) 2027-6119/6915](tel:(61)2027-6119/6915)

DESPACHO DE APROVAÇÃO n. [00239/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU](#)

NUP: 01250.044679/2018-05

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PARIPIRANGA

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

Aprovo, nos termos do **DESPACHO n. 02120 /2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, o **PARECER n. 00772/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, pelos seus próprios fundamentos.

Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 21 de setembro de 2022.

CAROLINA SCHERER CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) [01250044679201805](#) e da chave de acesso c7c0ceca



Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 993061629 e chave de acesso c7c0ceca no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-09-2022 21:29. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 12497/2022/SEL-MCOM

Processo nº: 01250.044679/2018-05.

Assunto: REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do requerimento da **Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga**, para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Paripiranga/BA**, em atendimento ao Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento via CADSEI em 02/08/2018, quando o processo público foi gerado, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga
QUADRO DIRETIVO
Diretor Presidente: Fernando Andrade Silva
Diretor Administrativo: Talisson Santa Rosa Nascimento
Diretor Operações: Fábio Macedo Teixeira
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Rua Manoel Coelho Cruz - SN - Centro
Coordenadas geográficas: 10°40'57"S de latitude e 37°51'48"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Rua Manoel Coelho Cruz - SN - Centro

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 03/08/2018.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM	FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1. Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	(10302441)
2. Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	Fls. 3-19 (9383175)
3. Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	Fls. 6-29 (3224700)
4. Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	(10302440)
5. Comprovações relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	(10226508), (10226516) e (10226506)
6. Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	Fls. 48-126 (3224700)
7. Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	Fl. 139-140 (3224700)



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codigo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49> / pg. 1

Nota Técnica 12497 (10303303)

SEI 01250.044679/2018-05

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	fl. 01-04 (8078093) e Despacho Técnico de aprovação: (8158113)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	(10365285)
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	(10365285)
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(10365285)
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	(10365285)
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	(10365285)
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização FISCALIZA.	(10365480) e (10365475)

5. Ressalta-se que, considerando a distância de quatro quilômetros, verificou-se a existência de outra interessada em executar o Serviço na mesma área. Assim, o requerimento da **Associação Rádio Comunitária Paripiranga FM**, constante no processo nº **01250.046048/2018-12**, foi igualmente analisado, no entanto, os autos foram arquivados, uma vez que a Entidade não enviou a Ata de sua constituição. A entidade foi comunicada sobre sua inabilitação por meio da Nota Técnica nº 24994/2019/SEI-MCTIC (4958732), encaminhada por meio do Ofício nº 47836/2019/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC (4958807), recebido em 16/01/2020 (5081773). Tendo em vista que não houve apresentação de recurso administrativo contra a decisão, o processo foi arquivado por meio do Despacho COREC_MCOM (5435589) e comunicado à entidade por meio do Ofício nº 15851/2020/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC (5435604), recebido em 03/06/2020 (5679173).

ENTIDADES CONCORRENTES		
PROCESSO	ENTIDADE	MOTIVO
01250.046048/2018-12	Associação Rádio Comunitária Paripiranga FM	Apresentação intempestiva ou incompleta de qualquer um dos documentos previstos nos incisos 22.

6. De acordo com o Despacho COESA_MCOM_ENG (8158113), constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga **atendem** ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei nº 9.612, e o art. 23 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 09/04/2018, conforme Relação de Processos Vizinhos (8158104).

7. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Paripiranga/BA, e do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho (10365341).

CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *checklist* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca de Carvalho Machado**, Assistente Técnico, em 31/08/2022, às 09:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal, em 31/08/2022, às 09:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, Coordenador-Geral de Outorgas, em 31/08/2022, às 10:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli**, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga, em 31/08/2022, às 14:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codigoNexo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49> / pg. 2

Nota Técnica 12497 (10365303)

SEI 01250.046048/2018-09

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10365503** e o código CRC **01A462EC**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

- Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044679/2018-05, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, inscrita no CNPJ sob nº 31.058.285/0001-45, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Paripiranga/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
- A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
- Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 12497/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº xxxxx/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
- Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
- Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
- Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044679/2018-05, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, inscrita no CNPJ sob nº 31.058.285/0001-45, cuja sede se situa na Rua Manoel Coelho Cruz, SN - Centro, na localidade de Paripiranga, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

SEI nº 10365503



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49> / pg. 3

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 19 de setembro de 2024.

AOS PROTOCOLOS DA SAJ, SAG, CGINF e SE/CC-PR

ASSUNTO: Trata-se do requerimento da Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Paripiranga/BA, em atendimento ao Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 22 2023 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, GSISTE NI**, em 19/09/2024, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6100274** e o código CRC **46F68D09** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Gestão Interna

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: Exposição de Motivos nº 22/2023 - MCOM.

De ordem do Subsecretário de Gestão Interna, concluo o presente registro nesta caixa, tendo em vista que este processo encontra-se na SAG/CC/PR e SAJ/CC/PR, que são as unidades competentes pelas análises de mérito e jurídica, respectivamente, nos termos do Capítulo VII do Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024.

AMANDA ELER GOUVEA
Assistente SSGI/SE/CC/PR



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Eler Gouvea, Assistente**, em 19/09/2024, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6100850** e o código CRC **78E2C486** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

01250.044679/2018-05

Nota SAJ - Radiodifusão nº 843 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PARIPIRANGA
Assunto:	Serviço de Radiodifusão Outorga de radio comunitária (RadCom). Encaminhamento de Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo nº:	01250.044679/2018-05

Senhora Secretária Especial Adjunta,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 01250.044679/2018-05, com **outorga** expedida por meio da **Portaria MCOM nº 7.106/2022** para exploração do serviço de **radiodifusão comunitária**, pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PARIPIRANGA**, CNPJ nº 31.058.285/0001-45, na localidade de **Paripiranga/BA**.
- Pela Lei nº 9.612/1998, denomina-se serviço de **radiodifusão comunitária** a radiodifusão sonora, em Frequência Modulada (FM), operada em baixa potência [1] e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.
- Nos termos da Constituição Federal, compete ao Poder Executivo outorgar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo observar-se, quando a outorga se refere à rádio comunitária, o que dispõe a Lei nº 9.612/1998 e no Anexo ao Decreto nº 2.615/1998, bem como a legislação complementar a ser expedida pelo Ministério das Comunicações - MCOM (conforme prevê o art. 9, inciso I, do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998).
- O MCOM é o órgão do Poder Executivo com atribuição para autorizar a outorga do serviço de radiodifusão, a ser formalizada mediante portaria, contendo a denominação da entidade, o objeto e o prazo de autorização, a área de cobertura da emissora e o prazo de início da execução do serviço.
- Mencione-se que o art. 223 da Constituição Federal prevê que a outorga concedida pelo Poder Executivo só produzirá efeitos legais após a apreciação do ato pelo Congresso Nacional.
- Nesse contexto, encontra-se a presente a Exposição de Motivos submetida à análise desta Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, a fim de que, uma vez preenchidos os requisitos, o ato do Ministro das Comunicações, que autoriza a outorga de radiodifusão comunitária, possa ser enviado ao Congresso Nacional, mediante Mensagem a ser expedida pelo Presidente da República.
- É o relatório.

II - ANÁLISE

- Como se verifica, encontra-se submetido à análise desta Secretaria Especial o **ato** do Ministro das Comunicações que **outorga** à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, expedido nos termos do art. 6º da Lei nº 9.612/1998.

Conforme enuncia o art. 1º da citada Lei e o art. 11 do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998, são competentes para o serviço de radiodifusão comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>



02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

10. De acordo com o art. 9º da Lei nº 9.612/1998, para outorga da autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, as entidades interessadas deverão dirigir pedido ao Poder Concedente, indicando a área onde pretendem prestar o serviço. Após a verificação da viabilidade técnica da prestação do serviço, a autoridade concedente deve publicar comunicado de habilitação, promovendo ampla divulgação para que as entidades interessadas se inscrevam.

11. No prazo fixado para a habilitação, as entidades deverão apresentar os documentos listados no § 2º do art. 9º da mencionada Lei, quais sejam: estatuto da entidade, devidamente registrado; ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada; prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; comprovação de maioria dos diretores; declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço; e manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

12. É oportuno mencionar que, caso apenas uma entidade se habilite para a prestação do serviço e seja atestada a regularidade da documentação apresentada, o Poder Concedente outorgará a autorização à referida entidade, conforme preconiza o § 3º do art. 9º da Lei nº 9.612/1998. Do contrário, o poder concedente deverá promover o entendimento entre as entidades interessadas, buscando que estas se associem. Por fim, caso não haja possibilidade de associação, o Poder Concedente deverá agir nos termos do § 5º do mesmo dispositivo legal e decidir mediante sorteio.

13. De acordo com os autos do processo, a **área técnica** do Ministério competente manifestou-se pela possibilidade de autorização do serviço ao interessado. Do mesmo modo, a **Consultoria Jurídica do MCOM** atestou a viabilidade jurídica para a outorga do serviço de radiodifusão comunitária no caso em análise.

14. Após a manifestação favorável das áreas técnicas, diante da prévia verificação dos documentos exigidos pela legislação pertinente, o Ministro de Estado publicou a **Portaria** de outorga.

15. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

16. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"* [3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

17. No caso sob análise, encontram-se presentes os requisitos técnicos e jurídicos, que permitem o envio do ato para o Congresso Nacional, em atendimento ao que preconiza o art. 223, §§ 1º e 3º, da Carta.

18. Por fim, merece registro que eventuais alterações nos documentos e requisitos de habilitação do outorgado, que ocorram durante a tramitação do processo e até que haja a deliberação final que precede a outorga, deverão ser dirimidas pelo próprio Ministério, antes da assinatura do termo que permitirá a produção de efeitos da prestação do serviço de radiodifusão [4]. Caso contrário, a exigência de atualização de documentos e de renovação da comprovação dos requisitos de habilitação, a cada fase de análise do processo de outorga, acabaria por penalizar o administrado, já considerado devidamente habilitado durante a instrução processual no âmbito do Ministério das Comunicações.

19. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional).

III - CONCLUSÃO

20. Do exposto, relacionado ao processo nº 01250.044679/2018-05, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição de 1988.

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República



Documento original eletrônico.

DE ACORDO.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

DANIELA FERREIRA MARQUES
Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA
Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República
(conforme Portaria SAI/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

[1] Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros. Ainda de acordo com a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila. Entretanto, as características geográficas da localidade e existência ou inexistência de barreiras (naturais ou construídas) à propagação das ondas pode aumentar ou diminuir a extensão da transmissão.

[2] Vide art. 31 do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.
No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 02/10/2024, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 02/10/2024, às 18:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a) substituto(a)**, em 02/10/2024, às 19:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6123054** e o código CRC **F903AC5A** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



MENSAGEM Nº 1.213

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 7.106, de 10 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2022, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Paripiranga, Estado da Bahia.

Brasília, 3 de outubro de 2024.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>



02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília, 04 de outubro de 2024.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e documento físico original (6136355) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

BRENO BAJO DUTRA
Divisão de Publicação de Atos Oficiais
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Breno Bajo Dutra, Assessoria**, em 04/10/2024, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6136356** e o código CRC **F3D9E829** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 01250.044679/2018-05

SEI nº 6136356

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.106, de 10 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2022, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Paripiranga, Estado da Bahia.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado Chefe
Casa Civil da Presidência da República
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 1.213, de 3 de outubro de 2024, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 7.106, de 10 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2022, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Paripiranga, Estado da Bahia.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício em anexo.

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA
Secretário Especial
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago**, Secretário(a) Adjunto(a), em 04/10/2024, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza**, Secretário Especial, em 04/10/2024, às 19:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6138411** e o código CRC **2C782E49** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
Secretaria Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 04 de outubro de 2024.

À Chefia de Gabinete da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos - GABIN/SAJ.

Assunto: **Encerramento e arquivamento do Processo nº 01250.044679/2018-05.**

Considerando que a análise jurídica relativa ao ato já foi realizada, com a consequente assinatura da respectiva Mensagem ao Congresso Nacional pelo Sr. Presidente da República e publicação do ato no Diário Oficial da União, encaminha-se o Processo SEI nº 01250.044679/2018-05, para encerramento, arquivamento e demais providências cabíveis.

DANIEL CHRISTIANINI NERY
Assessor
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 04/10/2024, às 18:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6138750** e o código CRC **D1526174** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1338/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.106, de 10 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2022, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Paripiranga, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Paripiranga, Estado da Bahia.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 04/10/2024, às 19:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6138814** e o código CRC **37E502B7** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.044679/2018-05

SEI nº 6138814

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49>

02391c4c-455e-4a9d-9f70-13928e692d49